



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE E SEGURANÇA
PÚBLICA**

AUTOR: ASP TIR Jorge Silva Landim

ORIENTADOR: CAP GNR CAV José Brito Sousa

Lisboa, Setembro de 2011



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE E SEGURANÇA
PÚBLICA**

AUTOR: ASP TIR Jorge Silva Landim

ORIENTADOR: CAP GNR CAV José Brito Sousa

Lisboa, Setembro de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, à minha avó e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Aos primordiais e preferíveis prelectores da minha vida, o meu pai Marcelino Monteiro Gomes Landim e a minha mãe Joana Sanches Silva.

À Academia Militar pelos valiosos e inigualáveis preceitos concedidos e ao corpo dos seus docentes pelo profissionalismo e ensinamentos revelados durante esta caminhada.

Ao atencioso Capitão de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana José Brito Sousa pela orientação paciente e sábia na realização deste trabalho e pela sua inteira disponibilidade, o meu muito obrigado.

Aos meus irmãos Marly de Nascimento Silva Landim, Manuel Marcelino Tavares Landim, Maria Felicidade Silva Landim e Jedenilson de Jesus Silva Landim pela contribuição e o apoio absoluto fornecido durante a realização de todo o trabalho de campo.

Ao Capitão Nelson Tavares e Tenente Reinaldo Rodrigues da Polícia Militar pela disponibilidade e contributo substancial facultada para a concretização deste trabalho.

Ao director de Curso de Cavalaria Tenente-coronel Henriques Mateus pela preocupação acrescida durante toda investigação e ao Major Gabriel por ter contribuído para que este trabalho seja realizável.

Ao Tenente-coronel Paulo Ramos de Cavalaria, Capitão José Rui, Primeiro-tenente Edson Correia e Segundo Sargento João Sousa da Polícia Militar pelos apoios iniciais evidenciados.

Às bibliotecas da Academia Militar, na personalidade dos seus funcionários pela disponibilidade, vontade, profissionalismo, paciência, e a maneira singular com que atendem as pessoas.

A Deus pela sua graça e todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram de forma incondicional para a materialização do presente Trabalho de Investigação Aplicada.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
ÍNDICE DE TABELAS.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
1.2. ENQUADRAMENTO.....	1
1.3. JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA	2
1.4. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	3
1.5. FINALIDADE E OBJECTIVOS	3
1.5.1. OBJECTIVO GERAL.....	3
1.5.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	3
1.6. HIPÓTESES	4
1.7. METODOLOGIA E MODALO DE INVESTIGAÇÃO	4
1.8. ESTRUTURA DO TIA	5
I PARTE – TEÓRICA.....	6
CAPÍTULO II: O ESTADO E A SEGURANÇA PÚBLICA	6
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
2.2. O ESTADO	6
2.3. A SEGURANÇA COMO UM BEM COMUM	7
2.3.1. FINS DO ESTADO.....	8
2.3.1.1. A SEGURANÇA	8
2.3.1.2. A JUSTIÇA	8
2.3.1.3. O BEM-ESTAR SOCIAL	9
2.4. A SEGURANÇA PÚBLICA E A ORDEM PÚBLICA.....	9
2.4.1. A SEGURANÇA PÚBLICA.....	10
2.4.1.1. CONCEITOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	10

2.4.2. A ORDEM PÚBLICA	11
2.4.2.1. CONCEITOS DE ORDEM PÚBLICA.....	12
2.4.2.2. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	13
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	13

CAPÍTULO III: AMEAÇAS À SEGURANÇA DECORRENTES DO NOVO CENÁRIO

INTERNACIONAL	14
3.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	14
3.2. CONCEITOS DE AMEAÇA.....	14
3.3. TIPOS DE AMEAÇA	15
3.4. AS PRINCIPAIS AMEAÇAS	15
3.4.1. TRÁFICO DE DROGAS, ARMAS, PESSOAS E A CRIMINALIDADE ORGANIZADA	15
3.4.2. TERRORISMO.....	17
3.4.2.1. CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DO TERRORISMO	18
3.4.2.2. LOCAIS PROPÍCIOS AOS ACTOS TERRORISTAS.....	19
3.4.2.3. TÉCNICAS DE COMBATE AO TERRORISMO	19
3.4.3. DEMOGRAFIA, EMIGRAÇÕES E DESERTIFICAÇÃO.....	20
3.4.4. PIRATARIA MARÍTIMA E AS ACTIVIDADES ILÍCITAS NO MAR.....	21
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

CAPÍTULO IV: A SITUAÇÃO CRIMINAL EM CABO VERDE E O EMPREGO DA POLÍCIA

MILITAR	22
4.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	22
4.2. ENQUADRAMENTO SOCIO DEMOGRÁFICO.....	22
4.3. SITUAÇÃO CRIMINAL.....	23
4.4. AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE E O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA	24
4.4.1. AS PRINCIPAIS CAUSAS	24
4.4.2. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA	26
4.5. O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR	28
4.5.1. ENQUADRAMENTO.....	28
4.5.2. MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR.....	28
4.5.3. RELACIONAMENTO COM AS AUTORIDADES CIVIS E A POPULAÇÃO.....	28
4.5.4. SELECÇÃO, GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO	29
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30

II PARTE – PRÁTICA	31
CAPÍTULO V: TRABALHO DE CAMPO	31
5.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	31
5.2. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO.....	31
5.3. PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E MEIOS UTELIZADOS.....	31
5.3.1. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO.....	33
5.3.1.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	33
5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
CAPÍTULO VI: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	34
6.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	34
6.2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS.....	34
6.2.1. CARACTERIZAÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA.....	34
6.2.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS INQUÉRITOS.....	34
6.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
7.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	41
7.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	41
7.3. CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS.....	42
7.4. RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DERIVADAS.....	43
7.5. REFLEXÕES FINAIS.....	44
7.6. RECOMENDAÇÕES.....	44
7.7. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	45
7.8. INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
1 – BIBLIOGRAFIA.....	46
2 – REVISTAS E PERIÓDICOS.....	47
3 – LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	48
4 – ENDEREÇOS DE INTERNET.....	49
APÊNDICES	50
APÊNDICE A: Guião do Inquérito por Questionário.....	51
APÊNDICE B: Guião de Entrevista à PM.....	56
APÊNDICE C: Guião de Entrevista à PN.....	58

APÊNDICE D: Entrevista 1	60
APÊNDICE E: Entrevista 2	64
APÊNDICE F: Entrevista 3.....	68
APÊNDICE G: Análise do Conteúdo às Entrevistas	72
APÊNDICE H: Resultados das Respostas dos Inquiridos.....	75
APÊNDICE I: Exposição dos Gráficos	90
ANEXOS	100
ANEXO A: Situação Demográfica	101
ANEXO B: Situação Criminal	103
ANEXO C: Sentimento de Insegurança	107
ANEXO D: “Confissão dos THUGS”	107
ANEXO E: Figuras	110

ÍNDICE DE FIGURAS

MODELO DE INVESTIGAÇÃO	5
FIGURA 1: Representação da região Sahara - Sahel.....	110
FIGURA 2: Representação dos países da AO abrangida pela Faixa Sahara – Sahel	110
FIGURA 3: Área ocupada por organizações terroristas na AO	111
FIGURA 4: Piroga senegalesa chegada à Praia em 2008	111
FIGURA 5: Arquipélago de Cabo Verde	112

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I1: Distribuição de Idades	90
GRÁFICO I2: Distribuição de Géneros	90
GRÁFICO I3: Estado Civil.....	90
GRÁFICO I4: Representa Pessoas que possui Filhos	90
GRÁFICO I5: Habilitações Literárias.....	90
GRÁFICO Q1: Percentagem de Respostas à Questão 1.....	91
GRÁFICO Q2: Percentagem de Respostas à Questão 2.....	91
GRÁFICO Q3: Percentagem de Respostas à Questão 3.....	91
GRÁFICO Q4: Percentagem de Respostas à Questão 4.....	92
GRÁFICO Q5: Percentagem de Respostas à Questão 5.....	92
GRÁFICO Q6: Percentagem de Respostas à Questão 6.....	92
GRÁFICO Q7: Percentagem de Respostas à Questão 7.....	93
GRÁFICO Q8: Percentagem de Respostas à Questão 8.....	93
GRÁFICO Q9: Percentagem de Respostas à Questão 9.....	93
GRÁFICO Q10: Percentagem de Respostas à Questão 10.....	94
GRÁFICO Q11: Percentagem de Respostas à Questão 11.....	94
GRÁFICO Q12: Percentagem de Respostas à Questão 12.....	94
GRÁFICO Q13: Percentagem de Respostas à Questão 13.....	95
GRÁFICO Q14: Percentagem de Respostas à Questão 14.....	95
GRÁFICO Q15: Percentagem de Respostas à Questão 15.....	95
GRÁFICO Q16: Percentagem de Respostas à Questão 16.....	96
GRÁFICO Q17: Percentagem de Respostas à Questão 17.....	96
GRÁFICO Q18: Percentagem de Respostas à Questão 18.....	96
GRÁFICO Q19: Percentagem de Respostas à Questão 19.....	97
GRÁFICO Q20: Percentagem de Respostas à Questão 20.....	97
GRÁFICO Q21: Percentagem de Respostas à Questão 21.....	97
GRÁFICO Q22: Percentagem de Respostas à Questão 22.....	98
GRÁFICO Q23: Percentagem de Respostas à Questão 23.....	98
GRÁFICO Q24: Percentagem de Respostas à Questão 24.....	98
GRÁFICO Q25: Percentagem de Respostas à Questão 25.....	99
GRÁFICO Q26: Percentagem de Respostas à Questão 26.....	99
GRÁFICO B1: Total dos crimes cometidos no território nacional	103
GRÁFICO B2: Criminalidade violenta	104
GRÁFICO B3: Estudo sobre armas ligeiras e de pequeno calibre apresentado em 2008 ..	104
GRÁFICO B4: Crimes contra pessoas.....	105
GRÁFICO B5: Distribuição de crimes em Santiago	105
GRÁFICO B6: Principais causas de criminalidade e de tráfico de drogas.....	106

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO H1: Representa a frequência e a percentagem da amostra total	75
QUADRO A1: Quadro relativo às perspectivas da população residente até 2010.....	101
QUADRO A2: Quadro relativo às projecções demográficas por indicador e ano	102
QUADRO B1: Crimes contra pessoas e propriedades – 1996 a 2009	103
QUADRO B2: Percepção da polícia das principais causas da criminalidade	106
ANEXO C1: Relação da percepção da insegurança nos centros urbanos e rurais em Cabo Verde.....	107

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Coeficiente de consistência interna Alpha de Cronbach.....	32
TABELA 2: Conexão das hipóteses de estudo e questionário	41
TABELA FP1: Frequência e Percentagem das respostas à questão 1	75
TABELA ED1: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 1	76
TABELA FP2: Frequência e Percentagem das respostas à questão 2	76
TABELA ED2: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 2	76
TABELA FP3: Frequência e Percentagem das respostas à questão 3	76
TABELA ED3: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 3	77
TABELA FP4: Frequência e Percentagem das respostas à questão 4	77
TABELA ED4: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 4	77
TABELA FP5: Frequência e Percentagem das respostas à questão 5	77
TABELA ED5: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 5	78
TABELA FP6: Frequência e Percentagem das respostas à questão 6	78
TABELA ED6: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 6	78
TABELA FP7: Frequência e Percentagem das respostas à questão 7	78
TABELA ED7: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 7	79
TABELA FP8: Frequência e Percentagem das respostas à questão 8	79
TABELA ED8: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 8	79
TABELA FP9: Frequência e Percentagem das respostas à questão 9	79
TABELA ED9: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 9	80
TABELA FP10: Frequência e Percentagem das respostas à questão 10	80
TABELA ED10: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 10	80
TABELA FP11: Frequência e Percentagem das respostas à questão 11	80
TABELA ED11: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 11	81
TABELA FP12: Frequência e Percentagem das respostas à questão 12	81
TABELA ED12: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 12	81
TABELA FP13: Frequência e Percentagem das respostas à questão 13	81
TABELA ED13: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 13	82
TABELA FP14: Frequência e Percentagem das respostas à questão 14	82
TABELA ED14: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 14	82
TABELA FP15: Frequência e Percentagem das respostas à questão 15	82
TABELA ED15: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 15	83
TABELA FP16: Frequência e Percentagem das respostas à questão 16	83
TABELA ED16: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 16	83
TABELA FP17: Frequência e Percentagem das respostas à questão 17	83

TABELA ED17: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 17	84
TABELA FP18: Frequência e Percentagem das respostas à questão 18	84
TABELA ED18: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 18	84
TABELA FP19: Frequência e Percentagem das respostas à questão 19	85
TABELA ED19: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 19	85
TABELA FP20: Frequência e Percentagem das respostas à questão 20	85
TABELA ED20: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 20	86
TABELA FP21: Frequência e Percentagem das respostas à questão 21	86
TABELA ED21: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 21	86
TABELA FP22: Frequência e Percentagem das respostas à questão 22	87
TABELA ED22: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 22	87
TABELA FP23: Frequência e Percentagem das respostas à questão 23	87
TABELA ED23: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 23	87
TABELA FP24: Frequência e Percentagem das respostas à questão 24	88
TABELA ED24: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 24	88
TABELA FP25: Frequência e Percentagem das respostas à questão 25	88
TABELA ED25: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 25	88
TABELA FP26: Frequência e Percentagem das respostas à questão 25	89
TABELA ED26: Valores da estatística descritiva das respostas à questão 26	89

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AO	África Ocidental
ART.º	Artigo
ASP	Aspirante
BO	Boletim Oficial
CAP	Capitão
CAV	Cavalaria
CCCD	Comissão de Coordenação de Combate à Droga
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CESDN	Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional
CMDT	Comandante
CPRM	Comando da Primeira Região Militar
CRCV	Constituição da República da Cabo Verde
CSRM	Comando da Segunda Região Militar
CTRM	Comando da Terceira Região Militar
DECRP	Documento de Estratégia para o Crescimento e Redução de Pobreza
ED.	Edição
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
F	Feminino
FA	Forças Armadas
FIG.	Figura
GCEMFA	Gabinete do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
GEN	General
GNR	Guarda Nacional Republicana
HAB.	Habilitações
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
INE	Instituto Nacional de Estatística
INCB	International Narcotics Control Board

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
M	Masculino
MAI	Ministério de Administração Interna
MDN	Ministério de Defesa Nacional
MJ	Ministério da Justiça
ONU	Organização das nações Unidas
P.	Página
PESI	Plano Estratégico de Segurança Interna
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Militar
PN	Polícia Nacional
POP	Polícia de Ordem Pública
RPM	Regulamento da Polícia Militar
S.D.	Sem Data
S.E.	Sem Edição
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TCor	Tenente-coronel
TIR	Tirocinante

RESUMO

O tema em investigação intitula-se “Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança Pública”. Em consequência do desenvolvimento do país e de várias influências exteriores, Cabo Verde sofreu transformações sociais, das quais, algumas delas são a consequência de novas formas de violência e de práticas criminais, onde se inclui a génese de vários grupos de gangs que actuam nos principais centros urbanos e que afectam a segurança nacional. Deste modo, Cabo Verde viu-se obrigado a reforçar a sua segurança interna com o auxílio das FA, destacando-se a PM para as missões de segurança e ordem pública. O principal objectivo desta investigação é tentar perceber como é que os cabo-verdianos encaram a actuação da PM, no seio da sociedade civil, tendo em conta que a PM é uma força militar.

Neste contexto o trabalho divide-se em duas partes distintas. A primeira parte, teórica, abordam-se as questões relacionadas com o Estado, a segurança e a ordem pública, as ameaças à segurança, bem como a situação criminal em Cabo Verde, as suas principais causas e o emprego da PM. No que diz respeito a esta parte do trabalho recorre-se à aplicação do método qualitativo no sentido de compreender a realidade a ser estudada, tendo como base a análise documental e as entrevistas. A segunda parte, prática, resume-se ao trabalho de campo, à análise e discussão de resultados, às conclusões e às recomendações. Nesta parte, procede-se à utilização do método quantitativo recorrendo-se ao questionário por inquérito como base do processo de análise do problema.

Em conclusão, os cabo-verdianos encaram a PM com bastante naturalidade, uma vez que acreditam que ela está apta para actuar no meio civil e os seus militares estão preparados para lidar com a população, tendo em conta, a adopção por parte daqueles, de uma postura adequada e de promoção de um tipo de relacionamento muito favorável naquele meio.

Palavras-chave: POLÍCIA MILITAR, SEGURANÇA PÚBLICA, PERCEPÇÃO SOCIAL.

ABSTRACT

The theme is "Military Police in Cape Verde and Public security." Therefore, as a consequence of the development of the country and outside influences, Cape Verde has undergone several changes in society in which, among many, some concerns with the new forms of violence and criminal practices and genesis of various groups of gangs in main urban centers, which are affecting national security. Thus, Cape Verde was forced to strengthen their internal security with the help of the armed forces, which stands out by military police for security and public order missions. This way, the main objective of this research is to understand how Cape-Verdeans face the actions of the military police within the civil society taking into account that the military police is a military force.

In that context this work is divided in two distinct parts. The first, a theoretical part, where we write about issues related to state, security and public order, security threats, as well as the crime situation in Cape Verde and its main reason to the employment of military police. In regard to this part of the work, we refer the application of qualitative methods in order to understand the reality to be studied, based on documentary analysis and interviews. The second part, practical, summarizes the field work, analysis and discussion of results, conclusions and recommendations. In this section we proceed to the use of the quantitative method which takes advantage of the questionnaire survey as the basis for the process of analyzing the problem.

In conclusion, the Cape-Verdean citizens are used to the presence of the military police and they act quite naturally, because they believe that they are able to act in the civil environment and that the military are prepared to deal with the population, given that, they adopt a posture appropriate and try to promote a kind of relationship that is very favorable in the society.

Keywords: MILITARY POLICE, PUBLIC SECURITY, SOCIAL PERCEPTION.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Neste capítulo procede-se ao enquadramento do tema “**Polícia Militar de Cabo verde e Segurança Pública**”, contextualizando o que motivou a escolha do tema, o problema de investigação, assim como, os objectivos e as hipóteses de estudo. Procede-se ainda à explanação da metodologia e do modelo de investigação e, por último, à apresentação da estrutura do trabalho.

1.2. ENQUADRAMENTO

A população é o centro de gravidade de um Estado. Assim sendo, ela precisa de ser protegida em detrimento das ondas de violência e de criminalidade que a afecta, com o intuito de a manter erguida e, por conseguinte, torná-la capaz de desenvolver as suas actividades em prol da consecução da sobrevivência da sociedade política e da harmonia social. Actualmente, os centros urbanos caracterizam-se por terem um elevado número de pessoas em comparação com outras regiões do país em causa. É nesta perspectiva que, em virtude do excesso da população nos centros urbanos, se dá azo à pressão entre grupos de pessoas, pelo facto de não se conseguir usufruir equitativamente das mesmas condições económicas e sociais, projectando-se, por este motivo, a desordem pública. Portanto, esta eventualidade exige cada vez uma maior atenção do Estado, no que tange ao seu controlo, no sentido de motivar uma maior coesão social garantindo um funcionamento cadenciado no seio da sociedade, proporcionando, deste modo, a “pacificação interna”¹.

Nota-se que na primeira década do século XXI, na República de Cabo Verde, o índice da violência e de criminalidade não se deixou de elevar. Contudo, as suas consequências podem revelar-se desastrosas na medida em que prejudica a sociedade em vários domínios, nomeadamente nos domínios económico, político e social. Actualmente, com a globalização, a sociedade está em constante mutação. Por esta razão, a criminalidade e a violência apresentam uma faceta cada vez mais diversificada, sendo que esta, por um lado, exerce uma forte pressão sobre as instituições policiais em função das suas capacidades de resposta no que respeita à neutralização desses males e, por outro lado, exige que essas instituições configurem as suas estruturas no sentido de acompanhar a evolução dos referidos males.

A ordem pública em Cabo Verde, em tempo de paz, é exclusivamente da responsabilidade da PN. Esta força, detém competências e responsabilidades no que concerne à prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes, armas, contrabando e outras formas de criminalidade organizada cujos efeitos perniciosos se reflectem ao nível

¹A pacificação interna é “a capacidade do Estado de exercer um controlo regularizado sobre a população (Giddens, 1987), no seu poder de influência da mais íntima das dimensões na actividade diária, através de vigilância e regulamentação legal” (*Apud*. Durão, 2008, p.15).

global constituindo uma ameaça à estabilidade, à segurança, à paz e aos valores da democracia. Por sua vez, a PM, que constitui a parte integrante das FA, preocupa-se com a defesa da integridade do território e da população perante as ameaças vindas do exterior, ocupando-se também da acção disciplinar no mundo militar.

Actualmente, a configuração das ameaças externas alteraram-se e são cada vez mais imprevisíveis. Neste sentido, surgiu a necessidade de um conceito mais alargado para a segurança nacional, segundo o qual, Cabo Verde viu-se obrigado a reforçar a sua segurança interna com o apoio das FA, singularmente, pelo empenho da PM em missão de segurança e ordem pública, no sentido de contribuir para a redução dos males que perturbam a ordem pública.

Os soldados da PM permanecem catorze meses nas fileiras das FA em que, basicamente, dois desses meses se destinam à sua formação durante o período de recrutamento. Este facto, não se assemelha à realidade dos agentes da POP, sendo que estes para além de usufruírem de seis meses de formação intensiva, têm a oportunidade de alcançar um elevado nível de experiência, uma vez que podem permanecer toda a vida profissional empenhados em matérias ligadas à manutenção de segurança e ordem pública. Assim, quando se observa o caso da PM, percebe-se de que esta força de natureza militar possui uma formação bastante limitada e tem um nível de experiência profissional muito reduzido no que tange à segurança e ordem pública. O desiderato proeminente de incumbir à PM a garantia da segurança e da manutenção de ordem pública, exige que os seus efectivos, desde praças a oficiais, consigam adquirir uma flexibilidade de tal forma que lhes possibilitem adaptarem-se a uma nova forma de agir. Ou seja, deve a PM agir perante uma sociedade democrática onde é fundamental o respeito pelos direitos humanos e a garantia de liberdade de circulação de pessoas num ambiente seguro e estável.

Neste sentido, parece pertinente ter em consideração a posição das forças de segurança interna, nomeadamente a PN, e dos cidadãos no que respeita a actuação de uma força militar num ambiente civil.

1.3. JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

A escolha do presente tema justifica-se pela sua enorme importância para a investigação científica e para a instituição militar. Em primeiro lugar, em Cabo Verde, é a primeira vez que se efectua um estudo sobre a actuação da PM no seio da sociedade civil considerando o ponto de vista dos cidadãos civis, que constituem o público-alvo, dos polícias que possuem uma grande experiência em matéria de segurança e ordem pública e dos militares que são quem melhor conhece a PM e as suas limitações. Em segundo lugar, esta investigação permite ter consciência do grau de satisfação da população em relação à actuação da PM em missões de cariz civil e permite extrair ensinamentos, que possibilitam um melhor cumprimento das tarefas que se atribuem à PM, e os ensinamentos que implicam

a alteração da sua forma de actuar num meio não militar. Do mesmo modo, não deixo de salientar a extrema importância e satisfação ao nível individual e profissional, tendo em conta que esta pesquisa implica estar familiarizado com as principais causas da insegurança e desordem pública, que são o principal vector de actuação da PM. Por fim, o estudo desta temática, torna-se pessoalmente importante em virtude de, no dia-a-dia de um oficial subalterno da PM, ser necessário conhecer da melhor forma os seus militares e o meio onde estes actuam.

1.4. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

O presente TIA tem como objecto de estudo a análise da opinião pública sobre a actuação da PM, em proveito da missão que lhe é incumbida no âmbito de segurança e ordem pública. Deste modo, o objectivo desta investigação é tentar perceber como é que os cabo-verdianos encaram a actuação da PM no seio da sociedade civil tendo em conta que, aquela força, é uma força de natureza militar.

1.5. OBJECTIVOS

1.5.1. OBJECTIVO GERAL

O objectivo geral do presente estudo, é fazer uma análise genérica da segurança pública em Cabo Verde e identificar os incidentes que levam a PM a desempenhar missões no âmbito da segurança e ordem pública, no seio da sociedade civil. Com o objectivo geral da presente investigação formula-se a seguinte questão central: Qual é a percepção da população cabo-verdiana no que respeita à actuação da PM no seio da sociedade civil?

1.5.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Os objectivos específicos desta pesquisa consistem em procurar perceber se a população cabo-verdiana apoia a presença de uma força militar em missões de cariz civil. Tentar-se-á também perceber se, à vista da opinião pública, a PM está preparada para desempenhar missões de segurança e ordem pública. Por fim, procurar-se-á saber como é que a população se sente quando vê a PM na rua.

Tendo em mente o problema de investigação e a questão central, pretende-se analisar as seguintes questões derivadas, no sentido de se chegar a uma conclusão, a mais acertada possível:

1. Qual é a satisfação que os cidadãos cabo-verdianos têm mediante a actuação da PM no meio civil?
2. Qual é a opinião pública sobre a postura dos militares da PM paralelamente ao desempenho da missão de segurança e ordem pública?
3. Será que a população cabo-verdiana partilha de opinião de que a PM preenche os requisitos necessários de modo a promover a consecução da segurança e ordem pública?

4. Será que os cidadãos cabo-verdianos apoiam a presença de uma força militar no desempenho das missões de segurança e ordem pública?
5. Será que a PM goza de moção de confiança no seio da sociedade civil?
6. Qual é a impressão que a PM comunica à população civil quando aquela efectua patrulhamento de proximidade?
7. Estão preparados os militares da PM para actuarem no meio civil?

1.6. HIPÓTESES

Com base nas questões levantadas surgem as hipóteses seguidamente mencionadas com vista à materialização da questão central:

H1 – A população cabo-verdiana tem uma óptima percepção quanto à presença da PM no desempenho das missões de segurança e ordem pública e está satisfeita com o serviço desempenhado por esta força.

H2 – No desempenho das missões de segurança e ordem pública a PM adopta uma postura irrepreensível. Este facto prende-se com a boa formação ministrada aos militares que actuam no seio da sociedade civil.

H3 – A missão desenvolvida pela PM no seio da sociedade civil é extremamente positiva, contudo, esta força de natureza militar deve desempenhar as missões de cariz civil em paralelo com as forças de segurança interna, nomeadamente a PN, tendo em conta que a existência de mais do que uma força de segurança interna permite garantir maior segurança aos cidadãos e aos seus bens.

H4 – A PM não deve dispor de grandes meios e capacidades militares para desenvolver as missões de segurança e ordem pública tendo em conta que ela acaba por desempenhar as mesmas tarefas que as outras forças de segurança interna.

H5 – Os cidadãos cabo-verdianos têm plena confiança na PM e dão muita importância aos serviços levados a cabo por aquela força.

H6 – A actuação da PM no seio da sociedade civil transmite à população uma sensação de medo e insegurança tendo em conta que naquela força podem-se encontrar integrados elementos que pertencem a determinados grupos violentos.

1.7. METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO

Na presente investigação estudam-se variáveis que não são directamente observáveis ou medidas, tendo em conta que o presente estudo se baseia fundamentalmente na recolha de opiniões. Neste sentido, Huot (2002) afirma que a opinião pública é volátil e que o Homem tem necessidade de certezas. Além disso, quer compreender o mundo que o rodeia, assim como, reproduzir e aplicar os conhecimentos que julga úteis, de maneira a predizer os seus efeitos. No entanto, para predizer correctamente esses efeitos, torna-se necessário primeiro poder medi-los, sendo que, se tal não for possível ou se a medição for incorrecta, torna-se impossível predizê-

los com exactidão. Deste modo, a presente investigação baseia-se no uso dos métodos quantitativos ou estatísticos com base no inquérito por questionário. Quivy e Campenhoutdt (2008, p.189) certificam que este método é especialmente adequado para “o conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modo de vida, os seus comportamentos, os seus valores ou as suas opiniões”. Para Huot (2002), a quantificação em ciências humanas permite a precisão e uma maior objectividade. Na figura1.1 surge um modelo estabelecido por Hout (2002, p.19), que representa o modelo de investigação onde se verifica a associação entre o método quantitativo e a investigação científica.

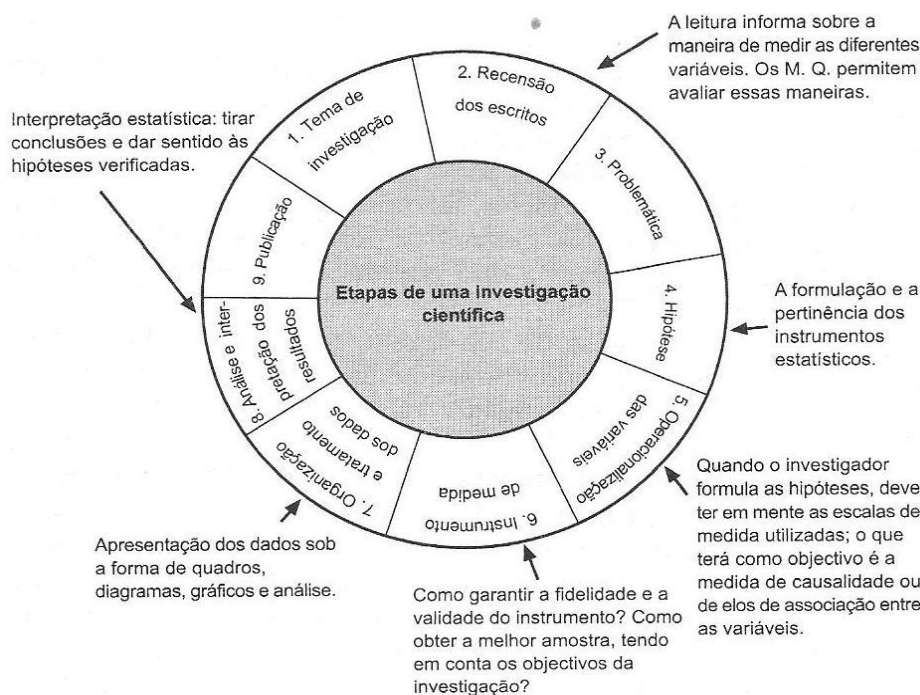


FIGURA 1.1 – Os métodos quantitativos estão associados a várias etapas de uma investigação científica

1.8. ESTRUTURA DO TIA

O trabalho está estruturado em duas partes distintas. Uma primeira parte, teórica, inicia-se com o segundo capítulo intitulado “Estado, segurança e ordem pública”. Este capítulo aborda a questão da necessidade de segurança, os conceitos e os fins do Estado, e também os conceitos de segurança pública e de ordem pública. O terceiro capítulo descreve de forma genérica, as principais ameaças decorrentes do novo cenário internacional que, directa ou indirectamente, contribuem para a insegurança pública em Cabo Verde. Por fim, o quarto capítulo, onde se procura conhecer a situação criminal em Cabo Verde, as suas principais causas e as tendências futuras, e o emprego da PM de Cabo Verde. Resumidamente, esta parte teórica do trabalho permite conhecer a PM e o meio onde actua.

A segunda parte, essencialmente prática, inicia-se com o quinto capítulo, que se destina à apresentação de todo o trabalho de campo. No sexto capítulo procede-se à análise e à discussão de resultados e, no sétimo e último capítulo apresentam-se as respectivas conclusões, para além de algumas recomendações.

I PARTE – TEÓRICA

CAPÍTULO II: O ESTADO E A SEGURANÇA PÚBLICA

2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A segurança pública é uma questão que não se obtém a partir do esforço de um indivíduo isolado. Assim sendo, é fundamental a colaboração da colectividade no sentido de proporcionar um ambiente onde todos se sintam seguros. Neste caso, a segurança deixa de ser um bem individual e passa a ser um bem colectivo. Assim, surge a necessidade de se criar uma organização provida de capacidades e estrutura bem definidas capazes de estabelecer e adoptar medidas de várias naturezas com o intuito de afastar os perigos e reconciliar as relações dentro da sociedade na protecção dos cidadãos que aí residem. Essa organização chama-se Estado. Neste capítulo proceder-se-á à apresentação de conceitos que se relacionam com o Estado, segurança, segurança pública e ordem pública.

2.2. O ESTADO

O Estado evoluiu ao longo do tempo até aparecer aquilo que hoje se designa por Estado Moderno. Por conseguinte, este assume todas as responsabilidades perante a sociedade sob a sua tutela. Neste âmbito, o Estado como uma instituição politicamente organizada e estruturada detém, a cada dia que passa, mais poder na sociedade e, por outro lado, é esse poder que lhe permite definir e traçar os caminhos para garantir os direitos, liberdades e a segurança individual.

O Estado, segundo Caetano (1963, p. 116), é uma entidade “constituída por um povo fixado num território, de que é senhor, e que, dentro das fronteiras desse território, institui por autoridade própria, órgãos que elaboram as leis necessárias à vida colectiva e imponham a respectiva execução”. (*apud*. Oliveira, 2006, p.23). Ainda Oliveira acrescenta que “Estado é, acima de tudo, uma construção da razão”. Deste modo, é evidente que o Estado define a política e a forma como a sociedade deve-se relacionar e, por outro lado, impõe alguns limites que são estabelecidos pelas leis, objectivando o exercício dos direitos, liberdades e segurança individuais.

Para a consecução dos direitos, liberdades e segurança individuais, a Constituição da República de Cabo Verde² traça algumas linhas orientadoras como surgem posteriormente alguns exemplos seguidamente mencionados:

- “A vida humana e a integridade física e moral das pessoas são invioláveis”. (Nº1 do art.º 28 da CRCV)
- “Ninguém pode ser submetido a tortura, penas ou tratamentos cruéis, degradante ou desumanos, e em caso algum haverá pena de morte”. (Nº2 do art.º 28 da CRCV).

² Publicado na I Serie, nº 17 «B. O.» da República de Cabo-verde de 3 de Maio de 2010.

- “É inviolável o direito à liberdade”. (Nº1 do art.º 29 da CRCV).
- “Todos têm direito à liberdade e segurança pessoal”. (Nº1 do art.º 30 da CRCV).
- “Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de actos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança prevista na lei”. (Nº2 do art.º 30 da CRCV).

Nesta linha de pensamento, considerando os exemplos anteriores, é perceptível que, por um lado, o Estado proporcione um ambiente propício à prossecução dos direitos, liberdades e segurança individuais através de formulação de normas que regem a sociedade e, por outro lado, tira o proveito da sua autoridade para garantir que o caminho traçado por ele seja seguido, através da criação das forças de segurança. Segundo Oliveira, “O Estado passou a monopolizar a segurança e a servir de intermediário na conflitualidade interpessoal entre os particulares” (Oliveira, 2006, p.54).

Convictamente, a segurança compreende o pilar fundamental para a garantia de estabilidade de qualquer que seja o país. Por esta razão, actualmente, Cabo Verde aposta no desenvolvimento e na melhoria das condições ao nível da segurança interna. Para o devido efeito, uma dessas apostas consiste em empenhar as FA em missões vocacionadas para a segurança interna, apesar de que, a segurança externa constitui a sua missão tradicional, que por várias razões, não deve ser negligenciada. Assim sendo, no âmbito das FA, a PM desempenha regularmente as missões em proveito da segurança e ordem pública e em auxílio das forças de segurança interna, principalmente da POP³.

É importante frisar que, numa sociedade democrática, como é o caso da sociedade cabo-verdiana, a segurança dos cidadãos e a protecção dos seus direitos individuais é de suma importância. Contudo, a sociedade não é perfeita. Por isso é necessário estabelecer um conjunto de regras e normas que ditam o normal funcionamento das instituições democráticas e que permitem “*garantir o respeito pelos direitos humanos e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos*”, segundo o estatuído na alínea b) do art.º 7º da CRCV. Esta condição permite ao Estado garantir a segurança e ordem pública, assim como, a justiça e o bem-estar a todos os cidadãos.

2.3. A SEGURANÇA COMO UM BEM COMUM

“Para viver os homens precisaram de se amparar contra os perigos de natureza, contra as cobiças de outros homens, contra a violência dos mais fortes.” (Marcelo Caetano, 1996).

O debate em torno da questão da segurança não se apresenta como se de um assunto novo se tratasse. No entanto, vários autores definiram o seu conceito que apesar de

³Nalgumas regiões do país, como por exemplo a ilha de São Vicente, a PM desempenha missões em paralelo com a POP, ou seja, à maioria dos agentes da POP é atribuída uma praça da PM para o desempenho das missões no âmbito de segurança e ordem pública.

várias diferenças, traçam um objectivo comum.

Para o General Loureiro dos Santos, a segurança consiste na “condição da nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das funções do Estado, a liberdade da acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”. (Santos, 2000a, p.81).

Num outro conceito, um pouco mais recente, Alves refere que a segurança “é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas mais adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas”. (Alves, 2008, p.47).

Em ambas as definições apresentadas anteriormente, verifica-se que em todas elas a finalidade consiste na prossecução de um objectivo num ambiente seguro, sendo que para tal, é indispensável criarem-se as devidas condições para se poder operar no ambiente desejado. Assim sendo, essas condições são levadas a cabo pelo Estado, no que respeita à sociedade que se encontra submetida ao seu poder. É nesse contexto que a maioria dos Estados define como seus objectivos primários, a segurança, a justiça e o bem-estar, ao que o professor Marcelo Caetano (1996) designa por “fins do Estado ou da sociedade política”.

2.3.1. FINS DO ESTADO⁴

2.3.1.1. A SEGURANÇA

Seguindo o raciocínio do professor Caetano, ao enumerar os fins da sociedade política, a segurança aparece em primeiro lugar pelo facto de ela se constituir como a primeira necessidade que levou o homem a instituir um poder político. Assim, este facto prende-se com a vontade de viver do homem o que, por esta razão, deve proporcionar medidas para se defender contra a cobiça dos seus semelhantes, das violências dos mais fortes e dos perigos da natureza. Em favor do referido, destaca-se que “[...] o poder político começa por firmar e manter a coesão absoluta da sociedade para que todos protejam a todos e assim, unidos em estreita solidariedade [...]” e “[...], institui uma força colectiva de interesses gerais e de princípios socialmente aceite”. (Caetano, 1996, p.144 - 145).

2.3.1.2. A JUSTIÇA

No que tange à Justiça, Caetano afirma que o Estado é uma sociedade organizada para a concentração e o «emprego regrado»⁵ dos meios coercivos. Por outro lado, acrescenta também que “a sociedade política existe para substituir, nas relações entre os homens, ao arbítrio da violência individual certas regras ditadas pela razão que satisfaçam o

⁴ Os fins do Estado apresentados neste trabalho serão aqueles apresentados por Caetano (1996, p. 143).

⁵ Refere-se a existência de regras e normas que devem ser elencadas pela justiça.

instinto natural da justiça”. Neste caso específico, a sociedade política traça uma linha orientadora bem como as regras segundo as quais os cidadãos devem seguir. No entanto, se as regras estabelecidas forem descuradas, a sociedade política, por intermédio das autoridades impõe o cumprimento de tais regras.

2.3.1.3. O BEM-ESTAR SOCIAL

Genericamente consiste em definir as principais linhas orientadoras, por parte do poder político, que permitem definir um rumo colectivo capaz de conjugar males e vencer dificuldades aparentemente insuportáveis. Deste modo, consegue-se a concretização deste objectivo se, em primeiro lugar, o poder político se preocupar em promover a segurança e, em segundo lugar, promover a justiça que, por sua vez, vai permitir uma melhor relação entre os homens, ou seja, uma relação de mútuo respeito e de equidade. Em consequência, consegue-se encontrar ou promover o bem-estar e proporcionar desta forma a segurança colectiva.

Roberts e Kingsbury narram que ‘O termo “segurança colectiva” refere-se normalmente a um sistema regional ou global, no qual cada participante aceita que a segurança de cada um deles diz respeito a todos e concorda em juntar-se à resposta colectiva que se forma para responder à agressão.’ (Apud. Saraiva, 2001, p.55).

“Desde que o poder político garanta a segurança na sociedade, mantenha a justiça nas relações sociais e olhe pelo bem-estar, em harmonia com as concepções e os meios técnicos da época, está realizada a **Ordem**, isto é, cada elemento componente da sociedade, seja indivíduo ou grupo, ocupará o seu lugar próprio ao qual corresponda uma função no todo sem prejuízo das finalidades e actividades particulares de cada um.” (Caetano, 1996, p.143).

A segurança é um direito concedido a todos os cidadãos cabo-verdianos. Nesta lógica, “todos têm direito à liberdade e à segurança pessoal”, como refere o nº1 do art.º 30 da CRCV. Portanto, hoje a segurança assume uma importância vital no mundo pois, além de ser uma necessidade individual, é também uma necessidade colectiva. Neste âmbito, a segurança constitui, fundamentalmente, um objectivo primordial para qualquer Estado em virtude da protecção dos seus cidadãos. Note-se que, presentemente, é cada vez mais visível a relação entre os Estados e os assuntos ligados à segurança, na qual, a reflexão passa por se fazer face a qualquer eventualidade que possa pôr em risco o Estado ou os seus cidadãos.

2.4. A SEGURANÇA PÚBLICA E A ORDEM PÚBLICA

Antes de se apresentarem os conceitos de segurança e ordem pública proceder-se-á à definição de alguns conceitos que, de alguma forma, estão relacionados com aqueles.

“A **segurança interna** relaciona-se ao grau de garantia oferecida pelo Estado à nação, contra os antagonismos ou pressões de qualquer origem que venham a interferir no âmbito interno do país.” (Pedroso, 2005, p. 46).

A **segurança interna** consiste na actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade. (Art.º2, Lei da Segurança Interna, 2007).”

Segurança interna – ‘a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade, visando, em particular: manter a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas; proteger as pessoas e bens removendo os perigos que os ameaçam; prevenir a criminalidade, em especial a organizada e a prática de actos de espionagem, sabotagem e terrorismo; prevenir a infiltração no território nacional e desencadear a expulsão de estrangeiros que ponham em perigo valores e interesses legalmente estabelecidos’. (Fonte: <http://www.sis.pt/pt/si/si.php>).

“**Defesa interna** pode ser definida como um conjunto de medidas levadas a efeito para superar os antagonismos ou as pressões que se manifestam ou produzem impactos no âmbito interno, sobre os seus agentes e os seus efeitos de forma a evitar, impedir ou eliminar a acção subversiva. Tais medidas são da competência de instituições militares e policiais”. (Pedroso, 2005, p. 46).”

Neste caso, Pedroso assegura que a “segurança interna comporta as acções de defesa interna e de segurança pública, sendo que a primeira contém a conotação subversiva e a segunda sem conotação ideológica⁶”. (Pedroso, 2005, p. 46).

Nesta perspectiva, o autor afirma que a segurança pública liga-se ao conceito de ordem pública e esta por sua vez liga-se ao conceito de ordem jurídica.

2.4.1. A SEGURANÇA PÚBLICA

2.4.1.1. CONCEITOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

“A **segurança pública** pode ser definida como a garantia que o Estado proporciona à nação, a fim de assegurar a ordem pública contra violação de qualquer espécie”. Assim sendo, “as corporações policiais enveredam as suas acções concretas neste limite ténue, entre o campo político-ideológico e o campo das acções visando a ordem social”. (Pedroso, 2005, p. 47).

A **segurança pública**, segundo Moreira Neto (1989) “consiste num conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública na consciência das pessoas em sociedade”. Com efeito, ela pode ser analisada em vários níveis, consoante a

⁶ Segundo Pedroso, defesa interna e segurança pública estabelecem uma visão ideal para gerir a sociedade, mas na prática não se verifica.

natureza jurídica e os órgãos de actuação, onde se destacam três níveis: policial, judicial e político. (*Apud*, Dias, 2002, p. 121).

A nível policial – Executa-se através do poder de polícia por órgãos de administração pública⁷ do Estado. Deste modo existe, “a polícia administrativa da ordem pública que realiza a prevenção e repressão imediata, actuando em nível individual ou colectivo; e a polícia judiciária, que apura as infracções pessoais e auxilia o poder judiciário, realizando repressão imediata, actuando em nível individual”. A este nível o que se pretende é o restabelecimento e a preservação da ordem pública, na actuação administrativa da ordem pública.

A nível judicial – Procede-se através dos órgãos do poder judiciário que detêm o poder punitivo do Estado. Aquele órgão aplica sanções penais contra os infractores na defesa imediata e individual da ordem pública. A este nível o que se pretende é a repressão do infractor da ordem pública que, por conseguinte, se traduz na preservação da ordem pública, com a actuação judiciária e de polícia judiciária da segurança pública.

A nível político – Vai além da ordem pública, por se fixar na ordem política. [...] a ordem pública em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas.”

Deste modo, verifica-se de que a segurança pública defere da ordem pública pelo facto de aquela constituir as medidas necessárias levadas a cabo para garantir a ordem pública.

2.4.2. A ORDEM PÚBLICA

A manutenção da ordem pública é, com certeza, uma das principais razões para o desenvolvimento e prossecução dos interesses individuais e colectivos num clima de segurança. Como se vê, numa primeira fase, ela permite reprimir a criminalidade e os males que põem em causa os interesses sociais. Numa segunda fase, ela promove a facilidade nas relações sociais entre os indivíduos, assim como, a concretização dos principais serviços⁸ que implicam o bem-estar social. No que toca à definição do conceito de ordem pública, pode-se afirmar que ela não é unânime, isto é, varia de Estado para Estado ou de país para país. Neste sentido ela constitui a base fundamental para o exercício da soberania de cada Estado. Por esta razão, a ordem pública “constitui uma reserva do poder interno, a qual é, às vezes, invocada, em dessintonia internacional, no caso de uma grande ameaça, real ou parcial, a um interesse vital do país, tais como: o terrorismo; o tráfico de estupefacientes, de armas e de material radioactivo; a imigração clandestina”. (Clemente, 2000, p.270). Essas ameaças, assim como outras que afectam os interesses de um país,

⁷Oliveira entende que a administração pública é o “instrumento” do Estado, cuja finalidade é satisfazer as necessidades colectivas em nome do interesse público. No sentido orgânico, em conformidade com Amaral, é ‘o sistema de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas colectivas públicas, que asseguram em nome da colectividade a satisfação regular e contínua das necessidades colectivas de segurança, cultura e bem-estar’. (*Apud*. Oliveira, 2006, p.33).

⁸A educação, a saúde, etc.

obrigam os Estados a desenvolverem, entre si, relações de proximidade que lhes possibilitam criar condições necessárias à neutralização das respectivas ameaças, sendo que a ordem pública é um pilar primordial para a concretização deste facto.

2.4.2.1. CONCEITOS DE ORDEM PÚBLICA

A ordem pública pode-se definir por referência aos factos e à lei. (Oliveira, 2000).

No que se refere aos factos – “a ordem pública é vista como a ausência de toda a perturbação material ou ausência de desordem. [...] Maurice Hauriou, considera que a ordem pública é a ordem material e exterior considerada como um estado oposto à desordem, isto é, uma situação de paz pública oposta a uma situação de alterações à ordem ou insegurança.” (*Apud.* Oliveira, 2000, p.17).

Respeitante às leis, Oliveira (2000) considera que alguns autores encontram nelas a definição tradicional de ordem pública. Esta consiste num “conjunto de factores externos necessários ao regular funcionamento das instituições e ao exercício dos direitos individuais, tais como a tranquilidade, a segurança e a salubridade pública”. Estes direitos individuais segundo Dominique Turpin compreende a ordem pública:

“A **tranquilidade pública** que engloba a luta contra as rixas, os tumultos, os ruídos, incluindo aqui os ruídos da vizinhança, os ajustamentos nocturnos que perturbam o sossego dos habitantes etc;

A **segurança pública** que implica tudo o que diz respeito à comunidade do trânsito nas ruas, praças, e vias públicas [...] etc.

A **salubridade pública** que implica tudo o que diz respeito à salubridade dos produtos comestíveis que se vendem aos públicos, [...] às inspecções sanitárias, às mediadas tendo em vista a saúde pública, etc.” (*apud.* Oliveira, 2000, p. 18).

Para Picard, negativamente, a ordem pública entende-se como a ‘ausência de toda a perturbação material ou moral proveniente, seja de uma conduta particular lesiva dos interesses da colectividade, seja da execução irregular de certas actividades de serviço público, seja ainda da degradação do domínio público’. (*Apud.* Clemente, 1998, p. 113).

E, positivamente, segundo Valkeneer, a ordem pública define-se como ‘o estado de equilíbrio político, económico e social de um país, e a estabilidade interna do Estado, no quadro legalmente estabelecido e que resulta do exercício das liberdades individuais, conforme as exigências de interesse geral da comunidade e segundo as directivas das autoridades administrativas’. (*Apud.* Clemente, 1998, p. 113).

Portanto, consegue-se consumir a ordem pública por via de esforço coordenado entre as forças de segurança interna através da intervenção no terreno, na tentativa de alcançar “a procura constante de um ponto de equilíbrio entre a desordem que é razoável admitir e a desordem que ultrapassa os limites do razoável” (Oliveira, 2000).

2.4.2.2. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Em sintonia com Oliveira (2000), a expressão “manutenção da ordem” emprega-se para designar o conjunto de operações policiais, levadas a cabo por formações ou unidades policiais de dimensão variável, para fazer face a eventos de natureza colectiva, organizado ou espontâneo, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de carácter reivindicado ou festivo, desenrolando-se na via pública ou em lugares abertos ao público.

Entretanto, o autor afirma que esta definição engloba dois tipos de operações policiais que se passa a descrever:

- A primeira prende-se com **os serviços de ordem**. Esta consiste em colocar no terreno forças de dimensão variável com o intuito de fazer face a eventos colectivos na via pública ou lugares públicos, de carácter pacífico, oficial e festivo⁹;

- A segunda abarca **as operações de manutenção ou reposição da ordem**. Esta operação consiste em colocar no terreno efectivos de dimensão variável, que se destinam a fazer face a eventos colectivos na via pública ou em lugares públicos. Assim, esta operação policial pode-se subdividir de acordo com o risco potencial de alteração à ordem pública. O primeiro associa-se aos eventos que representam um risco considerável de descambarem em acções violentas devido ao seu carácter reivindicativo, e o segundo, relaciona-se com os eventos que se encontram na eminência de descambarem em violências e degradações ou então já atingiram essas proporções.

2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está estruturada de uma forma que por si só não consegue garantir o pleno sossego público e, por esta razão, surge a necessidade, por parte do Estado, de garantir a segurança e ordem pública, através da implementação de um conjunto de medidas. Nesta lógica, a manutenção de segurança e ordem pública consegue-se por intermédio das forças de segurança interna em prol da consecução dos interesses comuns, ou seja, do bem-estar social num ambiente seguro e estável onde todos conseguem desenvolver as suas acções em liberdade numa sociedade democrática. Deste modo, qualquer força de segurança interna ao actuar no seio da sociedade civil, não fica impune à apreciação pública. Em contra-partida, essas apreciações podem revelar-se determinante para o sucesso das operações de segurança e ordem pública levadas a cabo num futuro próximo.

⁹ Pode ser neste caso, lugares de divertimento popular, festas, manifestações desportivas, visitas ministeriais, exposições etc.

CAPÍTULO III:

AMEAÇAS À SEGURANÇA DECORRENTES DO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O século XXI iniciou-se com profundas mudanças na conjuntura internacional no que se refere às questões de segurança e defesa. Todavia, pode-se presenciar com bastante frequência, um conjunto de incidentes¹⁰, na maioria das vezes imprevisíveis, que estimulam a insegurança pública e contribuem para a instabilidade de um ou mais Estados caso não sejam tomadas as medidas necessárias. Estes incidentes ao poderem produzir impactos negativos a nível internacional, promovem a inquietação, que é globalmente sentida mesmo para as maiores potências.

Entretanto, a segurança e defesa num quadro de complexidade crescente do contexto estratégico internacional passou a caracterizar-se pela grande rapidez de mudanças impostas pelo desenvolvimento das ciências, pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela importância crescente da segurança cooperativa. (MDN, 2011).

3.2. CONCEITOS DE AMEAÇA¹¹

Com a globalização, constata-se que as ameaças podem ser várias e configuradas em diversos domínios. A ameaça é um conceito que tem várias definições adaptadas por vários autores consoante o meio onde ela predomina. De entre várias definições de ameaça, em primeiro lugar, constata-se que ela resume-se a “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos materiais e morais. A ameaça pode ser de variada natureza” (Couto, 1998).

Verifica-se numa outra definição que, “Tradicionalmente, o conceito de ameaça está ligado a um acto de cariz ofensivo (ou a um acontecimento), que afecte significativamente os objectivos políticos de um Estado, de modo a colocar em causa a sua sobrevivência como unidade política ou, de algum modo, a própria segurança internacional”. (Borges, 2005).

A Organização das Nações Unidas considera que, actualmente, a ameaça consiste em “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou a reduções de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional” (*Apud.* Borges, 2005).

¹⁰ Relativamente a esses acontecimentos ou incidentes imprevisíveis torna-se difícil desvendar a sua origem. O exemplo disso é o desventurado acontecimento de 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

¹¹ “A ameaça é o produto de uma capacidade por uma intenção, pelo que, não havendo a intenção e apesar dos meios disponíveis serem elevados, não existe ameaça. Ela é proveniente de uma vontade consciente.” (Borges, 2008, p.68).

3.3. TIPOS DE AMEAÇA

O surgimento de ameaças pode ocorrer no território de um determinado país. Entretanto, é possível que elas abranjam outros territórios e vice-versa. Nesta linha de vista, considerando o novo cenário internacional, face à globalização onde a fronteira é basicamente inexistente, há dificuldades em definir a gênese dessas ameaças.

Neste âmbito, em conformidade com Gil Prata (2005), as ameaças dividem-se em dois tipos: - as **ameaças externas**, que se verificam quando a sua origem dá-se no exterior ou são protagonizadas por agentes externos; - as **ameaças internas**, quando se exercem no interior do território, nomeadamente através da criminalidade violenta e organizada, da sabotagem, da espionagem e do terrorismo.

3.4. AS PRINCIPAIS AMEAÇAS

Neste subcapítulo expõem-se as ameaças mais relevantes para Cabo Verde definidas segundo o seu Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (CESDN) que se revelam importantes para o presente TIA. Além das ameaças referidas, procura-se determinar outras que não podem ser descuradas na promoção da segurança interna, ou seja, aquelas que reflectem graves consequências, no que tange à perturbação da segurança e ordem pública. Porém, para que haja avanço ao nível da segurança pública, é necessário, em primeiro lugar, percepcionar a amplitude das diferentes ameaças, quer as que afectam directa ou indirectamente a segurança nacional, quer as que afectam a segurança internacional.

3.4.1. TRÁFICO DE DROGA, ARMAS, PESSOAS E A CRIMINALIDADE ORGANIZADA

O tráfico de drogas constitui uma preocupação gigantesca para a comunidade internacional e, obviamente, para a sociedade cabo-verdiana. Na verdade, a droga é em si uma substância cujo consumo pode alterar e/ou modificar o comportamento de um indivíduo pela negativa. Por esta razão, é indubitável que numa sociedade onde o tráfico de droga reina, seja propício o desenvolvimento da criminalidade organizada acabando por afectar significativamente a segurança e ordem pública. Por outro lado, esta ameaça concebe um clima favorável ao tráfico de armas e de pessoas acabando por pôr em causa a própria estabilidade do Estado. Sem dúvida, é indispensável desenvolver mecanismos que desfavorecem a prática desses actos, pois o tráfico ilícito dessas substâncias consubstancia-se não apenas na mais saliente actividade delituosa do crime organizado, mas também numa das suas principais fontes de rendimento que, por sua vez, proporciona um conjunto de vínculos com outras actividades criminosas. Como exemplo dessas práticas surge o branqueamento de capitais, a imigração ilegal, não deixando de fora os roubos e os furtos. Espontaneamente, o tráfico de drogas tem um carácter transnacional, e nem sempre se conhece a sua origem ou o seu destino pelo facto de não se conhecerem as fronteiras

tradicionalmente definidas. Neste âmbito, é fundamental reforçar a segurança interna no combate a esta ameaça, pelo que é necessário empenhar as FA no sentido de reforçarem as autoridades locais para que essas ameaças sejam neutralizadas em prol da segurança e ordem pública. Devido aos incidentes deste tipo, à PM pode ser incumbida esta tarefa de reforçar a segurança interna em auxílio da POP com o intuito de se afirmar a garantia da segurança pública em Cabo Verde e, conseqüentemente, contribuir-se para minimizar o tráfico e, não menos importante, para a estagnação das respectivas actividades ilícitas, quer para os países vizinhos, quer para o continente europeu e americano. Para fazer face à ocorrência de tais acontecimentos, Cabo Verde considera que o “tráfico de droga constitui uma agressão externa, e uma ameaça interna, que é dirigida contra a vida das pessoas, a autoridade dos Estados e a estabilidade das sociedades” (CESDN, 2011).

“É, por isso, de interesse para Cabo Verde, o compromisso em desenvolver uma estratégia global do Estado para combater esses males, nomeadamente:

- a) Dando prioridade às acções de fiscalização, detecção e rastreio do tráfico de droga, de armas ligeiras e de pequeno calibre e de pessoas e da imigração clandestina nos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional;
- b) Garantindo a participação das Forças Armadas em acções de prevenção e fiscalização das actividades das redes de tráfico de droga e da criminalidade conexas, em colaboração com as autoridades competentes”. (CESDN, 2011).

Em conformidade com a alínea b), do texto superiormente transcrito pelo CESDN de Cabo Verde, acrescenta-se às forças armadas uma enorme responsabilidade no que tange ao combate das referidas anomalias, em colaboração com as autoridades competentes, tendo em vista a prossecução da segurança pública e conseqüentemente da estabilidade do próprio país em si. Nesta óptica, as FA, em particular a PM, podem constituir uma força terrestre capaz de desenvolver as acções de patrulhas e de policiamento nas áreas consideradas críticas, em coordenação com a PN.

Antes de mais, é da extrema consideração e importância realçar o estudo levado a cabo pela ONU, sob a responsabilidade do INCB, que afirma que a República de Cabo Verde encontra-se inserida numa das principais rotas associadas ao narcotráfico. Neste horizonte, é altamente provável o uso do arquipélago como uma plataforma de comércio ilícito de substâncias não autorizadas e, por conseguinte, a sua transformação num ponto-chave no que concerne às rotas da cocaína dirigidas para o continente europeu e africano. Igualmente relevante, percebe-se que com base no mesmo relatório, Portugal e Espanha são as portas de entrada dessas substâncias para a Europa. (INCB, 2010, p. 48 – 56).

Além dos referidos países, o INCB revela ainda três principais rotas marítimas da cocaína, estando Cabo Verde referenciado em todas elas. A Rota do Norte que transporta cocaína desde as Caraíbas via Açores para a costa da Península Ibérica; a Rota Central, com origem na América do Sul via Cabo Verde, Madeira e Canárias para a

Europa; e, finalmente, a Rota Africana, com a mesma origem sul-americana, mas com passagem pela África Ocidental, em países como a Guiné-Bissau e Guiné Conakri, e tendo como destino Portugal e Espanha. Segundo o documento, apesar de Portugal, Espanha, Holanda e Bélgica serem as portas de entrada da cocaína, com cerca de 70% daquela droga apreendida, representam um quarto do consumo em toda a Europa. (A Nação, 2011).

As FA cabo-verdianas, em particular a PM, encontram-se instaladas em 3 ilhas. Porém, o arquipélago é composto por 10 ilhas das quais uma não é habitada. Desta feita, apesar das ilhas onde essas forças se encontram instaladas serem mais propícias às actividades do narcotráfico, as outras ilhas podem apresentar uma maior vulnerabilidade no que concerne à penetração e saída pela via marítima. Este facto pode facilitar o trânsito por parte dos traficantes nas rotas marítimas que ali passam. Por ser verdade, é indubitável o reforço da segurança interna em proveito da colectividade em todo o território nacional.

3.4.2. TERRORISMO

O conceito de terrorismo é variado¹². Sem dúvida que é uma das ameaças mais assustadoras e temidas pelos Estados em todo o mundo devido ao seu carácter transnacional e imprevisível. O público-alvo da acção terrorista é, de uma certa forma, a população humana, na sua generalidade. Neste ponto de vista, a finalidade dos seus autores é de provocar o maior número de perda de vidas humanas possível fazendo com que se instale o pânico social, tornando, desta forma, os Estados cada vez mais vulneráveis. Este é um tipo de conflito assimétrico adoptado por entidades que não são Estados, mas que, de uma certa maneira, têm capacidade para atingir os Estados¹³. Um conceito bastante actual do terrorismo leva-nos a perceber que, “literalmente, «o terrorismo» significa o sistema, ou o regime, baseado no terror, no impacto psicológico negativo (sofrido por indivíduos, grupos, massas) provocado por actos de violência calculada. (Schmitt, 2003, p. 47). Por outras palavras e com o mesmo sentido, “o terrorismo é a utilização do terror sobre as pessoa singulares ou colectivas, para atingir determinados fins, que ultrapassam as suas vítimas. (Barbosa, 2006, p.15).

¹² O conceito de terrorismo tem evoluído ao longo do tempo, neste âmbito, apresentam-se alguns conceitos do terrorismo no sentido de perceber a problemática do seu significado. Sendo assim, Nascimento (2002), apresenta algumas definições levadas a cabo por diversos autores, assim como definições apresentadas tanto nos dicionários portugueses como nos dicionários ingleses. As definições seleccionadas são as seguintes:

‘1.s.m. Sistema de governar por meio de terror ou de revoluções violentas. 2.s.m. Acto violento cometido contra uma figura pública, governo, ou classe dominante; modalidade de guerra tendente a causar insegurança e desestabilizar população e governo. (Guedes 1996 p.2434).’ (apud, Nascimento, 2002).

s.m. Sistema, regime do terror, em França (1793 – 1794), sistema de governar por meio de terror ou de determinações violentas. II Movimento clandestino contra qualquer regime, caracterizados por atentados violentos contra as pessoas e as propriedades. II aspecto ou feição terrível (Machado, 1990 p.593).’ Apud, NASCIMENTO, José Manuel de Fraga (2002). O terrorismo e os seus interpretes: uma abordagem psicossocial, 1ª Ed., Lisboa, Hugin Editores, Ltd., pp16.

¹³ Por exemplo: Podem fazê-lo através de atentados contra instituições sensíveis de um Estado, de um ataque de massa levado a cabo contra a população civil, contra escolas, etc.

Com o desígnio de prevenir as acções contra o terrorismo, Cabo Verde sublinha as principais preocupações em matéria de segurança e defesa ao considerar que o acto de terrorismo é uma ameaça grave à segurança internacional e aos princípios que caracterizam o relacionamento entre as sociedades modernas, assim como, uma ameaça aos valores nacionais e ao espaço territorial, tendo em conta que ela é atingível em qualquer parte e em qualquer que seja o momento e com os mais diversos e sofisticados meios violentos. Neste ponto de vista, são perceptíveis as regiões, como mostra a fig 3 (anexo E), que aparentam ser propícias aos actos terroristas e que podem ameaçar a segurança interna de Cabo Verde, tal como surge explanado no CESDN deste país:

A intensificação da actuação das redes terroristas na faixa Sahara-saheliana, conseqüentemente, próximo das fronteiras de Cabo Verde obriga a adopção urgente de medidas de prevenção e protecção. Neste quadro, o Estado deve fazer o uso de todos os recursos na luta contra o terrorismo, incluindo as forças armadas e orientar a sua política no âmbito da segurança e defesa¹⁴.

De qualquer forma, é fácil assimilar que o terrorismo não deve ser um assunto prioritário para um pequeno Estado insular como Cabo-verde, mas é indispensável desenvolver mecanismos que permitam embargar a prática desses actos no seio da sociedade¹⁵ e, obviamente, fazer face a este tipo de ameaça caso venha a suceder-se.

No que tange ao ponto supra referido, para enfraquecer ou prevenir que tal acontecimento não tenha lugar é pertinente conhecer as principais características e particularidades do terrorismo.

3.4.2.1. CARACTERÍSTICAS PARTICULARES DO TERRORISMO

De acordo com Nascimento (1999), “o terrorismo é geralmente designado como modalidade privilegiada de criminalidade ideológica. Enquanto fenómeno essencialmente político, o terrorismo tem representado, de facto, o instrumento ideal na luta política dos mais fracos e oprimidos.” (Nascimento, 2002, p. 23 – 24).

É certo que o terrorismo não é um fenómeno recente e quando se procura perceber os motivos que o motivam desde sempre, verifica-se que o terrorismo associa-se a múltiplas orientações e motivações. Por esta razão, em diversos contextos e latitudes, diferentes indivíduos, grupos e movimentos vêm no terrorismo uma forma de expressar posições e

¹⁴ Hoje, Cabo Verde faz parte de um dos principais destinos escolhidos por grande parte dos emigrantes da África ocidental e subsariana. Entretanto, esses emigrantes podem levar consigo, ao país do destino, alguns sintomas ou influências que não condizem com a política de segurança pública, do país em causa, de entre as quais se destacam os actos terroristas, além de outras.

¹⁵ Actualmente a influência é diversificada, tendo a comunicação social um papel capital nesse aspecto. Em Cabo Verde estão-se a erguer “vários pequenos grupos” de violência em que alguns deles dispõem de alguma organização (apesar de fraca). Esses grupos muitas vezes desencadeiam acções de violência aos seus semelhantes e contra a população civil ou forças de segurança. Por outro lado, é possível que esses grupos detenham num futuro próximo uma organização mais coesa e comecem a praticar violências de maior grau e em larga escala caso não seja tomada medidas necessárias.

divergências, desde radicais ideologias político-sociais, passando por disposições de natureza étnica, sintomas de posturas racistas e xenófobas, e mesmo nos imperativos de ordem religiosa, o terrorismo apresenta um carácter multifacetado. Portanto, o terrorismo reflecte a sua instrumentalização em sérios conflitos étnicos e, muitas vezes, ancorados em dogmatismos religiosos. (Nascimento, 2002, p.23 -24).

3.4.2.2. LOCAIS PROPÍCIOS AOS ACTOS TERRORISTAS

São locais propícios e geradores de distúrbios sociais causadores da desordem pública. Em conformidade com Barbosa os locais abaixo mencionados são propícios à prática dos referidos actos:

- As aglomerações de pessoas em ocasião de eventos desportivos, festas nacionais, centros comerciais ou de lazer, parque temáticos, etc
- As instalações militares mais significativas, como quartéis-generais, grandes bases aéreas ou navais, para além de objectivos pontuais como navios de guerra em águas restritas ou aeronaves militares em fase de aproximação ou descolagem da pista.
- As infra-estruturas especiais, que proporcionam os serviços de telecomunicações, de energia, de gás e de água potável aos grandes centros urbanos.
- Redes informáticas e de telecomunicações.
- Os interfaces e os meios de comunicações terrestres, aéreos e marítimos. (Barbosa, 2006, p. 173 – 174).

O terrorismo tem maior capacidade de desenvolvimento nos países onde predominam os Estados falhados¹⁶ e os Estados párias¹⁷.

3.4.2.3. TÉCNICAS DE COMBATE AO TERRORISMO

O combate ao terrorismo assenta em duas realidades complementares:

- No **Antiterrorismo** que é, por excelência, uma área defensiva, no seio da qual se desenvolvem medidas preventivas, através de uma massa de informações específicas; - No **Contra terrorismo** que engloba todos os meios ofensivos capazes de dar resposta a um ataque no sentido de evitar ou de actuarem após os factos consumados. (Barbosa, 2006, p. 121).

Abbott (2007) acredita que existem preocupações piores do que o terrorismo as quais passa a citar:

“Na realidade, as nossas investigações deram-nos uma noção bem diferente de quais as ameaças fundamentais que enfrentamos e indicaram-nos que elas resultam de quatro tendências interligadas:

¹⁶ Estados falhados segundo Robert I. Rotberg, ‘são consumidos pela violência interna e deixam de fornecer bens públicos aos respectivos cidadãos [...], assistindo-se à exclusão e à repressão de segmentos da população e ao comando neopatrimonial do aparelho de Estado.’ A corrupção e a criminalidade florescem de modo a criar «oportunidades económicas ímpares» para as elites que, inclusive, podem ter um interesse velado nessa situação, tirando partido do contrabando e de outras actividades ilegais (escravatura/narcotráfico/tráfico de armas). *Apud.* Nunes, 2008, p.168).

¹⁷ Estado pária refere-se a “um país que, na opinião de quem usa a expressão, opera fora das normas aceites pela comunidade internacional e, por exemplo, tenta adquirir armas de destruição maciça, comete crimes contra a humanidade, concede asilo ao terroristas ou procura derrubar ou corromper o processo político em curso noutros países.

- Alterações climáticas,
- Lutas pelos recursos
- Marginalização do mundo da maioria¹⁸
- Militarização global

Há certamente outras tendências a ter em conta, mas estas em que nos concentrámos são as mais capazes de nos levarem a perdas de vidas em larga escala – de uma magnitude sem paralelo em outras ameaças prováveis – e têm maior capacidade para desencadear conflitos violentos, perturbações civis ou desestabilizações que ameaçam a ordem internacional tal como a conhecemos. Estas tendências estão também interligadas. Os progressos na melhoria de uma delas podem ser anulados por decisões erradas em relação a outra.” (Abbott, 2007, p.17-18).

3.4.3. DEMOGRAFIA, EMIGRAÇÕES E DESERTIFICAÇÃO

A explosão demográfica é, de uma certa forma, uma questão vital com a qual se deve preocupar a segurança interna de qualquer país. Cabo Verde é um país jovem e com elevado índice de crescimento populacional. Nesta perspectiva, quando se avalia o índice de crescimento populacional dos países menos desenvolvidos, do qual Cabo Verde não pode fugir, verifica-se que, normalmente, o índice de crescimento é superior aos 100%¹⁹.

Contudo, os países em via de crescimento demográfico, geralmente são pobres, o que levanta muitos problemas, na medida em que o ritmo de crescimento de escolas, novas habitações e novos empregos não acompanha o aumento do número dos jovens. (Costa, 1990, p.13).

Cabo Verde, sendo um país da AO, está situado na faixa que abrange as regiões de Sahara e Sahel onde imperam fortes secas e desertificação. As consequências dessas influências são, a cada ano que passa, mais notadas pelos camponeses em Cabo Verde. Por uma questão de sobrevivência, essas pessoas deslocam-se para os centros urbanos à procura de empregos e de melhoria das condições de vida. Entretanto, se futuramente a situação se agravar, pode levar ao deslocamento massivo de pessoas para esses mesmos centros urbanos, naquilo que também é conhecido por migração²⁰ e êxodo rural²¹. Este facto pode ser motivo para o aumento da delinquência e dos distúrbios sociais.

¹⁸ Marginalização – “A situação de se ser considerado desprezível, indesejável, inadequado, insignificante e diferente, de que resulta iniquidade, injustiça, privação e falta de acesso ao poder dominante”. (Abbott, 2007: 115).

Mundo da maioria – “Refere-se, regra geral, aos países da Ásia, África e América Latina. Expressão usada em vez de «Terceiro mundo», reflectindo o facto de a maioria da população mundial viver em países em vias de desenvolvimento”. (Abbott, 2007: 116).

¹⁹ Quanto ao índice do crescimento demográfico, pode-se verificar no anexo (A), a tabela sobre a perspectiva da população residente, de Cabo Verde, até 2010. Na tabela mencionada verifica-se que a população cabo-verdiana num período de 20 anos quase que duplicou. Portanto, é de salientar que devido a esse crescimento é importante para o país mas, por outro lado, é fundamental investir na segurança com o intuito de garantir a protecção e o direito individual da jovem nação cabo-verdiana, fundamentalmente pela manutenção da segurança e ordem pública.

²⁰ Migração, segundo Costa (1990), são todos os deslocamentos de pessoas, excluindo os movimentos turísticos, invasões e nomadismo pastoril. No entanto, elas podem ser transitórias, temporárias e definitivas.

3.4.4. PIRATARIA MARÍTIMA E AS ACTIVIDADES ILÍCITAS NO MAR

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por 10 ilhas. Assim sendo, a descontinuidade terrestre entre as ilhas faz transparecer obstáculos que podem influenciar a garantia da segurança interna do país devido às actividades ilícitas que ali predominam. Esta possibilidade surge, em primeiro lugar, em função do aumento das actividades ilícitas nas águas do arquipélago e, em segundo lugar, na inexistência de capacidades e meios adequados das forças que actuam no combate a essas actividades ilícitas. Parte-se do princípio de que a força que actua na costa do país não é perfeita, o que conduz à abertura de brechas que facilitam a descarga dessas actividades além da costa. Isto é, com os indícios de falhas no sistema de segurança, há forte probabilidade das actividades ilícitas invadirem a parte terrestre do território. Com este acontecimento, a população civil e as forças que garantem a segurança interna, ficam frágeis por haver uma perturbação de segurança e ordem pública. Para contrariar esta tendência, as forças de segurança interna, particularmente a PM, devem estar dotadas de capacidades e preparadas para fazerem face ao eventual acontecimento não deixando que ela se alastre pelo território.

Além das ameaças mencionadas existem outras que afectam a segurança interna de um Estado devido as suas consequências, tais como as epidemias, a fome, as doenças infecciosas e outras que não vão ser referenciadas neste trabalho.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo verifica-se que existem inúmeras ameaças que podem afectar directa e indirectamente a segurança pública e/ou a ordem pública pondo em causa a segurança e a estabilidade do próprio Estado. Pode-se dizer que pela natureza das ameaças que hoje se sentem em Cabo Verde, particularmente das ameaças resultantes da vontade consciente de um indivíduo ou grupo, podem ter muitas influências sobre os jovens, uma vez que Cabo Verde é um país muito jovem onde a população cresce continuamente e onde surge a falta de oportunidades para muitos desses jovens. Assim sendo, espontaneamente, podem estes jovens caminhar por estradas menos apropriadas fazendo com que este facto se torne numa realidade dura, capaz de gerar atritos no seio da sociedade civil.

²¹ Acontece quando os camponeses em massa abandonam os campos e dirigindo-se para as cidades na tentativa de procura de melhores condições de vida. Esse fenómeno tem maiores proporções nos países do terceiro mundo. (COSTA, 1990: 21).

CAPÍTULO IV:

A SITUAÇÃO CRIMINAL EM CABO VERDE E O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR

4.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Neste capítulo pretende-se abordar a situação criminal em Cabo Verde, identificar os crimes mais cometidos e as suas tendências futuras. Pretende-se ainda proceder ao enquadramento da PM entre as FA, assim como, definir a relação que ela deve desenvolver com o mundo exterior no sentido de garantir uma maior estabilidade social face às ameaças existentes. Em função do desempenho das missões no âmbito da sociedade civil, abordar-se-á um conjunto de questões que se relacionam com a gestão e a selecção do pessoal para a PM, a sua profissionalização, motivação profissional, acção dos comandantes e comandados, bem como outras questões associadas que contribuem para fortalecer a PM na melhoria do desempenho das missões de cariz civil, fundamentalmente, da ordem pública.

4.2. ENQUADRAMENTO SOCIO DEMOGRÁFICO

Segundo os dados avançados pelo INE, sobre as perspectivas da população residente em Cabo Verde até 2010²², nota-se que a população cresce a um ritmo considerável nas diferentes ilhas do arquipélago. Este facto faz com que a sociedade seja maioritariamente jovem²³ e, por esta razão, surge a falta de oportunidades, principalmente de emprego, gerando pobreza, o que implica a não integração social de forma unânime. Na verdade, a falta de oportunidades contribui para o aumento de índice de criminalidade, violência e delinquência juvenil convertendo-se num factor de fragilização das autoridades locais. O PESI (2009) estabelece que este ano a população cabo-verdiana atinja os 527269 habitantes, dos quais cerca de metade vivem na ilha de Santiago e desta, 50% vive na cidade da Praia, capital do país. Apesar disso, não se sabe ao certo, o número exacto da população que reside na capital. Deste modo, por um lado, por dia, pelo menos 15 cidadãos de Estados CEDEAO que entram na capital legalmente²⁴ por via aérea acabam por permanecer ilegalmente no país e, por outro lado, entram por via marítima um número indeterminado de indivíduos ilegalmente²⁵. Esses cidadãos concentram-se nos centros urbanos à procura de melhores condições de vida. Porém, a elevada concentração dos jovens nos centros urbanos, sem um ofício fixo, acaba por facilitar entretenimentos que não gozam de boa virtude social.

²² Anexo A1 mostra a evolução da população cabo-verdiana de 1990 a 2010.

²³ O anexo A2 representa as Projecções Demográficas por Indicadores de População no Ano de 2000 a 2020. Sendo assim, segundo o quadro em anexo, a idade média dos cabo-verdianos varia entre os 18 e os 25 anos. Em 2011 a idade média é de 22 anos.

²⁴ Os cidadãos de Estados CEDEAO podem permanecer no território nacional, legalmente, durante 90 dias. Quando excedem o prazo limite consideram-nos ilegais.

²⁵ A fig4 ilustra a chegada de uma piroga senegalesa à cidade da Praia.

4.3. SITUAÇÃO CRIMINAL

Os fenómenos criminais em Cabo Verde, praticados principalmente pelos jovens, encontram-se aliados ao crescimento económico do país. Por um lado, o crescimento económico proporciona a melhoria de vida de uma parte da população facilitando o acesso à obtenção de um maior número de bens materiais, induzindo ao mesmo tempo a emergência de uma desigualdade social. MAI (2009). Esta razão leva a salientar que a camada jovem é a mais afectada devido à inexperiência da vida social, conduzindo-os a uma luta constante no sentido de permanecerem ao pé da igualdade daqueles que se encontram mais avançados a nível social.

Assim sendo, 80% dos crimes praticados contra pessoas e património é da autoria dos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos e cerca de 19% é da responsabilidade daqueles que estão na faixa etária compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade. MAI (2009).

Os crimes contra pessoas e propriedades são os mais praticados em Cabo Verde²⁶ com maior destaque para crime contra pessoas, sendo que, com o passar do tempo, o crime contra a propriedade vem ganhando terreno e em 2009 o seu registo foi superior ao crime contra pessoas, como ilustra o gráfico em anexo²⁷ respeitante aos anos 2008 e 2009. Neste gráfico pode-se observar uma diferença significativa quanto ao aumento de ambos os crimes. Dos crimes praticados contra as pessoas regista-se uma maior frequência para as ofensas corporais, ameaças, injúria e maus-tratos, respectivamente²⁸.

No que se refere aos outros tipos de crime, especialmente “a criminalidade violenta” este apresenta um menor registo do que os considerados anteriormente. No entanto, considera-se como criminalidade violenta o homicídio voluntário e negligente, as ofensas corporais, os roubos (de diferentes tipos) e as ocorrências com armas de fogo.

Na totalidade dos crimes cometidos no território nacional, 34,5% caracterizam a criminalidade violenta durante o ano 2009. De entre os crimes associados nesta categoria, as ofensas corporais aparecem com mais frequência. Seguidamente sucedem-se os roubos de diferentes tipos que parecem estar a caminhar a passos largos para que futuramente sejam considerados os crimes mais cometidos. Em terceiro lugar sobressaem as ocorrências com armas de fogo, sendo que estas reproduzem uma variação inconstante ao longo dos anos.²⁹

²⁶ O anexo B1 representa a evolução dos crimes ocorridos contra pessoas e propriedades desde 1996 a 2009.

²⁷ O anexo B2 mostra o gráfico com a evolução dos crimes registados entre os anos 2008 e 2009. No respectivo gráfico, aparentemente há uma estagnação de crime contra pessoas e uma ligeira subida dos crimes contra a propriedade tendo este uma evolução de 10,6% contra 0,88% daquelas.

²⁸ O gráfico em anexo B5 representa diversos tipos de crime cometidos contra as pessoas e o valor absoluto dos mesmos durante o ano 2009.

²⁹ O gráfico em anexo B3 realça a ocorrência das criminalidades violentas ocorridas desde 2003 a 2009.

Um estudo socioeconómico sobre armas ligeiras e de pequeno calibre, apresentado em 2008, revela claramente uma tendência crescente quanto à actividade criminosa³⁰. Este tipo de actividade, em primeiro lugar, relaciona-se com o crescimento económico do país e do turismo e, em segundo lugar, associa-se a um crescente fluxo migratório desregulado proveniente dos países do continente africano e dos cabo-verdianos expulsos dos países europeus ou deportados dos EUA³¹ cuja tendência implica o aumento das práticas criminosas e a alteração ao nível da tipologia dos crimes.³² (MAI, 2009).

A ilha de Santiago é a mais populosa do arquipélago de Cabo Verde. Segundo o MAI (2009), no seu PESI, mais de 56% dos crimes ocorreram nesta ilha durante o ano 2008. Deste modo, a distribuição criminal na respectiva ilha não é uniforme como é o caso da cidade da Praia, capital do país, com 71,64% do total de crimes cometido na ilha durante o ano 2009³³. O concelho de Santa Catarina com 8,06% e o concelho do Tarrafal com 6,29% respectivamente, precedem imediatamente o concelho da Praia. De acordo com isto, verifica-se que a cidade da praia é aquela que merece maior atenção no que tange ao controlo e entrave da criminalidade. Por ser verdade, isto implica um esforço coordenado e controlado das principais forças de segurança interna com a finalidade de fixar a génese das ocorrências criminais, evitando a criminalidade de massa³⁴.

4.4. AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE E O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

4.4.1. AS PRINCIPAIS CAUSAS

Neste subcapítulo, pretende-se apresentar as principais causas ou motores motivadores da violência que, geralmente, contribuem para o aumento do índice da criminalidade em Cabo Verde, mencionada por Neves (2010)³⁵, bem como, as principais causas da criminalidade, segundo o estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde levadas a cabo pelo Ministério da Justiça sob a responsabilidade do CCCD e da ONU por intermédio do Escritório Contra Droga e Crime.

³⁰ Em anexo B4, apresenta-se a evolução do número de ocorrências criminais registadas desde 1996 a 2007.

³¹ Os cidadãos deportados são descendentes de pais cabo-verdianos que apesar de terem nacionalidade americana são deportados para Cabo Verde na sequência de práticas criminais, especialmente aliadas ao tráfico de droga.

³² De acordo com o PESI e, segundo os dados avançados pelo INE e o DECRPII, a média anual do crescimento populacional é de 1,7% e criminal de 5%. Assim, é claramente visível que a percentagem do crescimento da criminalidade a nível nacional excede o dobro da percentagem do crescimento populacional, o que é bastante preocupante. Estes dados são referentes aos anos 2000 a 2008.

³³ A distribuição dos crimes na ilha de Santiago durante o ano 2009 está explícita em anexo B6.

³⁴ A criminalidade de massa consiste na tipologia de criminalidade, organizada ou não, que atinge directamente os cidadãos, pondo em causa a sua segurança e tranquilidade. (MAI, 2009).

³⁵ José Maria Pereira Neves (Primeiro-Ministro de Cabo Verde), no discurso de abertura do colóquio sobre segurança e violência em Assomada.

Conforme Neves...

“A violência é um fenómeno histórico-social inerente à vida em sociedade, podendo estar presente em todas as práticas sociais. Ela existe desde que a humanidade existe e tem-se constituído ao longo dos tempos num desafio permanente às autoridades, às instituições e às sociedades. As suas causas são bastante complexas e profundas e ela manifesta-se das mais variadas formas”.

Neste contexto, ele afirma que a criminalidade constitui uma forma de violência e, por meio de contraste, a violência pode existir sem criminalidade. Sendo assim, constata-se que a criminalidade é, de uma certa forma, consequência da violência. Entretanto, em primeiro plano, o principal gerador da violência³⁶ em Cabo Verde emerge das profundas transformações económicas e sociais que o país tem sofrido nos últimos anos. Adjacente a este facto predomina, numa primeira instância, o aumento significativo da população urbana, na sua maioria resultante das migrações internas e imigração dos cidadãos provenientes da costa ocidental africana e, ainda, devido ao aumento de repatriados. Numa segunda instância, estas causas associam-se ao surgimento de bairros espontâneos nos principais centros urbanos, sem infra-estruturas básicas e sem condições de habitabilidade. Paralelamente, encontra-se a desestruturação das famílias, as diferentes expressões das desigualdades e de exclusão social, a degradação de espaços urbanos (que não fornecem os serviços sociais de base), a crise de valores e o falhanço dos órgãos de controlo social. Estes são um conjunto de factores que reflectem a realidade cabo-verdiana actualmente. Não obstante, existem outros factores que se associam à globalização, acima de tudo, devido à forte influência dos media internacionais, não deixando de fora a circulação considerável dos nacionais e estrangeiros que contribuem para a manifestação de uma nova forma de violência. É importante frisar que uma das principais causas de violência prende-se com a génese dos pequenos grupos de gangs³⁷ em certos bairros nos centros urbanos aterrorizando a população pelo confronto que estes grupos desenvolvem com os seus semelhantes ou rivais pertencentes a outros bairros.

O debate sobre as causas de violência e de criminalidade constitui uma das questões mais fortemente discutidas na sociedade cabo-verdiana. Deste modo, o resultado de um estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde, sob a responsabilidade do CCCD, em 2007, apresenta como as principais causas, a criminalidade e o tráfico de droga,

³⁶ Em conformidade com os dados apresentado na Praia sobre a situação dos jovens em conflito com a lei, a “debilidade familiar” constitui a primeira causa motivadora da violência. Além disso, os dados apresentados fazem referência a outros factores que possibilitam a delinquência juvenil em Cabo Verde, tais como “a subcultura da violência, a privação paternal, a vulnerabilidade familiar, a exclusão social, a ambivalência de referências de conduta e convivência sociais, o défice de autoridade e de protecção e os atributos de personalidade”.(MJ, 2008).

³⁷ A acção violenta levada a cabo por estes grupos, segundo o discurso de Neves (2010), está bastante ligada ao uso e tráfico de droga, ao uso precoce e abusivo de álcool, bem como à desintegração das relações familiares e redes sociais. Portanto, este grupo actua de forma violenta e a sua forma de estar na sociedade contribui para a estigmatização e criminalização da juventude em geral.

segundo a opinião dos cidadãos e da polícia³⁸. Assim sendo, o estudo apresenta as seguintes causas ou motivos: o desemprego, a pobreza, o consumo de droga, os problemas familiares, a falta de educação, a cultura de violência, a ambição e a cobiça, o fraco desempenho policial, a pouca severidade com os infractores, as condições dos bairros (iluminação, acesso difícil), o insucesso e o abandono escolar, a falta de polícias e da prevenção de combate contra o crime e, ainda, o baixo risco dos infractores serem interceptados.

De acordo com o relatório de Ciclo de Tertúlias “Cabo-verde em Debate” (2010)³⁹, o mesmo apresenta um conjunto de causas que está na origem da violência juvenil por parte de um conjunto de pessoas que se reuniram e debateram o assunto em causa. Assim, como resultado final do debate, conforme a Facilitadora Sílvia Roque, as causas da violência juvenil advêm da estrutura e padrões comportamentais individuais, da pobreza, da desigualdade social, sendo que esta última, “enquanto fenómeno, contribui para que os jovens adoptem estratégias para promoverem a aquisição de um determinado estatuto social”. Também pronuncia que a tentativa de obter ou ganhar recursos, que muitas vezes se remete ao tráfico de drogas, também constitui causas de violência. No debate conferido aos presentes, alguns partilham o parecer de que a principal causa de aumento da onda de criminalidade associa-se à falha de instituições de controlo social, à descaracterização da estrutura familiar (ausência da figura paterna e constituição de famílias monoparentais) e o uso abusivo de álcool. Indubitavelmente, as causas da violência e da criminalidade nos centros urbanos, e não só, são prodigiosas, e devido à sua diversidade dá para perceber que as forças de segurança interna apesar de terem uma gigantesca influência para os solucionar, de forma isolada não conseguem grande êxito. Por esta razão, este facto merece a atenção da sociedade em geral para que em conjunto com as autoridades civis e militares consigam solucionar as ditas causas.

4.4.2. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Segundo Roché (1993), a insegurança compreende duas vertentes. A primeira, refere-se à insegurança real, que resulta do “estado objectivo da delinquência” e, a segunda, à insegurança que se sente e esta traduz a ideia do sentimento de insegurança, que resulta das sensações de angústia e de medo⁴⁰. (*Apud*. Oliveira, 2006).

³⁸Em anexo B7 encontram-se explícitas as principais causas de criminalidade e de tráfico de droga em Cabo Verde, incluindo o gráfico que ilustra a percepção da relação existente entre as principais causas de criminalidade e de tráfico de droga, assim como, a conclusão tida sobre a opinião dos cidadãos e da polícia relativamente ao assunto em causa.

³⁹Um relatório de Ciclo de Tertúlias “Cabo Verde em Debate”, que se intitula “Juventude e Violência Urbana: Os Thugs e a Criminalidade Juvenil em Cabo Verde”, sob a coordenação de Suzano Costa.

⁴⁰O medo “público” associa-se à insegurança “pública”. Portanto, Machado (2004, p.20) afirma que, “o alarmismo social em torno da insegurança organiza-se, recorrentemente, em torno de três temas principais: o crescimento do medo, o crescimento do crime, sobretudo do crime violento, e,

Antes de enunciar as particularidades do sentimento de insegurança que se sente em Cabo Verde, é pertinente entender, em primeiro lugar, o seu conceito.

Conforme Lourenço e Lisboa (1998), o sentimento de insegurança consiste num 'conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo, quer individuais, quer colectivas cristalizadas sobre o crime'. (*Apud.* Oliveira, 2006, p. 57). E, Segundo Roché (1993), o sentimento de insegurança define-se 'como manifestações de medo pessoal ou de preocupação por ordem verbais, comportamentais, individuais, ou colectivas (...) O sentimento de segurança é definido ainda como uma inquietação cristalizada sobre um objecto (o crime em sentido lato) e sobre os seus autores. Ele apoia-se no mundo experimentado pelos indivíduos fazendo referência a um sistema de valores.' (*Apud.* Oliveira, 2006, p. 57).

O sentimento de insegurança em Cabo Verde pode-se explicar pelo aumento da violência juvenil e, conseqüentemente, da criminalidade. Nesta linha de vista, esta nova forma de violência que se associa ao aumento do índice de criminalidade no país, constitui, sem dúvida alguma, a principal fonte de sentimentos de insegurança pública e, ademais, dificulta a actuação das forças policiais, especialmente as que são militares, no cumprimento das suas missões, particularmente, da manutenção da ordem pública. Portanto, a violência e o crime afecta a ordem social e, em função disto, põe em causa os principais sistemas de controlo social.

Deste modo, conforme examina o PESI (2009), o sentimento de insegurança prende-se com o aumento de roubos e furtos, incluindo residências, e devido ao aumento do número de gangs juvenis. Ademais, este facto justifica-se com o débil resultado da actuação policial em descobrir os autores e recuperar o produto do roubo/furto, o que origina a percepção de uma justiça débil, morosa e pouco eficaz. Neste contexto, segundo o estudo desenvolvido por CCCD (2007)⁴¹, os habitantes das áreas rurais sentem-se muito mais seguros do que os dos centros urbanos. Na verdade, aqui encontra-se a perfeita turbina geradora da insegurança pública⁴² acabando por afectar directa ou indirectamente a sociedade civil. Estes acontecimentos, de uma certa forma, geram o medo social. Deste modo, cada indivíduo manifesta individualmente o sentimento de segurança ou de

finalmente, o estabelecimento de uma relação de casualidade entre estes dois fenómenos – a insegurança e a criminalidade.”

⁴¹ Vide o anexo C1.

⁴² Segundo as entrevistas 1, 2 e 3 e de acordo com “respostas às questões da PM” (11, 12 e 13) e “respostas às questões da POP” (14 e 15), verifica-se, respectivamente, que em todos os bairros da capital existe, pelo menos, um grupo de jovens delinquentes. Contudo, apesar de serem grupos desorganizados, participam em assaltos, roubos, disputa de espaços urbanos e, em certos casos, entram em atritos devido à rivalidade existente entre eles.

insegurança⁴³ consoante o seu estado de espírito e a probabilidade de um acontecimento, desejado ou não, vir a ocorrer.

4.5. O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR

4.5.1. ENQUADRAMENTO

A PM faz parte integrante das FA cabo-verdianas. Assim sendo, nos termos do art.º2 do decreto-lei nº 30/2007 de 20 de Agosto, a estrutura das FA compreende os Órgãos Militares do Comando, a Guarda Nacional (GN) e a Guarda Costeira. Deste modo, o corpo da PM constitui parte integrante da GN pela faculdade conferida na alínea a) do ponto nº2 do art.º4 do presente decreto-lei. O corpo da PM está instalado nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago⁴⁴.

Entende-se por PM “o corpo da Guarda Nacional que se destina à manutenção da lei e da ordem, à protecção de forças, entidades e da propriedade pública e particular, ao cumprimento de missões de reconhecimento, bem como outras que lhe sejam atribuídas por entidade dotada de competência legal para o mesmo”. (GCEMFA, 2008).

4.5.2. MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR

De acordo com EMFA (1993, p.1) e segundo o Regulamento da PM (artº5), “a PM tem por missão auxiliar o Comandante de quem depende, na manutenção da ordem e da disciplina, na protecção da propriedade pública e particular e no cumprimento das leis, regulamentos e ordens superiores, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as directivas do respectivo Comando.” Como se vê, a missão da PM é bastante genérica mas, apesar disso, ela tem outras missões específicas atribuídas, em que se destaca a manutenção da disciplina, da lei e da ordem. Portanto, esta representa uma missão crítica que a PM desenvolve no seio da sociedade militar e actualmente, devido à nova configuração social, estende-se, analogamente, à sociedade civil em apoio das autoridades civis.

4.5.3. RELACIONAMENTO COM AS AUTORIDADES CIVIS E A POPULAÇÃO

A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no seio da sociedade civil. Em virtude disso, a finalidade última das forças policiais consiste em defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Como uma ilustração,

⁴³ Vide anexo C1 que ilustra a relação de percepção do sentimento de insegurança nos centros urbanos e rurais em Cabo Verde.

⁴⁴ O território cabo-verdiano está dissociado em três comandos territoriais, de acordo com o nº3 do art.º26 do decreto-lei em causa. As alíneas a), b) e c) representam o Comando da Primeira, Segunda e Terceira Região Militar respectivamente. Cada um dos comandos territoriais tem sob o seu comando uma área de responsabilidade. O CPRM está sediado na Ilha de São Vicente e, além desta ilha, está sob a sua alçada as ilhas de Santo Antão, Santa Luzia (não habitada) e São Nicolau; o CSRM com Sede na ilha do Sal, tem ademais sob o seu comando a ilha de Boa vista; e o CTRM está centrado na ilha de Santiago e tem no seu domínio as ilhas de Maio, Fogo e Brava.

Almeida afirma que a polícia é hoje uma instituição desconhecida pela generalidade dos cidadãos e que estes têm permanecido numa negligente atitude de indiferença perante a natureza, conteúdo, forma e condições de actividade policial. Este facto gera incompreensões, suspeições e preconceitos que afectam inexoravelmente o relacionamento entre a polícia e o cidadão. (IGAI, 1998).

Da mesma forma, o mesmo se pode verificar com a instituição militar, especificamente no que diz respeito à actuação da PM em missão de cariz civil, devido ao seu desconhecimento por parte dos cidadãos e da polícia. Estes, espontaneamente, classificam o desempenho dos serviços que a PM presta em função da sociedade civil porque, em primeiro lugar, representa uma força de natureza militar e actua de forma diferente das autoridades civis, em segundo lugar, porque a polícia lida directamente com os civis. Para todos os efeitos, deve haver uma relação de reciprocidade entre a PM e todas as forças de segurança interna e, similarmemente, com a população civil, no sentido de dar a conhecer a instituição. A actuação da PM implica conhecer a sua zona de acção, cooperar com as autoridades civis quando estas o solicitarem, ter uma postura correcta ao abordar ou ao ser abordado, não intervir em ocorrências em que intervêm apenas indivíduos civis a não ser em flagrante delito e na ausência das autoridades civis, deve utilizar a força mínima para fazer cumprir as leis e as ordens, ser educado e cortês em todas as ocasiões etc. (RPM, s.d.). Estes são um conjunto de realidades que a PM tem de pôr em prática no sentido de facultar uma boa relação entre ela com as autoridades civis e a população civil.

4.5.4. SELECÇÃO, GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

“A selecção de recursos humanos envolve a análise do cargo, atrair pessoas através do recrutamento, escolher os melhores classificados através do processo de selecção e contratação, socializar os funcionários através de uma orientação inicial e de um acompanhamento posterior.” (Schermerhorn *et al*, 1998 p. 112). Todas as organizações e empresas procuram a eficácia e o sucesso das suas acções em função das suas capacidades e conhecimentos. Perante este facto, as instituições militares não podem ficar indiferentes pelo que se devem preocupar com a selecção e a gestão de pessoas para a referida instituição. A gestão de pessoas, segundo Kimura (2008), genericamente permite seleccionar pessoas certas para o trabalho que se pretende realizar, tendo em conta que isto implica ter as competências necessárias, a consciência do valor da sua colaboração para a empresa alcançar o seu objectivo, e comprometida com seu trabalho, por paixão ao que faz. Por esta razão, vê-se claramente que as pessoas representam o pilar fundamental da existência de qualquer instituição, na medida em que todas as actividades que por estas se desenvolvem são processadas por pessoas cujo resultado final consiste em satisfazer as necessidades de conjunto de indivíduos pertencentes a diversos patamares sociais. Para as instituições militares, especificamente a PM relativamente à questão da eficácia na

segurança pública, o processo de gestão e selecção de pessoas é extremamente necessário e importante uma vez que requer o profissionalismo do mesmo. Neste âmbito, resulta que na sociedade civil, a PM ocupa-se da função policial o que implica estar numa relação de proximidade com a violência. Esta problemática exige responsabilidade por parte dos militares da PM. Nesta perspectiva, Silva (2001) argumenta que a responsabilidade é consequência do profissionalismo e insiste que uma polícia profissional é uma polícia responsável porque se responsabiliza pelos seus actos, não procura desculpas para as suas insuficiências, incapacidades e erros e deve ser muito exigente na formação técnica, cultural e moral dos seus agentes. De acordo com o autor, o risco moral é mais grave do que o risco físico e estar em contacto permanente com a violência física e moral, a miséria, a violência e a criminalidade pode contribuir para criar nos agentes de polícia sentimentos de aversão, de desilusão, de impotência, (...) e até para duvidarem da suprema dignidade humana.

4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A evolução problemática da sociedade cabo-verdiana, devido ao aumento da onda de violência e ao emprego da PM para as missões de segurança e ordem pública em apoio das autoridades locais, com o intuito de colmatar as ditas violências e aumentar o grau de sentimento de segurança pública, exige que para aquela força militar, mesmo tendo uma boa gestão e selecção das pessoas para o seu ingresso e a formação necessária que lhes confere a faculdade para lidar com cidadãos num ambiente civil, seja imprescindível acautelar-se de uma formação moral dos seus militares. Este facto pode provocar-lhes um desgaste psicológico que a acontecer pode por em causa o cumprimento das missões que lhes são atribuídas e pode contribuir, verdadeiramente, para o aumento da violência e da insegurança pública além de contribuir para que a opinião pública, quanto à sua actuação, seja negativa. Com certeza, o sentimento de insegurança pública em Cabo Verde está intimamente relacionado com as principais causas da violência e de criminalidade. Neste vértice, parece importante considerar a opinião pública no que respeita à avaliação do desempenho das actividades das forças de polícia nos centros urbanos (especialmente nos bairros críticos), na expectativa de avistar caminhos no sentido de baixar os índices de violência e de criminalidade e, na medida do possível, se necessário determinar uma nova forma de intervir tendo em vista os principais alvos⁴⁵. Daí, há possibilidade de extrair novos ensinamentos à custa da opinião pública tendo em conta a sua percepção sobre a actuação da PM. Para comprovar tal pensamento, este estudo integrará a parte prática nos próximos capítulos.

⁴⁵ Os alvos podem ser, por exemplo, o líder de um grupo que ao ser identificado pode deixar o grupo com deficiências de funcionamento, numa área crítica onde não se consegue determinar a génese dos problemas, um bairro onde as forças de patrulha podem começar a ter dificuldades em entrar e outros. Portanto, a visão da população pode-se revelar decisiva para resolver esses factos.

II PARTE – PRÁTICA

CAPÍTULO V: TRABALHO DE CAMPO

5.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente capítulo cinge-se à apresentação do trabalho de campo, assim como à exposição da metodologia utilizada para a sua materialização, identificando-se os procedimentos, as técnicas e os meios utilizados, culminando-se nas respectivas considerações finais.

5.2. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

Quivy e Campenhoutdt (2008, p.187) sustentam que “método, no sentido restrito, traduz-se num dispositivo específico de recolha ou análise das informações, destinado a testar hipóteses de investigação”. Neste âmbito, afirmam que “a entrevista de grupo, inquérito por questionário, ou análise de conteúdo, são exemplos de métodos de investigação em ciências sociais” (p.188). Deste modo, para a colecta de dados, utilizou-se o método inquisitivo que se baseou na aplicação de um inquérito por questionário, constituindo-se aquele como um método de carácter predominantemente quantitativo.

5.3. PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E MEIOS UTILIZADOS

Para a recolha dos dados construiu-se um questionário com um total de 26 questões e, de seguida, procedeu-se à validação do mesmo a partir de pré-testes, tendo sempre presente a opinião de um grupo de indivíduos que contribuiriam para a melhoria da qualidade do questionário, assim como, para o esclarecimento de algumas questões. Deste modo, para os pré-testes foram tipografados, em folhas A4, 15 questionários que posteriormente foram distribuídos pelo inquiridor aos inquiridos. Este acontecimento teve lugar entre 10 a 18 de Abril de 2011. Posteriormente, informaram-se os inquiridos sobre a pertinência da sua colaboração e, sobretudo, sobre a importância do estudo em causa.

Para efeitos de análise estatística dos dados dos pré-testes utilizou-se o SPSS 17.0 for Windows para a análise da estatística descritiva⁴⁶ e da fidedignidade com o cálculo de coeficiente de consistência interna *Alpha de Cronbach*.

Portanto, antes de se aplicar um questionário é preciso que a análise estatística seja fiável. Conforme Hill e Hill (2008, p.141) “ Diz-se que uma medida de uma variável latente⁴⁷ é fiável se for consistente”. Pode-se determinar a fiabilidade de “consistência

⁴⁶ Segundo o professor Peternele (s. d.), “Estatística Descritiva é a parte da estatística que procura somente descrever e avaliar um certo grupo, sem tirar quaisquer conclusões e inferências sobre um grupo maior e permite apresentar os dados sob a forma de tabelas e gráficos e fazer a discrição.

⁴⁷ «Variável latente» representa “uma variável que não pode ser observável nem medida directamente mas que pode ser definida a partir de um conjunto de outras variáveis (possíveis de serem observadas ou medidas) que medem qualquer coisa em comum (nomeadamente a variável latente).” (Hill e Hill, 2008, p.135).

interna do tipo split – half”, aplicando-se o questionário, apenas uma vez, a uma amostra de pessoas. Depois divide-se o conjunto de itens do questionário em duas partes iguais *A* e *B*. Por fim, calcula-se o valor observado para cada pessoa e para cada parte separada. Cronbach desenvolveu uma técnica que estima o coeficiente de fiabilidade interna (α) que representa o valor médio de todos os coeficientes possíveis de tipo Split – half, sendo que se podem calcular automaticamente recorrendo-se ao SPSS. Nesse sentido, o (α) varia entre 0 e 1, sendo que é excelente quando maior que 0,9, é bom entre 0,8 e 0,9, é razoável entre 0,7 e 0,8, é fraco entre 0,6 e 0,7 e é inaceitável quando inferior a 0,6. Como se verifica na tabela1, o valor do (α) encontrado no pré-teste que garante a fiabilidade do questionário é bom e neste sentido justifica-se a sua aplicação.

Tabela 1: Coeficiente de consistência interna Alpha de Cronbach.

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
.900	26

Sendo assim, com recurso ao SPSS 17.0 procedeu-se à análise da estatística descritiva apresentando-se posteriormente o resultado de análise sob a forma de tabelas. Com os dados da amostra introduzidos no SPSS, o programa calculou de forma automática os resultados absolutos de cada questão do questionário, no que respeita à média, à mediana, ao desvio padrão, à variância, aos mínimos e, por fim aos máximos. Huot começa por afirmar que **média** representa o centro de gravidade de uma série e que é uma medida de tendência central que marca o ponto de equilíbrio da série, pressupondo que não existem valores extremos, mas que existem uma certa semelhança entre os dados. Para o mesmo autor, a **mediana**, obtém-se dividindo a soma de todos os valores da série pelo número de valores nessa série. É a medida de tendência central que divide a série em duas partes iguais, quando os valores estão ordenados. Quanto ao **desvio padrão**, Huot chama-o de desvio tipo e mede a difusão da série de dados em torno da média, permitindo fazer comparação entre séries que têm médias semelhantes. Portanto, quanto maior for o desvio mais se afastam os dados da média. Este encontra-se intimamente relacionado com os máximos e os mínimos que representam a escala de uma resposta. Sendo assim, no questionário aplicado para esta investigação, as perguntas de respostas “Sim/Não” têm como mínimo 1 e máximo 2, sendo que, neste caso, o desvio padrão é menos notório do que nas restantes perguntas do questionário onde o mínimo é 1 e o máximo é 5. O desvio padrão permite ver e fazer a comparação entre as médias de todas as respostas do questionário, no sentido de se saber qual é o comportamento da média em cada resposta, se ela está muito concentrada ou muito dispersa em relação a um ponto. (Huot, 2002, p.126 - 196).

Para a construção dos gráficos (apêndice I) e tabelas (apêndice H) utilizou-se o programa Microsoft Office Excel 2007. Entretanto, as tabelas ED representam os valores da análise à Estatística Descritiva e as tabelas FP representam as Freqüências e as Percentagem associadas a cada uma das respostas ao questionário.

5.3.1. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

As questões dirigidas no inquérito foram direccionadas para as hipóteses. Sendo assim, foram aplicados entre 20 de Abril a 6 de Maio de 2011, 400 inquéritos, dos quais 300 foram preenchidos nas respectivas residências dos inquiridos e 100 noutros locais. Os inquéritos foram entregues pelo inquiridor que, posteriormente, procedeu à sua recolha depois de terem sido respectivamente preenchidos.

Ghiglione e Matalon (1992, p 160) argumentam que “qualquer que seja a técnica adoptada é o inquérito na casa da pessoa que assegura as condições mais favoráveis”. Reforçam ainda que, naquele ambiente, as pessoas inquiridas dispõem de tempo suficiente e sentem-se mais à vontade, reduzindo-se ao mínimo o risco de serem perturbados e ouvidos.

5.3.1.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra é do tipo aleatória simples e é constituída por um universo formado por 400 indivíduos. Esta amostra envolveu a população da cidade da Praia entre os cidadãos cuja faixa etária mínima compreendeu os 18 anos de idade. Na cidade da Praia, foram aplicados 100 inquéritos em Achadinha, 100 em Achada Santo António e 100 em Achada Grande Frente. Paralelamente, foram ainda efectuados 50 inquéritos aos militares e 50 à PN, constituindo-se um universo de inquiridos de 300 civis, 50 militares e 50 polícias.

5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os inquéritos foram aplicados com a finalidade de abrangerem toda a classe social incluindo a própria instituição militar e também outras forças de segurança interna, nomeadamente, a PN. Pretendeu-se, por um lado, descobrir opiniões alargadas sobre a percepção da actuação da PM em missão de cariz civil, por parte dos civis (residentes e moradores dos respectivos bairros) e, por outro lado, saber qual a posição dos militares e das forças policiais relativamente a esse mesmo assunto. Todavia, a divisão da recolha de opiniões estendeu-se aos três bairros mais problemáticos da cidade e, desta forma, os dados aqui auferidos foram comparados com os dados obtidos nas instituições militares e policiais. Com este procedimento, pretendeu-se obter, de uma forma geral, uma percepção mais acertada considerando o universo onde o estudo incidiu.

CAPÍTULO VI: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Os resultados da análise das respostas dos inquiridos são expostos neste capítulo, procedendo-se à caracterização das amostras no sentido de se facultar a sua compreensão e o seu conhecimento. De seguida, são apresentados os dados quantificados na forma de tabelas e de gráficos incluindo as explicações e algumas observações necessárias a um esclarecimento conveniente.

6.2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

6.2.1. CARACTERIZAÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA

A amostra total dos inquiridos representa, como já se referiu anteriormente, um universo constituído por 400 indivíduos. Deste modo, o gráfico I2 mostra que dos indivíduos inquiridos, 47% são do sexo feminino e 53% são do sexo masculino. Segundo o gráfico I3, 24% são casados e 76% são solteiros. Conforme ilustra o gráfico I4, 52% possuem filhos e 48% encontram-se em situação contrária. Quanto à faixa etária dos inquiridos, a idade mínima é de 18 anos. Todavia, o gráfico I1 configura a distribuição por faixa etária dos inquiridos. Assim sendo, 50% dos indivíduos estão na faixa etária que vai desde os 18 aos 25 anos de idade, 25% dos 26 aos 33, 11% dos 34 aos 41, 9% dos 42 aos 49, 4% dos 50 aos 57 e 1% mais de 57 anos de idade. No que respeita às habilitações literárias, a sua distribuição está explanada no gráfico I5. Segundo este gráfico, 25% dos inquiridos possuem o ensino básico, 11% possuem do 7º ao 9º ano, 49% possuem do 10º ao 12º ano, 4% possuem bacharelato, 7% possuem licenciatura, 2% possuem mestrado e 2% possuem doutoramento.⁴⁸

6.2.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS INQUÉRITOS

A análise das respostas dos inquiridos efectua-se segundo uma análise estatística com a finalidade de esclarecer a sua percepção. Nas questões 5, 12, 14, 15, 16, 25 e 26, as respostas são apresentadas segundo uma escala nominal (sim, não). Nas restantes questões as respostas são apresentadas segundo uma escala de 1 a 5, sendo estruturadas consoante a opinião que se pretende obter.

1: Como classifica a presença da Polícia Militar (PM) nas ruas?

■ Má ■ Defeituosa ■ Razoável ■ Boa ■ Óptima

No que respeita à presença da PM nas ruas verifica-se que, do total dos inquiridos, 34,0% considera Óptimo, 43,8% acha que é Boa e 16,8% Razoável, tal como ilustra o gráfico Q1. Ainda conforme este gráfico, tanto a população civil, como as forças policiais e militares demonstram uma boa classificação quanto à presença da PM nas ruas, apesar de a

⁴⁸ O quadro H1 representa a frequência e percentagem da amostra total dos inquiridos.

população civil ser a mais optimista. Assim, em conformidade com a tabela ED1, surge uma média de 4,04 e um desvio padrão de 0,917 da amostra total.

2: O serviço desenvolvido pela PM no âmbito da segurança pública é óptimo.

■ D. Totalmente ■ Discordo ■ Talvez ■ Concordo ■ C. Totalmente

Quanto a esta questão, 37,3% dos inquiridos Concordam Totalmente e 47,8 apenas Concordam. Conforme ilustra o gráfico Q2, nas zonas de Achadinha, Achada Santo António e Achada Grande Frente Acima, 50,0% dos inquiridos em cada uma daquelas zonas concordam que o serviço desenvolvido pela PM é Óptimo. A média total dos inquiridos é de 4,15 e o desvio padrão de 0,876 conforme apresenta a tabela ED2.

3: Quando vejo a PM na rua sinto medo.

■ C. Totalmente ■ Concordo ■ Talvez ■ Discordo ■ D. Totalmente

No que tange ao sentimento de medo, do conjunto dos inquiridos, 1,8% Concordam Totalmente, 6,0% Concordam, 17,3% encontram-se em situação duvidosa, 45,0% Discordam e 30,0% Discordam Totalmente. Contudo, segundo os detalhes do gráfico Q3, a Polícia mostra ser a mais afectada pelo medo da PM na rua e demonstram também um maior índice de dúvidas, isto é, 32,0% dos inquiridos da polícia optaram pela resposta talvez. A média total das respostas é de 3,96 e o desvio padrão de 0,933.

4: Quando vejo a PM na rua sinto-me seguro.

■ D. Totalmente ■ Discordo ■ Talvez ■ Concordo ■ C. Totalmente

Quanto ao sentimento de segurança, verifica-se que 36,0% dos inquiridos afirmam Concordar Totalmente, 43,3% Concordam e apenas 15,5% detêm alguma dúvida. De acordo com o gráfico Q4 percebe-se que 10,0% dos inquiridos na zona de Achadinha e 6,0% dos militares responderam negativamente, constituindo este um resultado pouco relevante para a amostra total. A tabela ED4 mostra que a média da resposta a esta questão é de 4,08 e o desvio padrão de 0,906.

5: Acredito que a PM preenche os requisitos necessários que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública.

■ Não ■ Sim

No que toca a esta questão, 84,5% dos inquiridos acreditam que a PM preenche os requisitos necessários para desempenhar missões de segurança e ordem pública e apenas 15,5% contrariam essa resposta, tal como configura o gráfico Q5. A média da resposta a esta questão é de 1,85 e o desvio padrão de 0,362.

6: A actuação da PM contribui para o entrave da criminalidade.

■ D. Totalmente ■ Discordo ■ Talvez ■ Concordo ■ C. Totalmente

Com base no gráfico Q6 percebe-se que 47,9% Concorda Totalmente e 37,1% Concorda que a actuação da PM contribui para o entrave da criminalidade. Segundo o mesmo gráfico, verifica-se que a população civil nas três zonas inquiridas e em cada uma delas, cerca de 90,0% respondeu de uma forma totalmente satisfatória mas, no que toca aos militares e

polícias os mesmos manifestaram maior incerteza com destaque para os militares, apesar das respostas serem de igual modo satisfatório. A tabela ED6 representa uma média de 4,24 e o desvio padrão de 0,942.

7: A actuação da PM no seio da sociedade civil tem consequências positivas.

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

No que respeita a esta afirmação, 63,0% dos inquiridos responderam Sim e 24,0% optaram por resposta Provavelmente Sim. Relativamente ao universo inquirido nas cinco áreas de estudo diferentes, em cada uma delas, como se vê no gráfico Q7, acima dos 50,0% optou pela resposta Sim. Assim sendo, a média total das respostas é de 4,44 e o desvio padrão de 0,877.

8: A postura dos militares da PM no desempenho das suas actividades é:

■ Má ■ Defeituosa ■ N é Boa n Def ■ Boa ■ Óptima

Com base no gráfico Q8, dos indivíduos inquiridos, 31,3% consideram que a postura da PM é Óptima, 43,5% acham que é Boa e 18,0% afirmam que Não é Boa nem Defeituosa. A tabela ED8 apresenta uma média de 3,97 e o desvio padrão de 0,933 das respostas a essa questão.

9: Na minha opinião, a PM é munida de formação necessária que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública com eficácia.

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

Segundo a opinião pública, 36,8% dos inquiridos afirmam que Sim, que a PM tem a formação necessária, 29,0% afirmam que Provavelmente Sim e 24,3% acreditam que Talvez. Dos militares inquiridos, 8,0% assinalaram a resposta Não, tornando-se na percentagem mais elevada de entre as cinco áreas de estudo inquiridas, conforme mostra o gráfico Q9. As respostas preconizam uma média de 3,88 e um desvio padrão de 1,106, segundo a tabela ED9.

10: É necessário, a PM dispor de grandes meios e capacidades militares para poder desempenhar missões de segurança e ordem pública.

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

O gráfico Q10 ilustra que, 49,3% dos indivíduos optaram pela resposta Sim, 30,5% pela resposta Provavelmente Sim e 8,8% Provavelmente Não. Ainda segundo o mesmo gráfico, 74,0% dos militares optaram pela resposta Sim, sendo esta área de estudo a mais elevada comparativamente às restantes áreas inquiridas. A resposta Provavelmente Não atingiu os 20,0%, traduzindo-se na percentagem mais elevada associada aos polícias. Assim, do total das respostas surge uma média de 4,11 e o desvio padrão de 1,153 conforme mostra a tabela ED10.

11: A actuação da PM no seio da sociedade civil implica a sobreposição de tarefas, considerando outras forças de segurança interna, ou seja, ela acaba por desempenhar a mesma tarefa que as outras forças desempenham e no mesmo local.

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

Conforme mostra o gráfico Q11, 17,3% das respostas representam o Sim, 31,0% Provavelmente Sim, 14,8% Talvez, 14,5% Provavelmente Não e 22,5% de respostas associam-se ao Não. De acordo com o gráfico em causa, percebe-se que a população civil é aquela que menos acredita que haja sobreposição de tarefas. Daqui resulta uma média de 3,06 e 1,431 de desvio do padrão.

12: Tenho confiança na actuação da PM.

■ Não ■ Sim

Como se vê pela configuração do gráfico Q12, os cabo-verdianos depositam confiança na actuação da PM, contudo, apenas 11,8% dos inquiridos não depositam a sua confiança na PM. Assim, sucede-se uma média de 1,88 e um desvio padrão de 0,322, de acordo com a tabela ED12.

13: Há forte probabilidade do ingresso de jovens delinquentes para a PM.

■ Sim ■ Prov Sim ■ Talvez ■ Prov Não ■ Não

Nota-se pelo formato do gráfico Q13 que para os inquiridos é bastante provável o ingresso de delinquentes para a PM. Como se vê, 23,5% das respostas assinaladas corresponde a Sim, 19,5% Provavelmente Não, 19,0% assinalaram Talvez, 13,0% Provavelmente Não e 25,0% Não. Quanto ao universo militar inquirido, 64,0% assinalaram a resposta Sim. Optaram pela mesma resposta, 40,0% do universo policial inquirido. Entretanto, a resposta dos civis inquiridos mostra tendências contrárias. Desta feita, surge uma média de 2,97 e o desvio padrão de 1,506 ED13.

14: Acredito que existem indivíduos da PM associados aos grupos de jovens delinquentes.

■ Sim ■ Não

O gráfico Q14 ilustra que, do total dos inquiridos, 56,5% optaram pela resposta Não e 43,5% pela resposta Sim. No que toca às diferentes áreas inquiridas, 90,0% em Achada Santo António e 88,0% dos militares responderam Sim, 91,0% em Achadinha e 89,0% Achada Grade Frente responderam Não, mostrando claramente uma divergência de opinião entre as áreas inquiridas. De acordo com a tabela ED14, a média das respostas é de 1,57 e o desvio padrão de 0,496.

15: Os “jovens delinquentes”, que pertencem a um determinado grupo violento, alistam-se na PM com a finalidade de “ajustar as contas” com os jovens delinquentes de outros grupos.

■ Sim ■ Não

De uma forma geral, 78,8% dos inquiridos não acreditam nesta possibilidade, apostando pela resposta Não. Porém, em função do gráfico Q15 é claramente visível a diferença das respostas dadas pelas diferentes áreas inquiridas. Deste modo, 84,0% dos militares responderam Sim, assim como, 36,0% dos inquiridos na polícia. Quanto aos civis, em

nenhuma zona a opção pelo Sim ultrapassou os 10,0%. A média das respostas é de 1,79 e o desvio padrão de 0,410.

16: Concordo com existência de duas forças de segurança de ordem pública (PM e POP).

■ Não ■ Sim

Relativamente a esta afirmação, 95,3% de total dos inquiridos assinalaram a resposta Sim, e pela apresentação do gráfico Q16 é visível que existe uma distribuição semelhante nas cinco áreas inquiridas. Daqui resulta uma média de 1,95% e o desvio padrão é de 0,213.

17: Gostaria de fazer parte da PM?

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

No que tange a percentagem das respostas associadas a esta questão, 44,6% corresponde a resposta Sim, 22,6% Provavelmente Sim, 16,0% Talvez, 5,8% Provavelmente Não e 11,0% associaram as suas respostas a Não, conforme o gráfico Q17. A estas respostas associa-se uma média de 3,84, e um desvio padrão de 1,345 como se apresenta na tabela ED17.

18: A relação da PM com a sociedade civil é:

■ Muito Desfavorável ■ Pouco Desfavorável ■ Indiferente ■ Pouco Favorável ■ Muito Favorável

Em matéria do relacionamento com a sociedade civil consta no gráfico Q18 que, 50,3% dos inquiridos considera que é Muito Favorável, 24,5% considera Pouco Favorável e 16,5% considera Indiferente. Neste caso surge uma média de 4,13 e um desvio padrão de 1,074.

19: Qual é a sua opinião quanto à importância da PM no desempenho de segurança e ordem pública?

■ Nada Importante ■ Pouco Importante ■ Moderadamente Importante ■ Importante ■ Muito Importante

No que toca a questão em análise, 58,3% apontaram que é Muito Importante o desempenho de segurança e ordem pública por parte de PM, 34,3% menciona que é Importante e menos de 10,0% optaram pelas restantes opções conforme ilustra o gráfico Q19. Sendo assim, sucede-se, pelos detalhes da tabela ED19, uma média de 4,46 e um desvio padrão de 0,784.

20: A segurança pública em Cabo Verde pode ser desenvolvida por uma força de segurança de natureza militar, ou de natureza civil.

■ D. Totalmente ■ Discordo ■ Neutro ■ Concordo ■ C. Totalmente

Respeitando o gráfico Q20, vê-se que 43,8% das pessoas inquiridas Concordam Totalmente com a afirmação, 36,8% Concorda e 13,0% mostram-se duvidosos. Nas várias áreas inquiridas, os militares apresentam maior percentagem de dúvida com cerca de 26,0%. A tabela ED20 expõe uma média de 4,15 e um desvio padrão de 0,965 para esta afirmação.

21: A dupla vertente (policial e militar) da PM permite garantir maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.

■ D. Totalmente ■ Discordo ■ Neutro ■ Concordo ■ C. Totalmente

Concordam Totalmente com esta afirmação 40,8% dos inquiridos, 40,5% Concordam e 13,5% optaram pela opção Neutro, acabando por ficarem numa posição intermédia segundo o gráfico Q21. O mesmo gráfico mostra que na zona de Achada Santo António e os militares apresentam maior percentagem da dúvida com 17,0% e 18,0%, respectivamente. Desta questão, de acordo com a tabela ED21, resultou uma média de 4,15 e o desvio padrão de 0,913.

22: A existência de uma única força de segurança a nível nacional garante maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.

■ C. Totalmente ■ Concordo ■ Neutro ■ Discordo ■ D. Totalmente

O gráfico Q22 ilustra que, 16,3% dos inquiridos Discordam Totalmente, 47,8% Discordam, 14,8% assinalaram a resposta Neutro, 14,8% Concordam e 6,5% Discordam Totalmente. Para esta afirmação, 24,0% dos militares inquiridos optaram pela resposta Neutro, traduzindo-se assim na percentagem duvidosa mais elevada em comparação com as outras áreas inquiridas. Para esta questão a média das respostas é de 3,53 e o desvio padrão de 1,124.

23: Recomendaria o ingresso na PM a um amigo ou familiar?

■ Não ■ Prov Não ■ Talvez ■ Prov Sim ■ Sim

No que se refere à presente questão, 38,5% dos inquiridos responderam Sim, 31,5% Provavelmente Sim, 14,8% Talvez, 7,0% Provavelmente Não e 8,3% Não. Salienta-se ainda que, 16,0% dos militares inquiridos escolheram a resposta Não e 28,0% manifestaram alguma incerteza ao seleccionar a resposta Talvez, traduzindo-se na percentagem mais elevada se se comparar com as restantes áreas inquiridas. A média das respostas é de 3,85 e o desvio padrão de 1,239, tal como apresentam os detalhes da tabela ED23.

24: Qual das seguintes frases descreve a sua opinião sobre a existência da PM no desempenho das suas missões em prol da segurança e da ordem pública?

■ A PM n é necess e devia deixar d existir ■ A PM n é necessária
■ A PM n é mt necess. mas deve existir ■ A PM é necessária
■ A PM é Essencial

Quanto a esta questão, pela ilustração configurada pelo gráfico Q24, 31,0% das pessoas inquiridas considera que a PM é Essencial, 56,3% considera que a PM é Necessária e 7% considera que a PM Não É Muito Necessária Mas que Deve Existir. Cerca de 30,0% dos polícias inquiridos considera que a PM Não É Necessária, o que representa uma grande diferença percentual se se comparar com as restantes áreas inqueridas onde a percentagem máxima foi de 2,0% para a mesma resposta. Desta questão sai uma média de 4,12 e um desvio padrão de 0,797 segundo os pormenores da tabela ED24.

25: A PM deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.

■ Não

■ Sim

Com base no gráfico Q25, verifica-se que 93,5% dos inquiridos optaram pela resposta Sim e apenas 6,5% pela resposta Não. Assim, conforme a tabela ED25, resulta uma média de 1,94 e um desvio padrão de 0,247.

26: A presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade.

■ Não

■ Sim

Segundo a configuração do gráfico Q26, 95,8% afirmaram que a presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade tendo em conta que apostaram na resposta Sim. Deste modo, surge em função da tabela ED26 uma média de 1,96 e um desvio padrão de 0,202.

6.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da análise às questões do inquérito não se apresentaram todas as particularidades das respostas. Contudo, para uma análise mais profunda pode-se consultar o Apêndice H, onde se expõem, sob a forma de tabelas, os detalhes associados às respostas dadas pelo total do universo inquirido, assim como, do universo inquirido em cada área em particular. De igual modo, pode também ser consultado o Apêndice I onde se apresentam os dados quantificados sob a forma de gráficos.

CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este capítulo destina-se à verificação das hipóteses de estudo, ao cumprimento dos objectivos que inicialmente foram definidos, bem como ao fornecimento das respostas às questões derivadas, apresentando-se imediatamente a seguir as consequentes reflexões finais. Para finalizar, procurar-se-á explanar algumas recomendações, apontando-se as limitações da investigação e propondo ideias para investigações futuras.

7.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

A verificação das hipóteses previamente formuladas procede-se com base na tabela 2 que representa a conexão entre as hipóteses de estudo e o inquérito por questionário.

Tabela 2: conexão entre as hipóteses de estudo e questionário.

Hipóteses de estudo	Questões associadas
Hipótese 1	1; 2; 17; 18; 23; 24
Hipótese 2	5; 8;9
Hipótese 3	6; 7; 16; 20; 21; 22; 25; 26
Hipótese 4	10; 11
Hipótese 5	12; 19
Hipótese 6	3; 4; 13; 14; 15

H1 – A população cabo-verdiana tem uma óptima percepção em relação à presença da PM no desempenho das missões de segurança e ordem pública e estão satisfeitos com o serviço desempenhado por esta força. Esta hipótese verifica-se uma vez que, os inquiridos consideram que a presença da PM na rua é boa ou óptima, assim como o serviço que ela desempenha. Além disso, a maioria considera que gostaria de fazer parte da PM ou aconselhava um amigo ou familiar a ingressar nesta força. A PM promove um tipo de relacionamento muito favorável com a população e esta, por sua vez, considera que a PM é essencial e necessária nas missões de segurança e ordem pública, o que demonstra claramente que as pessoas estão bastante satisfeitas.

H2 – No desempenho das missões de segurança e ordem pública, a PM adopta uma postura irrepreensível. Este facto prende-se com a boa formação ministrada aos militares que actuam no seio da sociedade civil. Do ponto de vista da sociedade civil, esta hipótese confirma-se na sua totalidade, conforme os resultados obtidos nas respostas às questões associadas à esta hipótese, onde os inquiridos responderam afirmativamente.

H3 – A missão desenvolvida pela PM no seio da população civil é extremamente positiva. Deste modo, esta força de natureza militar deve desempenhar as missões de cariz civil em paralelo com as forças de segurança interna, nomeadamente a PN, tendo em conta que a existência de mais do que uma força de segurança interna permite garantir maior

segurança aos cidadãos e aos seus bens. Os inquiridos responderam favoravelmente a esta hipótese, pelo que as respostas permitem confirmar com firmeza a hipótese na sua íntegra.

H4 – A PM não deve dispor de grandes meios e capacidades militares para desenvolver as missões de segurança e ordem pública tendo em conta que ela acaba por desempenhar as mesmas tarefas que as outras forças de segurança interna. Quanto a esta hipótese, os inquiridos acreditam que a PM deve dispor de grandes meios e capacidades militares para desempenhar as missões de segurança e ordem pública apesar de desempenharem as mesmas tarefas do que as outras forças de segurança interna, pelo que torna esta hipótese parcialmente rejeitada, levando, desta forma, à sua não confirmação.

H5 – Os cidadãos cabo-verdianos têm plena confiança na PM e dão muita importância aos serviços levados a cabo por aquela força. Esta hipótese foi totalmente verificada, pelo que as pessoas inquiridas mostram depositar confiança na PM e valorizam o tipo de serviço que ela desempenha.

H6 – A actuação da PM no seio da sociedade civil transmite à população uma sensação de medo e insegurança, tendo em conta de que naquela força podem-se encontrar integrados elementos que pertencem a determinados grupos violentos. No que diz respeito a esta hipótese, a maior parte dos inquiridos acredita que existem integrados na PM elementos que pertencem a grupos violentos mas, mesmo assim, consideram que a actuação da PM fazem-nos sentir seguros. Deste modo, esta hipótese não se confirma.

7.3. CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS

O objectivo primeiramente definido consiste em “Perceber se a população cabo-verdiana apoia a presença de uma força militar em missões de cariz civil”. Com base nas respostas às questões 16, 19, 20, 21, 22, 24 e 25 do inquérito, pode-se concluir que este objectivo foi totalmente alcançado. Desta feita, resulta que a maior parte dos indivíduos inquiridos concorda que a segurança e ordem pública podem ser desenvolvidas, tanto por uma força de segurança de natureza militar, como por uma força de segurança de natureza civil. No entanto, discordam com a existência de uma única força de segurança interna, considerando que a PM é essencial e que ela deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.

Quanto ao segundo objectivo, “Perceber se, à vista da opinião pública, a PM está preparada para desempenhar missões de segurança e ordem pública.” Este objectivo é atingido em função das respostas às questões 5, 8, 9 e 18 do inquérito, onde a maioria das pessoas considera que a PM adopta uma boa postura e mantém um relacionamento muito favorável com a sociedade civil. Além disso, a maioria dos inquiridos afirma que a PM preenche os requisitos e tem a formação necessária para desempenhar missões de segurança e ordem pública.

Relativamente ao terceiro objectivo, “Saber como é que a população se sente quando vê a PM na rua.”. As respostas às questões 4, 6, 7 e 26 concorrem para o cumprimento deste objectivo. Neste sentido, estas respostas mostram que a actuação da PM em prol da segurança e ordem pública tem consequências positivas, pelo que a população sente-se segura e acredita que a actuação da PM contribui para o entrave e redução da criminalidade. Todos os objectivos inicialmente definidos no presente trabalho de investigação, foram completamente materializados.

7.4. RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DERIVADAS

As respostas às questões derivadas foram materializadas durante a análise e discussão de resultados e respondidas na verificação das hipóteses.

A primeira questão derivada, “Qual é a satisfação que os cidadãos cabo-verdianos têm mediante a actuação da PM no meio civil?”, foi respondida na verificação da H1. Sendo assim, os cidadãos estão bastante satisfeitos com a presença da PM na rua, com o tipo de relacionamento desenvolvida no meio civil e com a qualidade do serviço que ela presta.

Quanto à segunda questão, “Qual é a opinião pública sobre a postura dos militares da PM paralelamente ao desempenho da missão de segurança e ordem pública?”, pode ser respondida com base na segunda hipótese. Assim, pode-se afirmar que a PM adopta uma boa postura no desempenho das missões de segurança e ordem pública uma vez que, conforme a hipótese em causa, os inquiridos responderam afirmativamente.

A terceira questão, “Será que a população cabo-verdiana partilha da opinião que a PM preenche os requisitos necessários de modo a promover a consecução de segurança e ordem pública?”, está associada à H2. Tendo por referência as respostas da pergunta 5 do inquérito, pode-se afirmar que a população cabo-verdiana acredita que a PM preenche os requisitos necessários de modo a promover a consecução de segurança e ordem pública.

No que diz respeito à quarta questão, “Será que os cidadãos cabo-verdianos apoiam a presença de uma força militar no desempenho das missões de segurança e ordem pública?”, a resposta foi dada durante a verificação da H3. De acordo com esta hipótese a PM, apesar de ser uma força militar, tem apoio dos cidadãos para o desempenho das missões de segurança e ordem pública.

Em relação a quinta questão, “Será que a PM goza de moção de confiança no seio da sociedade civil?”, a resposta a esta questão foi materializada na verificação da H5. Esta hipótese confirma que os cidadãos cabo-verdianos têm plena confiança na PM e dão muita importância ao serviço que ela desempenha, neste caso pode-se afirmar com certeza que a PM goza de moção de confiança no seio da sociedade civil.

Indo de encontro à sexta questão, “Qual é a impressão que a PM comunica à população civil quando aquela efectua patrulhamento de proximidade?”, encontra-se a resposta incorporada nas H1, H5 e H6. Assim, segundo as H1 e H6, verifica-se que a PM

transmite à população uma sensação de segurança e de satisfação, a que se acrescenta, pela verificação da H5, num elevado nível de confiança na PM.

Quanto à sétima questão, “Estão preparados os militares da PM para actuar no meio civil?”, verifica-se que a PM promove um tipo de relacionamento muito favorável com a população civil, adopta uma postura irrepreensível no cumprimento da sua missão, a população deposita a sua confiança na actuação da PM e, de igual modo, mostra que se sente segura, como se comprova pela verificação das H1, H2, H5 e H6 respectivamente. Esta visão leva a afirmar com bastante certeza que a PM está suficientemente preparada para enfrentar a população civil.

7.5. REFLEXÕES FINAIS

Depois da verificação das hipóteses, cumprindo os objectivos e obtendo-se as respostas às questões derivadas, procede-se neste subcapítulo às reflexões finais com especial enfoque à resposta da questão central inicialmente apresentada. “Qual é a percepção da população cabo-verdiana no que respeita à actuação da PM no seio da sociedade civil?”. Parte-se do princípio que a protecção da população civil e das demais entidades nacionais e do património do Estado é essencial para o progresso e para o desenvolvimento de uma sociedade num clima de segurança e estabilidade. Contudo, é necessário desenvolver um esforço entre as forças de segurança nacionais para a prossecução da segurança, da ordem e da estabilidade pública. Neste contexto, é sem dúvida inquestionável que, ao levar-se a cabo acções de policiamento nas áreas urbanas mais críticas, se contribui para a estagnação e redução das práticas que favorecem a insegurança pública. Indo ao encontro da questão central, de acordo com a população, apesar de a PM ser uma força militar, esta está apta para actuar no meio civil e os seus militares estão preparados para lidar com a população, tendo em conta que a PM adopta uma postura adequada e promove um tipo de relacionamento muito favorável naquele meio. Além disso, a população acredita que a PM é essencial e a sua actuação contribui para a redução e o entrave da criminalidade, promovendo por esta razão um maior sentimento de segurança. A população demonstra muita confiança na PM em relação à sua presença em missões de segurança e ordem pública. Uma vez mais em relação à questão central, pode-se concluir que, resumidamente, a população cabo-verdiana tem uma óptima percepção no que diz respeito à actuação da PM no seio da sociedade civil. Nesta lógica verifica-se que existe um bom clima de relacionamento tanto entre a PM e a população civil como com a PN o que torna positivo e confiante a actuação da PM em prol de missões de cariz civil.

7.6. RECOMENDAÇÕES

Em função da evolução da sociedade cabo-verdiana, recomenda-se o prolongamento do período de tempo de formação para os militares da PM, principalmente os soldados que irão desempenhar missões de cariz civil, assim como a necessidade de se

efectuar uma selecção mais cuidadosa dos indivíduos que pretendem permanecer nas fileiras da PM. De igual modo, seria proveitoso aumentar o tempo de permanência para os soldados da PM, uma vez que um ano de permanência é um período muito reduzido para se conseguir ganhar experiência útil, de maneira a que essa mesma experiência possa ser transmitida aos outros militares.

7.7. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Foram várias as limitações encontradas para a realização do presente TIA. Em primeiro lugar a impossibilidade de me deslocar a Cabo Verde no sentido de fazer o estudo em todas as ilhas onde se encontra instalada a PM e de recolher as informações satisfatórias para que a concretização da investigação em causa tivesse sido abrangida por uma melhor qualidade. Em segundo lugar, o período disponível para a elaboração e para a entrega do TIA, além da limitação máxima do número de páginas, constituiu uma dificuldade acrescida, devendo esta limitação ser considerada nesta investigação. Por outras palavras, seria útil e adequado estender o limite máximo do número de páginas, para a realização de um trabalho ou de uma investigação desta natureza.

É igualmente importante frisar que a bibliografia é escassa ou praticamente inexistente, pelo que não se encontram artigos científicos ou trabalhos de investigação que relatem assuntos sobre a PM de Cabo Verde, o que veio a aumentar claramente o grau de dificuldade da investigação.

7.8. INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Estou certo que este estudo, não só não esgota esta temática, como muitos dos assuntos abordados carecem de aprofundamento. Uma investigação que se perfilha como interessante neste âmbito, será a proposta de criação e a consequente análise de relatórios de segurança interna e dos resultados que esse diagnóstico demonstrar, nomeadamente se o sistema se encontra ajustado ao quadro legal relativamente às novas ameaças e riscos internos e internacionais. Essa mesma análise poderá abordar se a evolução dos riscos se traduz num quadro normativo compatível com uma visão de conjunto e sistémica dos domínios da segurança interna, e se existe uma continuidade e constante ajustamento entre este quadro legal e o real funcionamento do sistema.

Para investigações futuras propõe-se também a materialização do mesmo tema com o intuito de se alargar a investigação de forma a serem abrangidas as ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, locais onde também se encontra instalada a PM.

De igual modo, há outras linhas de investigação que se mostram interessantes, tal como um eventual estudo sobre a coordenação dos diversos intervenientes na produção da segurança ao nível local, com vista à dinamização efectiva das forças de segurança e dos parceiros locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, Chris *et al.* (2007). *As ameaças do mundo actual*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- ACADEMIA MILITAR (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*, Lisboa, Academia Militar.
- ALVES, Armando Carlos (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa.
- BARBOSA, Pedro Gomes *et al.* (2006). *As teias do terror: novas ameaças globais*, 1ª Edição, Lisboa, Esquilo Edições e Multimédia Lda.
- BORGES, TCor João Jorge Botelho Vieira (2008), *Teoria Geral da Estratégia*, serviços gráficos da Academia militar.
- CLEMENTE, Pedro José Lopes (2000). *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea Da Seguridade Pública*, I – Volume, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- CLEMENTE, Pedro José Lopes (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*, Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- CAETANO, Marcelo (1996). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª ed., Tomo I, Almedina, Coimbra.
- COSTA, António *et al.* (1990). *A explosão demográfica e os grandes problemas do mundo actual*, Lisboa, Porto Editora.
- COUTO, GEN Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia, Apontamentos para um Curso*. Volume I, IAEM, Lisboa.
- DIAS, Gilberto (2002). *A Gestão da Produção de Segurança Pública e a Formação do Oficial Policial Militar: O Caso da Polícia Militar de Santa Catarina*, Florianópolis.
- DURÃO, Susana (2008). *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, Almedina, Coimbra.
- ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (1993). *Normas de execução permanente (NEP) da Polícia Militar (P.M)*, Praia, (s.e.).
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1992). *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew (2008). *Investigação por questionário*, 2ª Edição, Edições Sílabo, Lda, Lisboa.
- HUOT, Rejean (2002). *Métodos Quantitativos para as ciências Humanas*, Instituto Piaget, Lisboa.

- Inspeção-Geral da Administração Interna (1998). *Direitos Humanos e Eficácia Policial*, Lisboa.
- MACHADO, Carla (2004). *Crime e Insegurança: discursos do medo imagens do outro*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- NASCIMENTO, José Manuel de Fraga (2002). *O terrorismo e os seus intérpretes: uma abordagem psicossocial*, 1ª ed., Lisboa, Hugin Editores.
- OLIVEIRA, José Ferreira de (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*, Almedina, Coimbra.
- OLIVEIRA, José Ferreira de (2000). *A Manutenção da Orem Pública em Portugal*, 1ª Edição, Lisboa, ISCPSI.
- PEDROSO, Regina Célia (2005). *Estado Autoritário e Ideologia Policial*, São Paulo, Fapesp.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva.
- SANTOS, GEN Loureiro dos (2000a). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*, Publicações Europa – América, Mem Martins.
- SARAIVA, Maria Francisca (2001). *Governance: Um Caminho para a Segurança Cooperativa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SARMENTO, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- SCHERMERHORN, Jhon R. *et al.* (1998). *Fundamentos de Comportamento Organizacional*, 2ª ed., São Paulo, Artmed Editora S.A.
- SCHMITT, Carl (2003). *O inimigo público*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Gradiva.
- SILVA, Germano Marques da (2001). *A Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa, ISCPIS.

2 – REVISTAS E PERIÓDICOS

- A NAÇÃO, (2011). “Cabo Verde na rota do tráfico da cocaína para a Europa”, 19 de Março. Disponível em [«http://www.alfa.cv/anacao/index.php?option=com_content&task=view&id=2358&Itemid=30»](http://www.alfa.cv/anacao/index.php?option=com_content&task=view&id=2358&Itemid=30). Acesso em 22 de Março de 2011.
- BORGES, João Vieira (2005), o *domínio das ameaças globais*, disponível em [«http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=63»](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=63). Acesso em 17 de Março de 2011.

- INTERNACIONAL NARCOTICS CONTROL BOARD (2010), *Analysis of the world situation*, p.48-56, disponível em «http://www.incb.org/pdf/annual-report/2010/en/AR_2010_Chapter_III_Africa.pdf». Acesso em 24 de Março de 2011.
- KIMURA, Edson Satoru (2008). “Gestão de Pessoas - A importância da gestão de pessoas nas organizações em mudança”. Disponível em «http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Gestao_de_pessoas_A_Importancia_da_gestao_de_pessoas_nas_organizacoes.htm». Acesso em 15 de Maio de 2011.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2008). “Debilidade Familiar é a Primeira Causa”, *Apresentado na praia dados sobre a situação dos jovens em conflito com a lei*. Disponível em «http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=111&Itemid=2» Acesso em 4 de Maio de 11.
- NUNES, Carlos e Ribeiro, José Manuel Félix (2008). “Estados falhados com sucesso”, p.168, disponível em «http://www.gppi.net/fileadmin/gppi/CarlosNunes_book_review_Ricardo_Soares.pdf». Acesso em: 29 de Março de 2011
- PRATA, Gil, “As ameaças à segurança nacional e a guerra preventiva”, *caracterização das ameaças*, disponível em «http://www.alamedadigital.com.pt/n5/guerra_preventiva.php». Acesso 18 de Março de 2011.

3 – LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

- CHEFIA DO GOVERNO – Gabinete do Primeiro Ministro (2010). “Discurso do PM na Abertura do Colóquio sobre Segurança e Violência em Cabo Verde”.
- COSTA, Suzano (2010). Ciclo de Tertúlias – “Juventude e Violência Urbana: Os Thugs e a Criminalidade Juvenil em Cabo Verde”.
- GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO (2010). *Discurso de PM na Abertura do Colóquio sobre Segurança e Violência em Cabo-Verde*, Assomada, Universidade de Santiago.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2009). *Plano Estratégico de Segurança Interna*, Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- MINISTÉRIO DE DEFESA NACIONAL (2011), *conceito estratégico de segurança e defesa nacional*, Cabo-verde.
- Constituição da República de Cabo-verde (2010).
- Decreto-Lei nº 30/2007. B.O. I Série, 31 (2007-08-20), 568-
- GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (2008). Projecto de Decreto Regulamentar da Polícia Militar.

- Lei nº 6/VII/2007 de 10 de Setembro (Lei de Segurança Interna).
- Regulamento da Polícia Militar (s.d.).

4 – ENDEREÇOS DE INTERNET

- «<http://www.ibinda.com/noticias.php?noticia=1000079>». Acesso em 20 de Abril de 2011.
- «http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=111&Itemid=2» Acesso em 4 de Maio de 2011.
- <http://www.unhcr.org/refworld/country,,USDOS,,SRB,,4c63b63b8,0.html>.

APÊNDICES

Apêndice A: Guião do inquérito por questionário

ACADEMIA MILITAR

Curso de Cavalaria

(Inquérito por questionário)

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que se intitula – **Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança Pública** – o Aspirante tirocinante Jorge Silva Landim, do Curso de Cavalaria na Academia Militar, pretende efectuar este inquérito, cuja finalidade, consiste em perceber qual é o espírito dos cabo-verdianos quanto à actuação da Polícia Militar (PM) no desempenho das suas missões no âmbito de segurança e ordem pública e/ou em apoio às autoridades locais em Cabo Verde.

Este inquérito é anónimo, sendo utilizado única e exclusivamente para fins estatísticos no âmbito do TIA. Contudo, os dados recolhidos são estritamente confidenciais e não serão aplicados em quaisquer outros estudos.

Contamos com a vossa colaboração e sinceridade na escolha das respostas.

Os dados abaixo são de preenchimento “obrigatório”

IDADE

- 18 a 25
- 26 a 33
- 34 a 41
- 42 a 49
- 50 a 57
- Mais de 57

FILHO (S)

- Sim
- Não

GÊNERO

- Masculino
- Feminino

HABILITAÇÕES

- Ensino básico
- 7º a 9º ano
- 10º a 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutorado

ESTADO CIVIL

- Casado
- Solteiro

MILITAR

- Oficiais
- Sargentos
- Praças

POLÍCIA

- Oficiais
- Subchefes
- Agentes

Para cada questão que se segue escolha uma e uma só resposta. Não deixe por responder a nenhuma questão.

1. Como classifica a presença da PM nas ruas?
 - Óptima
 - Boa
 - Razoável
 - Defeituosa
 - Má

2. O serviço desenvolvido pela PM no âmbito da segurança pública é óptimo.
 - Concordo totalmente
 - Concordo
 - Talvez
 - Discordo
 - Discordo totalmente

3. Quando vejo a PM na rua sinto medo.
 - Concordo totalmente
 - Concordo
 - Talvez
 - Discordo
 - Discordo totalmente

4. Quando vejo a PM na rua sinto-me seguro.
 - Concordo totalmente
 - Concordo
 - Talvez
 - Discordo
 - Discordo totalmente

5. Acredito que a PM preenche os requisitos necessários que lhe permitem desempenhar missões de segurança e ordem pública.
 - Sim
 - Não

6. A actuação da PM contribui para o entrave da criminalidade.
 - Concordo totalmente
 - Concordo
 - Talvez
 - Discordo
 - Discordo totalmente

7. A actuação da PM no seio da sociedade civil tem consequências positivas.
 - Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez

- Provavelmente não
 - Não
8. A postura dos militares da PM no desempenho das suas actividades é:
- Óptima
 - Boa
 - Não é boa nem defeituosa
 - Defeituosa
 - Má
9. Na minha opinião, a PM é munida de formação necessária que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública com eficácia.
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não
10. É necessário a PM dispor de grandes meios e capacidades militares para poder desempenhar missões de segurança e ordem pública.
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não
11. A actuação da PM no seio da sociedade civil implica a sobreposição de tarefas considerando outras forças de segurança interna, ou seja, ela acaba por desempenhar a mesma tarefa que as outras forças desempenham e no mesmo local.
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não
12. Tenho confiança na actuação da PM.
- Sim
 - Não
13. Há forte probabilidade do ingresso de jovens delinquentes para a PM.
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não

14. Acredito que existem indivíduos da PM associados aos grupos de jovens delinquentes.
- Sim
 - Não
15. Os “jovens delinquentes”, que pertencem a um determinado grupo violento, alistam-se na PM com a finalidade de “ajustar as contas” com os jovens delinquentes de outros grupos.
- Sim
 - Não
16. Concordo com existência de duas forças de segurança e ordem pública (PM e POP).
- Sim
 - Não
17. Gostaria de fazer parte da PM?
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não
18. A relação da PM com a sociedade civil é:
- Muito favorável
 - Pouco favorável
 - Indiferente
 - Pouco desfavorável
 - Muito desfavorável
19. Qual é a sua opinião quanto a importância da PM no desempenho de segurança e ordem pública?
- Muito importante
 - Importante
 - Moderadamente importante
 - Pouco importante
 - Nada importante
20. A segurança pública em Cabo Verde pode ser desenvolvida por uma força de segurança de natureza militar, ou de natureza civil.
- Concordo totalmente
 - Concordo
 - Neutro
 - Discordo
 - Discordo totalmente
21. A dupla vertente (policial e militar) da PM permite garantir maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.
- Concordo totalmente
 - Concordo

- Neutro
 - Discordo
 - Discordo totalmente
22. A existência de uma única força de segurança a nível nacional garante maior segurança aos cidadãos e aos seus bens.
- Concordo totalmente
 - Concordo
 - Neutro
 - Discordo
 - Discordo totalmente
23. Recomendaria o ingresso na PM a um amigo ou familiar?
- Sim
 - Provavelmente sim
 - Talvez
 - Provavelmente não
 - Não
24. Qual das seguintes frases descreve a sua opinião sobre a existência da PM no desempenho das suas missões em prol da segurança e ordem pública?
- A PM é essencial
 - A PM é necessária
 - A PM não é muito necessária, mas deve existir
 - A PM não é necessária
 - A PM não é necessária e devia deixar de existir
25. A PM deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.
- Sim
 - Não
26. A presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade.
- Sim
 - Não

MUITO OBRIGADO PELA SUA DISPONIBILIDADE

Apêndice B: Guião da entrevista à PM

ACADEMIA MILITAR

Curso de Cavalaria

(Guião de entrevista à Polícia Militar)

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), a decorrer no último ano do Curso de Cavalaria decorrente na Academia Militar, em Lisboa, para a obtenção de grau de Mestre, pretende-se aplicar um conjunto de questões com a finalidade de complementar o referido TIA cujo tema é **Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança Pública**.

Contamos com a vossa colaboração e agradecemos, desde já, pela sua conformação e o tempo usurpado.

Nome: _____ Função: _____

Género: M___ F___ Hab. Literárias: _____

Local: _____ Unidade: _____

(Questões – PM)

1. Os soldados da Polícia Militar (PM) em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço efectivo em que basicamente 2 meses destinam-se ao período de recrutamento. Considera que este período de tempo (2 meses) é suficiente para a formação de um soldado da PM cujo objectivo centra-se na manutenção de segurança e ordem pública?
2. A PM além de desempenhar as suas missões puramente militares também desempenha a missão no âmbito da sociedade civil. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na formação de um soldado da PM?
3. Existe alguma proposta futura concernente à questão referida anteriormente?
4. A polícia de Ordem Pública (POP) é, desde sempre, a autoridade responsável pela manutenção da segurança e ordem pública em Cabo Verde. Tendo em linha de vista que

- a PM pode partilhar da referida responsabilidade, quais são as vantagens conferidas pela actuação da PM no âmbito da segurança e ordem pública?
5. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a população civil deve actuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da actuação da PM na sociedade civil?
 6. De que forma consegue a PM ter um bom relacionamento com a sociedade civil e outras forças de segurança, principalmente a POP?
 7. Quais são as principais causas da insegurança pública em Cabo Verde?
 8. Que incidentes levam a PM a desempenhar missões de segurança e ordem pública?
 9. Existe algum processo de selecção do pessoal para o ingresso na PM?
 10. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na PM (recrutamento)?
 11. Em Cabo Verde existem grupos formados por jovens que usam da violência contra a sociedade civil?
 12. Se existem, qual desses grupos considera mais perigoso? Porquê?
 13. Que tipos de violência que os grupos de jovens considerados “delinquentes” mais praticam?
 14. Que outras formas de violência são praticadas na sociedade cabo-verdiana actualmente?
 15. Acredita que com a actuação da PM “em reforço da POP” essas delinquências/violências possam diminuir?
 16. Acredita que existem elementos da PM associados aos grupos de jovens delinquentes?
 17. A PM está a ser preparada para actuar no seio da sociedade civil. Que curso (s) frequentam os militares da PM que lhe confere(m) a faculdade de desempenhar missões no âmbito da segurança e ordem pública?

Apêndice C: Guião da entrevista à PN

ACADEMIA MILITAR

Curso de Cavalaria

(Guião de entrevista à Polícia Nacional)

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), a decorrer no último ano do Curso de Cavalaria decorrente na Academia Militar, em Lisboa, para a obtenção de grau de Mestre, pretende-se aplicar um conjunto de questões com a finalidade de complementar o referido TIA cujo tema é **Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança Pública**.

Contamos com a vossa colaboração e agradecemos, desde já, pela sua conformação e o tempo usurpado.

Nome: _____ Função: _____

Género: M ___ F ___ Hab. Literárias: _____

Local: _____ Unidade: _____

(Questões – POP)

1. Os soldados da Polícia Militar (PM) em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço efectivo em que basicamente 2 meses destinam-se ao período de recrutamento. Considera que este período de tempo (2 meses) é suficiente para a formação de um soldado da PM cujo objectivo centra-se na manutenção de segurança e da ordem pública?
2. A polícia de Ordem Pública (POP) é, desde sempre, a autoridade responsável pela manutenção da segurança e ordem pública em Cabo Verde. Tendo em linha de vista que a polícia militar (PM) pode partilhar da referida responsabilidade, quais são as vantagens conferidas pela actuação da PM no âmbito da segurança e ordem pública?
3. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a

população civil deve actuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da actuação da PM na sociedade civil?

4. De que forma consegue a POP ter um bom relacionamento com a sociedade civil e outras forças de segurança, principalmente a PM?
5. Quais são as principais causas da insegurança pública em Cabo Verde?
6. Qual é a causa da insegurança pública que mais ameaça a população cabo-verdiana?
7. Consegue a POP responder prontamente perante as principais causas da insegurança e ordem pública?
8. Pode e deve a PM reforçar a POP no cumprimento das suas respectivas missões?
9. Quais são os requisitos mínimos exigido para o ingresso na Polícia de Ordem Pública?
10. Qual é o período mínimo de formação para um agente da POP?
11. Existe algum processo para a selecção do pessoal a ingressar na POP? Qual?
12. Qual é a sua posição perante a actuação da PM no âmbito da segurança e ordem pública? (devia ou não devia existir?).
13. Em Cabo Verde existem grupos formados por jovens que usam da violência contra a sociedade civil?
14. Se existem, qual desses grupos considera mais perigoso? Porquê?
15. Que tipos de violência que os grupos de jovens considerados mais “delinquentes” praticam?
16. Que outras formas de violência são praticadas na sociedade cabo-verdiana actualmente?
17. Acredita que com a actuação da PM “em reforço a POP” essas delinquências/violências possam diminuir?
18. Acredita que existem elementos da PM associados aos grupos de “jovens delinquentes”?

Apêndice D: Entrevista 1

NOME: NELSON TAVARES (CAPITÃO)

FUNCAO:

GENERO: MASCULINO

HAB. LITERARIA:

LOCAL:

UNIDADE:

(Respostas – PM)

1. Os soldados da PM em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço efectivo em que basicamente 2 meses destinam-se ao período de recrutamento. Considera que este período de tempo (2 meses) é suficiente para a formação de um soldado da PM cujo objectivo centra-se na manutenção de segurança e ordem pública?

Realmente os soldados da PM em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço, dos quais dois meses destinam-se ao recrutamento. Tomando esse tempo de 2 meses, pode-se considerar relativamente curto para o que se pretende, só que a preparação não termina ali. Acontece que a preparação dos soldados tem a outra fase complementar que é ministrada na unidade com outros temas que não são tratados no centro de instrução militar.

2. A PM além de desempenhar as suas missões puramente militares também desempenha a missão no âmbito da sociedade civil. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na formação de um soldado da PM?

Não são exigidos grandes requisitos para o ingresso na PM, uma das condições é possuir no mínimo a 6ª classe de escolaridade, o que na minha opinião é pouco para quem irá lidar com a sociedade civil, muitas vezes em situações difíceis, pelo que devem possuir conhecimentos na matéria. Os militares que na unidade manifestarem desvio de comportamentos são excluídos do serviço de Patrulha. Os praças são sempre acompanhadas por um Sargento no patrulhamento da PM.

3. Existe alguma proposta futura concernente à questão referida anteriormente?

São escolhidos, de entre os recrutados, aqueles que apresentam melhores índices a nível do comportamento individual.

4. A polícia de Ordem Pública (POP) é, desde sempre, a autoridade responsável pela manutenção da segurança e ordem pública em Cabo Verde. Tendo em linha de vista que a PM pode partilhar da referida responsabilidade, quais são as vantagens conferidas pela actuação da PM no âmbito da segurança e da ordem pública?

A vantagem é que a população civil manifesta-se sentir mais segura com a presença da PM em reforço da PN devido à postura que os militares adoptam em todas as operações de patrulhamento conjunto com a PN.

5. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a população civil deve actuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da actuação da PM na sociedade civil?

Nas operações conjuntas a PM tem dado bons resultados reconhecidos pela grande maioria da sociedade civil sobre a actuação e postura da Policia Militar. A PM actua com uma postura cívica e com uma atitude pedagógica e dissuasora junto da população civil, não utilizando a violência física quando não se justifica.

6. De que forma consegue a PM ter um bom relacionamento com a sociedade civil e outras forças de segurança, principalmente a POP?

A PM tem mantido uma postura correcta perante a sociedade civil onde fazemos parte integrante. Quando a situação é delicada os prevaricadores são capturados (flagrante) e entregues à PN. O relacionamento PM/PN é bom apesar de existirem alguns elementos da PN com uma certa aversão à PM nas ruas, porque a missão é deles. A verdade é que nós só vamos à rua em apoio quando solicitado ou por determinação do Governo.

7. Quais são as principais causas da insegurança pública em Cabo Verde?

Delinquência juvenil associada ao uso de drogas e estupefacientes.

8. Que incidentes levam a PM a desempenhar missões de segurança e ordem pública?

Quando a situação é insustentável e a PN solicitar a presença das Forças Armadas ou o Governo determinar quando ocorrem inúmeros assaltos à mão armada contra as pessoas e seus bens.

9. Existe algum processo de selecção do pessoal para o ingresso na PM?

Não existe uma selecção minuciosa, apenas os recrutados que no Centro de Instrução Militar revelarem indícios de bom comportamento o que nem sempre correspondem às expectativas dado o pouco tempo de vida no quartel.

10. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na PM (recrutamento)?

11. Em Cabo Verde existem grupos formados por jovens que usam da violência contra a sociedade civil?

Sim. E a maior preocupação é a existência dos chamados grupos denominados THUGS.

12. Se existem, qual desses grupos considera mais perigoso? Porquê?

Não conheço os grupos em si, há praticamente em todos os bairros, sendo os mais perigosos os de Meio de ASA, Brasil, Kelém, Safende, Pensamento, Vila Nova, Achada Grande Frente, e Achada Grande Trás.

13. Que tipos de violência que os grupos de jovens considerados mais “delinquentes” praticam?

Assaltos à mão armada contra as pessoas e seus bens na maioria dos casos utilizando armas de fogo de fabrico artesanal chamados «boca bedjo» além de outras armas convencionais.

14. Que outras formas de violência são praticadas na sociedade cabo-verdiana actualmente?

Roubos e assaltos às viaturas e habitação.

15. Acredita que com a actuação da PM “em reforço da POP” essas delinquências/violências possam diminuir?

Houve sempre uma diminuição das acções da delinquência juvenil durante as operações de patrulha com a presença da Policia Militar nas ruas.

16. Acredita que existem elementos da PM associados aos grupos de jovens delinquentes?

Existem elementos na Policia Militar dos grupos de jovens delinquentes, pois no CIM a selecção não obedece a grandes critérios de avaliação, são seleccionados pela aparência e segundo o velho ditado «as aparências enganam». Portanto, no Centro de Instrução como quase todos os recrutas são bons, são seleccionados e muitas vezes a escolha é errada. Quando na unidade é detectada a ligação aos grupos de delinquentes, o militar é posto a exercer outros serviços que não seja de patrulhamento nas ruas.

17. A PM está a ser preparada para actuar no seio da sociedade civil. Que curso (s) frequentam os militares da PM que lhe confere (m) a faculdade de desempenhar missões no âmbito da segurança e da ordem pública?

Aos elementos da Policia Militar são ministrados treino de controlo de tumultos. Também são ministrados temas como comportamentos dos militares perante a população civil, técnicas e procedimentos de abordagem.

Apêndice E: Entrevista 2

NOME: RENALDO GOMES RODRIGUES

FUNCAO: CMDT COMPANHIA

GENERO: MASCULINO

HAB. LITERARIA: MENSTRADO

LOCAL: ACHADA LIMPA PRAIA

UNIDADE: CMD DA 3º REGIAO MILITAR

(Respostas – PM)

1. Os soldados da PM em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço efectivo em que basicamente 2 meses destinam-se ao período de recrutamento. Considera que este período de tempo (2 meses) é suficiente para a formação de um soldado da PM cujo objectivo centra-se na manutenção de segurança e ordem pública?

Se analisarmos só este período constatamos que realmente é insuficiente, contudo nas unidades existem instruções / treinos complementares que aumentam o nível de conhecimento e a capacidade de actuação desses militares;

2. A PM além de desempenhar as suas missões puramente militares também desempenha a missão no âmbito da sociedade civil. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na formação de um soldado da PM?

Não existe nenhum requisito para o ingresso como soldado de PM, tudo é feito com base na vontade do recruta e muitas vezes não é considerada como requisito a origem da recruta;

3. Existe alguma proposta futura concernente à questão referida anteriormente?

Há muita coisa que poderia ser feita e existe alguma preocupação neste sentido, contudo não se prevê que isto se venha a alterar.

4. A polícia de Ordem Pública (POP) é, desde sempre, a autoridade responsável pela manutenção da segurança e ordem pública em Cabo Verde. Tendo em linha de

vista que a PM pode partilhar da referida responsabilidade, quais são as vantagens conferidas pela actuação da PM no âmbito da segurança e da ordem pública?

É importante referir que no âmbito da segurança interna, a PM actua em coordenação com a polícia nacional, ou seja, só quando são solicitados. A actuação da PM, aliada à forma de servir os interesses da nação confere maior descentralização à actuação da polícia nacional e o efeito persuasivo da PM é um contributo valioso na luta contra os males que afectam a sociedade cabo-verdiana;

5. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a população civil deve actuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da actuação da PM na sociedade civil?

O PM é sempre cortês e educado em todas as suas actuações, pelo que a forma como abordamos um militar não é diferente da forma como abordamos um civil, contudo o encaminhamento dado em cada situação é diferente. Os militares são encaminhados para as instâncias militares para futuras medidas, enquanto os civis são entregues nas esquadras das suas localidades, mediante guia de entrega, para posterior apresentação no tribunal.

6. De que forma consegue a PM ter um bom relacionamento com a sociedade civil e outras forças de segurança, principalmente a POP?

Mostrar que somos úteis e que o nosso trabalho por garantir a segurança da população e cooperar com a policia nacional na resolução de situações complexas que podem ameaçar a segurança.

7. Quais são as principais causas da insegurança pública em Cabo Verde?

Assunto para uma dissertação de mestrado, contudo muitas causas é apontado, como o desemprego, a entrada dos pais na CEDEAO (livre circulação de pessoas e produtos na África Ocidental).

8. Que incidentes levam a PM a desempenhar missões de segurança e ordem pública?

A proliferação de armas de fogo no seio da camada jovem e um elevado índice de criminalidade, aliada ao clima da insegurança que se faz sentir.

9. Existe algum processo de selecção do pessoal para o ingresso na PM?

Não existe nenhum processo de selecção.

10. Qual é o requisito mínimo exigido para o ingresso na PM (recrutamento)?

O recruta tem que possuir 10º ano de escolaridade, no mínimo, contudo na prática isto não se verifica.

11. Em Cabo Verde existem grupos formados por jovens que usam da violência contra a sociedade civil?

Existem grupos desorganizados que actuam de forma desarticulada com o objectivo de roubar, causar danos e em alguns casos matar. Em todos os bairros de capital existem grupos formados.

12. Se existem, quais desses grupos considera mais perigoso? Porquê?

Os mais conhecidos são os THUGS que são constituídos por jovens na faixa etária dos 12 aos 30 anos, no qual o objectivo dos mesmos é a afirmação na sociedade com o recurso à violência e ao saque;

13. Que tipos de violência que os grupos de jovens considerados mais “delinquentes” praticam?

Roubo, assassinato, estupro, brigas nas ruas, etc;

14. Que outras formas de violência são praticadas na sociedade cabo-verdiana actualmente?

Violências do género, temos vindo a assistir alguns sequestros e pedidos de resgate;

15. Acredita que com a actuação da PM “em reforço da POP” essas delinquências/violências possam diminuir?

Apesar destas actuações não possuírem as missões primárias da PM, podemos verificar que no âmbito da segurança inteira, as actuações da PM provocam um impacto positivo e têm contribuído de forma inequívoca para o combate da delinquência juvenil;

16. Acredita que existem elementos da PM associados aos grupos de jovens delinquentes?

O processo de selecção dos recrutas e posterior ingresso na especialidade de PM é bastante deficitária. A falta de rigor no processo de selecção faz com que tenhamos nas fileiras elementos pertencentes aos grupos de delinquentes. Não significa que durante o serviço militar obrigatório exerçam actividade criminosa.

17. A PM está a ser preparada para actuar no seio da sociedade civil. Que curso (s) frequentam os militares da PM que lhe confere (m) a faculdade de desempenhar missões no âmbito da segurança e ordem pública?

O actual programa de formação ministrada no centro de instrução e posterior reciclagem nas unidades conferem aos militares faculdades suficientes para actuar no âmbito de segurança interna. É pertinente referir que os sargentos de PM possuem uma vasta experiência em missões deste género e possuem formações complementares que os permitam desempenhar essas tarefas.

Apêndice F: Entrevista 3

NOME _____

FUNÇÃO: AGENTE PRIMEIRA CLASSE

GÉNERO: MASCULINO

HAB. LITERÁRIA: LICENCIADO

LOCAL: ACHADA S. ANTONIO

UNIDADE: ASA

(Respostas – POP)

1. Os soldados da PM em Cabo Verde exercem 14 meses de serviço efectivo em que basicamente 2 meses destinam-se ao período de recrutamento. Considera que este período de tempo (2 meses) é suficiente para a formação de um soldado da PM cujo objectivo centra-se na manutenção de segurança e ordem pública?

Não, necessita de mais formação, porque trabalhar com público exige maior qualidade de serviço, e a PM não tem vocação para garantir directamente a segurança interna (pública). Faltam-lhe habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo;

2. A Polícia de Ordem Pública (POP) é, desde sempre, a autoridade responsável pela manutenção da segurança e ordem pública em Cabo Verde. Tendo em linha de vista que a PM pode partilhar da referida responsabilidade, quais são as vantagens conferidas pela actuação da PM no âmbito da segurança e da ordem pública?

Pode contribuir na patrulha auto ou apeado, na medida que são vistos como um organismo repreensor a sua actuação não tem deixado uma boa imagem a sociedade, uma vez que actuam de uma forma violenta, agressiva, pondo em risco o estado do direito democrático. Deve ser mantido a actuar internamente nos quartéis desempenhando a função que lhes são incumbidos (controlar os soldados, recrutas etc.);

3. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre

a população civil deve actuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da actuação da PM na sociedade civil?

São várias, inexperiência, agressividade, desconhecimento do local, ainda carece lhes controle de ansiedade emocional e impulsividade. São incapazes de controlar as emoções e tendências a reagir de uma forma brusca e intensa diante de um estímulo interno e externo.

4. De que forma consegue a POP ter um bom relacionamento com a sociedade civil e outras forças de segurança, principalmente a PM?

A Policia Nacional (PN) é uma força cuja função é garantir a tranquilidade pública, isto é, há uma certa relação entre a PN e a sociedade, porque a PN está no centro das atenções (patrulho, controle, fiscalização) já é habitual ou de costume traduz-se numa excelente relacionamento com o público com outras forças estabelece relações institucionais.

5. Quais são as principais causas da insegurança pública em Cabo Verde?

São vários nomeadamente problemas sociais, tais como, (desemprego, drogas, alcoolismo) problemas urbano (falta de iluminação, formação de grupos urbanos (thugs) assalto a mão amada (kasu bodi).

6. Qual é a causa da insegurança pública que mais ameaça a população cabo-verdiana?

Assalto (kasu bodi), conflitos entre grupos rivais (thugs).

7. Consegue a POP responder prontamente perante as principais causas da insegurança e ordem pública?

De certo modo, penso que sim, uma vez que a segurança absoluta é impossível, quanto tal não for possível há que minimizar as consequências de tal acesso. Falar de segurança, falar nada mais nada menos que trabalhar na melhoria de redução de oportunidade.

8. Pode e deve a PM reforçar a POP no cumprimento das suas respectivas missões?

Pode, na medida que são dotados de formação, no relacionamento conflituosa, devem ser flexíveis nas suas actuações e devem agir com desenvoltura nas mais diversas situações ou ideias.

9. Quais são os requisitos mínimos exigidos para o ingresso na Polícia de Ordem Pública?

Ter no mínimo 12 anos de escolaridade, não ter antecedentes criminais, ter altura mínima de 1 metro e 65 centímetros (1,65).

10. Qual é o período mínimo de formação para um agente da POP?

12 Meses a 2 anos. Mas, por falta de recursos financeiros, são 6 meses intensivos.

11. Existe algum processo para a selecção do pessoal a ingressar na POP? Qual?

Sim. E claro o processo selectivo é restrito, uma vez que não tem certos requisitos ficam excluídos para ingressarem a Policia Nacional.

12. Qual é a sua posição perante a actuação da PM no âmbito da segurança e ordem pública? (devia ou não devia existir?).

Devem apostar na formação para capacita-los de ferramentas essenciais para se relacionarem com o público.

13. Em Cabo Verde existem grupos formados por jovens que usam da violência contra a sociedade civil?

Existem grupos para disputarem o espaço urbano, nomeadamente disputam entre si sempre tal elementos do grupo por diversas razões entram em atrito com vizinhos, parentes etc. Mas não usam violência directamente sobre sociedade civil.

14. Se existem, qual desses grupos considera mais perigoso? Porquê?

Não conheço de perto, ouço grupo de Brasil, Meio ASA, Achada Grande e Vila Nova. O bom de verdade, é que todos os bairros têm o seu próprio grupo.

15. Que tipos de violência que os grupos de jovens considerados mais “delinquentes” praticam?

Assalto.

16. Que outras formas de violência são praticadas na sociedade cabo-verdiana actualmente?

Agressões diversas.

17. Acredita que com a actuação da PM “em reforço a POP” essas delinquências/violências possam diminuir?

Pode ser sim, pode ser não.

18. Acredita que existem elementos da PM associados aos grupos de “jovens delinquentes”?

A verdade é bem que seja dita, não sei, mas por ventura pode acontecer, veja, para a entrada ou ingresso ao serviço militar não há uma selectividade rigorosa, muitos vão em busca de oportunidade, sendo dentro de uma sociedade turbulenta, onde adquire vários conhecimentos nefastos, ao ser seleccionado para listarem ao serviço militar leva consigo os hábitos e costumes adquiridos ao longo do tempo. Embora não sendo a causa imediata para associarem aos grupos de jovens delinquentes, mas na verdade trata-se de uma condição que cria ou leva-os a inserirem nesses grupos.

APÊNDICE G: Análise de conteúdo às entrevistas.

Categorias	Entrevistas	Conteúdo das entrevistas
Nº1: Período de recrutamento (2 meses de formação) é suficiente para a formação de um soldado da PM para missões de segurança e ordem Pública.	Entrevista 1 (resposta 1)	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo relativamente curto para o que se pretende. • A formação complementar continua nas unidades.
	Entrevista 2 (resposta 1)	<ul style="list-style-type: none"> • Só este tempo é Insuficiente. • Existem instruções / treinos complementares que aumentam o nível de conhecimento e a capacidade de actuação desses militares nas unidades.
	Entrevista 3 (respostas 1 e 10)	<ul style="list-style-type: none"> • Não, necessita de mais formação. • Trabalhar com público exige maior qualidade de serviço.
Nº2: Requisitos mínimos exigidos para ingresso na PM e/ou POP.	Entrevista 1 (respostas 2, 3 e 10)	<ul style="list-style-type: none"> • Para ingresso na PM praças deve possuir 6º ano. • São sempre acompanhados por um sargento nas patrulhas.
	Entrevista 2 (respostas 2, 3 e 10)	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe nenhum requisito para o ingresso na PM. • Não se prevê nenhuma alteração quanto a isso. • Deve possuir 10º ano, mas na prática não se verifica.
	Entrevista 3 (Respostas 9 e 10)	<ul style="list-style-type: none"> • Para ingresso na POP deve Ter 12º ano de escolaridade. • Não ter antecedentes criminais. • E passa por 6 Meses de formação intensiva.
Nº3: Processo de selecção para PM e/ou POP.	Entrevista 1 (Resposta 9)	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe uma selecção para ingressar na PM • Apenas os recruta que revelam bom comportamento o que nem sempre correspondem às expectativas.
	Entrevista 2 (Resposta 9)	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe nenhum processo de selecção para o ingresso na PM.
	Entrevista 3 (Resposta 11)	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um processo selectivo restrito para a POP. • Quem não cumprir os requisitos exigidos são excluídos.
Nº4: As principais causas da insegurança pública em Cabo Verde.	Entrevista 1 (Resposta 7)	<ul style="list-style-type: none"> • Delinquência juvenil associada ao uso de drogas e estupefacientes.
	Entrevista 2 (Resposta 7)	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego, a entrada dos pais na CEDEAO (livre circulação de pessoas e produtos na África Ocidental).
	Entrevista 3 (Respostas 5 e 6)	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego, drogas, alcoolismo, falta de iluminação, formação de grupos urbanos (thugs) assalto a mão amada (kasu bodi). • Mais praticado: Assalto (kasu bodi), conflitos entre grupos rivais (thugs).
Nº5: Grupo formados por jovens delinquentes e tipologia de violências que praticam.	Entrevista 1 (respostas 11, 12, 13 e 16)	<ul style="list-style-type: none"> • A maior preocupação é a existência dos grupos THUGS. • Há praticamente em todos os bairros; • Os mais perigosos são grupos de Meio de ASA, Brasil, Kelém, Safende, Pensamento, Vila Nova, Achada Grande Frente, e Achada Grande Trás. (Bairros da cidade da Praia). • Praticam mais assaltos à mão armada contra as pessoas e seus bens na maioria dos casos utilizando armas de fogo de fabrico artesanal chamados «boca bedjo». • Existem elementos na Policia Militar dos grupos de jovens delinquentes, pois no CIM a selecção não obedece a grandes critérios de avaliação, são seleccionados pela aparência e segundo o velho ditado «as aparências enganam».
	Entrevista 2 (respostas 11, 12, 13 e 16)	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecidos são os THUGS, constituídos por jovens na faixa etária dos 12 aos 30 anos; • O seu objectivo é a afirmação na sociedade com o recurso à violência e ao saque; roubar, causar danos e em alguns casos matar • Associam-se ao assassinato, estupro, brigas nas ruas, etc;

Apêndices

		<ul style="list-style-type: none"> • Em todos os bairros de capital existem grupos formados. • A falta de rigor no processo de selecção faz com que tenhamos nas fileiras elementos pertencentes aos grupos de delinquentes. Não significa que durante o serviço militar obrigatório exerçam actividade criminosa.
	Entrevista 3 (Respostas 13, 14, 15 e 18)	<ul style="list-style-type: none"> • Existem grupos que disputam o espaço urbano, por diversas razões entram em atrito com vizinhos, parentes etc. Mas não usam violência directamente sobre sociedade civil. • Existem grupos de Brasil, Meio ASA, Achada Grande e Vila Nova. • Todos os bairros têm o seu próprio grupo. • Praticam mais o Assalto. • Relativamente ao ingresso para a PM desses indivíduos pode acontecer, não há uma selectividade rigorosa.
Nº6: Outras formas de violências praticadas actualmente e Cabo Verde.	Entrevista 1 (Resposta 14)	<ul style="list-style-type: none"> • Roubos e assaltos às viaturas e habitação;
	Entrevista 2 (Resposta 14)	<ul style="list-style-type: none"> • Violências do género, temos vindo a assistir alguns sequestros e pedidos de resgate;
	Entrevista 3 (Resposta 16)	<ul style="list-style-type: none"> • Agressões diversas
Nº7: Actuação da PM em apoio à POP.	Entrevista 1 (Resposta 15)	<ul style="list-style-type: none"> • ... Diminuição das acções da delinquência juvenil...
	Entrevista 2 (Resposta 15)	<ul style="list-style-type: none"> • ...Actuações da PM provocam um impacto positivo e têm contribuído de forma inequívoca para o combate da delinquência juvenil;
	Entrevista 3 (Respostas 8, 12 e 17)	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser flexíveis nas suas actuações e devem agir com desenvoltura; • Apostar na formação para capacitar os militares da PM de ferramentas essenciais para se relacionarem com o público. • A sua actuação pode ou não contribuir para redução da criminalidade.
Nº8: Vantagens da actuação da PM no âmbito de segurança e ordem pública.	Entrevista 1 (resposta 4)	<ul style="list-style-type: none"> • A População civil manifesta-se sentir mais segura (...) devido à postura que os militares adoptam.
	Entrevista 2 (Resposta 4)	<ul style="list-style-type: none"> • Confere maior descentralização à actuação da polícia nacional • Contributo valioso na luta contra os males que afectam a sociedade cabo-verdiana;
	Entrevista 3 (Resposta 2)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na patrulha auto ou apeado, na medida que são vistos como um organismo repressor.
Nº9: inconveniências da actuação da PM no âmbito de segurança e ordem pública.	Entrevista 1 (Resposta 5)	<ul style="list-style-type: none"> • PM actua com uma postura cívica e com uma atitude pedagógica e dissuasora junto da população civil
	Entrevista 2 (Resposta 5)	<ul style="list-style-type: none"> • PM é sempre cortês e educado em todas as suas actuações.
	Entrevista 3 (resposta 3)	<ul style="list-style-type: none"> • Inexperiência, agressividade, desconhecimento do local, ...ansiedade emocional e impulsividade. • Incapazes de controlar as emoções e tendências a reagir de uma forma brusca e intensa.
Nº10: cursos ministrados a PM em função dos incidentes que o leva a desempenhar missões de segurança e ordem	Entrevista 1 (Respostas 8 e 17)	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes: inúmeros assaltos à mão armada contra as pessoas e seus bens. • Cursos: controlo de tumultos, temas como comportamentos dos militares perante a população civil, técnicas e procedimentos de abordagem.
	Entrevista 2 (Respostas 8 e 17)	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes: proliferação de armas de fogo no seio da camada jovem; • Elevado índice de criminalidade, aliada ao clima da

Apêndices

pública.		<p>insegurança que se faz sentir.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos: No centro de instrução e posterior reciclagem nas unidades conferem aos militares faculdades suficientes para actuar no âmbito de segurança interna.
	Entrevista 3	
Nº11: Relacionamento PM, POP e sociedade e vice-versa.	Entrevista 1 (resposta 6)	<ul style="list-style-type: none"> • O relacionamento PM/PN é bom; • Postura correcta perante a sociedade civil.
	Entrevista 2 (Resposta 6)	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar que somos úteis; • Cooperar com a polícia nacional na resolução de situações complexas que podem ameaçar a segurança.
	Entrevista 3 (Resposta 4)	<ul style="list-style-type: none"> • Excelente relacionamento com o público; • Estabelece relações institucionais com outras forças de segurança.

Apêndice H: RESULTADO DAS RESPOSTAS DOS INQUÉRITOS

Quadro H1: representa a frequência e percentagem da amostra Total

FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DA AMOSTRA TOTAL		
IDADE	Freq	%
18 a 25	200	50,0
26 a 33	102	25,5
34 a 41	44	11,0
42 a 49	35	8,8
50 a 57	15	3,8
Mais de 57	4	1,0
Total	400	100,0
GÊNERO	Freq	%
Feminino	187	46,8
Masculino	213	53,3
Total	400	100,0
ESTADO CIVIL	Freq	%
Casado	96	24,0
Solteiro	304	76,0
Total	400	100,0
HABILITAÇÕES	Freq	%
Ensino Basico	101	25,3
7º a 9º Ano	43	10,8
10º a 12º Ano	198	49,5
Bacharelato	15	3,8
Licenciatura	28	7,0
Mestrado	9	2,3
Doutorado	6	1,5
Total	400	100,0
FILHOS	Freq	%
Não	192	48,0
Sim	208	52,0
Total	400	100,0

Nas tabelas seguintes FP representa a frequência e a percentagem das respostas ao inquérito, enquanto ED representa a estatística descritiva dos mesmos. Neste sentido, da tabela FP1 até a tabela FP26 representam as frequências e as percentagens das respostas da questão 1 até a questão 26 respectivamente. E, da tabela ED1 até a tabela ED26 representa a estatística descritiva das respostas da questão 1 até a questão 26 respectivamente.

TabelaFP1

1. Como classifica a Presença da PM na rua?												
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Má	2	2,0	2	2,0	2	2,0	2	4,0	1	2,0	9	2,3
Defeituosa	3	3,0	2	2,0	2	2,0	5	10,0	1	2,0	13	3,3
Razoável	7	7,0	7	7,0	17	17,0	17	34,0	19	38,0	67	16,8
Boa	51	51,0	56	56,0	42	42,0	15	30,0	11	22,0	175	43,8
Óptima	37	37,0	33	33,0	37	37,0	11	22,0	18	36,0	136	34,0
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED1

1. Como classifica a Presença da PM na rua?							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	4,18	4,16	4,10	3,56	3,88	4,04	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
D. padrão	,845	,801	,893	1,072	1,003	,917	
Variância	,715	,641	,798	1,149	1,006	,841	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP2

2. O serviço desenvolvido pela Polícia Militar no âmbito da segurança pública é ótimo.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
D. Totalmente	1	1,0	2	2,0	2	2,0	2	4,0	1	2,0	8	2,0
Discordo	3	3,0	2	2,0	4	4,0	4	8,0	1	2,0	14	3,5
Talvez	8	8,0	7	7,0	8	8,0	12	24,0	3	6,0	38	9,5
Concordo	52	52,0	54	54,0	53	53,0	9	18,0	23	46,0	191	47,8
C. Totalmente	36	36,0	35	35,0	33	33,0	23	46,0	22	44,0	149	37,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED2

2. O serviço desenvolvido pela Polícia Militar no âmbito da segurança pública é ótimo.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	4,19	4,18	4,11	3,94	4,28	4,15	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
D. padrão	,787	,809	,863	1,185	,834	,876	
Variância	,620	,654	,745	1,404	,696	,768	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP3

3. Quando vejo a polícia militar na rua sinto medo.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
C. Totalmente	2	2,0	1	1,0	2	2,0	1	2,0	1	2,0	7	1,8
Concordo	7	7,0	4	4,0	7	7,0	4	8,0	2	4,0	24	6,0
Talvez	15	15,0	13	13,0	15	15,0	16	32,0	10	20,0	69	17,3
Discordo	46	46,0	50	50,0	46	46,0	16	32,0	22	44,0	180	45,0
D. Totalmente	30	30,0	32	32,0	30	30,0	13	26,0	15	30,0	120	30,0
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED3

3. Quando vejo a polícia militar na rua sinto medo.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	3,95	4,08	3,95	3,72	3,96	3,96	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
D. padrão	,957	,837	,957	1,011	,925	,933	
Variância	,917	,701	,917	1,022	,856	,870	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP4

4. Quando vejo a PM na rua sinto-me seguro.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
D. Totalmente	3	3,0	1	1,0	1	1,0	0	,0	3	6,0	8	2,0
Discordo	7	7,0	2	2,0	2	2,0	2	4,0	0	,0	13	3,3
Talvez	15	15,0	16	16,0	16	16,0	7	14,0	8	16,0	62	15,5
Concordo	40	40,0	43	43,0	44	44,0	25	50,0	21	42,0	173	43,3
C. Totalmente	35	35,0	38	38,0	37	37,0	16	32,0	18	36,0	144	36,0
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED4

4. Quando vejo a PM na rua sinto-me seguro.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	3,97	4,15	4,14	4,10	4,02	4,08	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
D. padrão	1,029	,833	,829	,789	1,040	,906	
Variância	1,060	,694	,687	,622	1,081	,821	
Mínimo	1	1	1	2	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP5

5. Acredito que a PM preenche os requisitos necessários que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	15	15,0	24	24,0	9	9,0	6	12,0	8	16,0	62	15,5
Sim	85	85,0	76	76,0	91	91,0	44	88,0	42	84,0	338	84,5
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED5

5. Acredito que a PM preenche os requisitos necessários que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	1,85	1,76	1,91	1,88	1,84	1,85	
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
D. padrão	,359	,429	,288	,328	,370	,362	
Variância	,129	,184	,083	,108	,137	,131	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	2	2	2	2	2	2	

TabelaFP6

6. A actuação da PM contribui para o entrave da criminalidade.													
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot	
D. Totalmente	1	1,0	1	1,0	2	2,0	3	6,1	3	6,0	10	2,5	
Discordo	2	2,0	3	3,0	3	3,0	1	2,0	6	12,0	15	3,8	
Talvez	5	5,0	5	5,0	5	5,0	10	20,4	10	20,0	35	8,8	
Concordo	50	50,0	36	36,0	30	30,0	19	38,8	13	26,0	148	37,1	
C. Totalmente	42	42,0	55	55,0	60	60,0	16	32,7	18	36,0	191	47,9	
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	49	100,0	50	100,0	399	100,0	

TabelaED6

6. A actuação da PM contribui para o entrave da criminalidade.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	4,30	4,41	4,43	3,90	3,74	4,24	
Mediana	4,00	5,00	5,00	4,00	4,00	4,00	
D. padrão	,745	,805	,879	1,085	1,242	,942	
Variância	,556	,648	,773	1,177	1,543	,887	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

Tabela FP7

7. A actuação da Polícia Militar no seio da sociedade civil tem consequências positivas.													
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot	
Não	3	3,0	1	1,0	1	1,0	1	2,0	0	,0	6	1,5	
Prov Não	2	2,0	2	2,0	2	2,0	4	8,0	1	2,0	11	2,8	
Talvez	8	8,0	5	5,0	5	5,0	7	14,0	10	20,0	35	8,8	
Prov Sim	32	32,0	25	25,0	15	15,0	0	,0	11	22,0	96	24,0	
Sim	55	55,0	67	67,0	77	77,0	38	76,0	28	56,0	252	63,0	
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0	

TabelaED7

7. A actuação da Polícia Militar no seio da sociedade civil tem consequências positivas.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,34	4,55	4,65	4,40	4,32	4,44
Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D. padrão	,934	,770	,757	1,125	,868	,877
Variância	,873	,593	,573	1,265	,753	,769
Mínimo	1	1	1	1	2	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP8

8. A postura dos militares da PM no desempenho das suas actividades é:												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Má	2	2,0	2	2,0	2	2,0	0	,0	1	2,0	7	1,8
Defeituosa	3	3,0	3	3,0	11	11,0	5	10,0	0	,0	22	5,5
N é Boa n Def	13	13,0	17	17,0	7	7,0	21	42,0	14	28,0	72	18,0
Boa	48	48,0	48	48,0	45	45,0	11	22,0	22	44,0	174	43,5
Óptima	34	34,0	30	30,0	35	35,0	13	26,0	13	26,0	125	31,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED8

8. A postura dos militares da PM no desempenho das suas actividades é:						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,09	4,01	4,00	3,64	3,92	3,97
Mediana	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00	4,00
D. padrão	,877	,882	1,025	,985	,853	,933
Variância	,770	,778	1,051	,970	,728	,871
Mínimo	1	1	1	2	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP9

9. Na minha opinião, a PM é munida de formação necessária que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública com eficácia.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	3	3,0	4	4,0	4	4,0	3	6,0	4	8,0	18	4,5
Prov Não	7	7,0	6	6,0	5	5,0	1	2,0	3	6,0	22	5,5
Talvez	25	25,0	25	25,0	26	26,0	11	22,0	10	20,0	97	24,3
Prov Sim	34	34,0	23	23,0	23	23,0	23	46,0	13	26,0	116	29,0
Sim	31	31,0	42	42,0	42	42,0	12	24,0	20	40,0	147	36,8
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED9

9. Na minha opinião, a PM é munida de formação necessária que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública com eficácia.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	3,83	3,93	3,94	3,80	3,84	3,88
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D. padrão	1,045	1,130	1,118	1,030	1,251	1,106
Variância	1,092	1,278	1,249	1,061	1,566	1,224
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP10

10. É necessário, a PM, dispor de grandes meios e capacidades militares para poder desempenhar missões de segurança e ordem pública.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	4	4,0	4	4,0	4	4,0	3	6,0	4	8,0	19	4,8
Prov Não	8	8,0	7	7,0	9	9,0	10	20,0	1	2,0	35	8,8
Talvez	6	6,0	7	7,0	11	11,0	2	4,0	1	2,0	27	6,8
Prov Sim	31	31,0	31	31,0	32	32,0	21	42,0	7	14,0	122	30,5
Sim	51	51,0	51	51,0	44	44,0	14	28,0	37	74,0	197	49,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED10

10. É necessário, a PM, dispor de grandes meios e capacidades militares para poder desempenhar missões de segurança e ordem pública.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,17	4,18	4,03	3,66	4,44	4,11
Mediana	5,00	5,00	4,00	4,00	5,00	4,00
D. padrão	1,111	1,095	1,132	1,255	1,181	1,153
Variância	1,233	1,200	1,282	1,576	1,394	1,329
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP11

11. A actuação da polícia militar no seio da sociedade civil implica a sobreposição de tarefas considerando outras forças de segurança interna, ou seja, ela acaba por desempenhar a mesma tarefa que as outras forças desempenham e no mesmo local.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	26	26,0	26	26,0	29	29,0	3	6,0	6	12,0	90	22,5
Prov Não	18	18,0	15	15,0	11	11,0	10	20,0	4	8,0	58	14,5
Talvez	14	14,0	12	12,0	11	11,0	8	16,0	14	28,0	59	14,8
Prov Sim	31	31,0	31	31,0	31	31,0	18	36,0	13	26,0	124	31,0
Sim	11	11,0	16	16,0	18	18,0	11	22,0	13	26,0	69	17,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED11

11. A actuação da polícia militar no seio da sociedade civil implica a sobreposição de tarefas considerando outras forças de segurança interna, ou seja, ela acaba por desempenhar a mesma tarefa que as outras forças desempenham e no mesmo local.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	2,83	2,96	2,98	3,48	3,46	3,06	
Mediana	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	3,00	
D. padrão	1,400	1,470	1,524	1,216	1,297	1,431	
Variância	1,961	2,160	2,323	1,479	1,682	2,047	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP12

12. Tenho confiança na actuação da PM.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	15	15,0	5	5,0	7	7,0	12	24,0	8	16,0	47	11,8
Sim	85	85,0	95	95,0	93	93,0	38	76,0	42	84,0	353	88,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED12

12. Tenho confiança na actuação da PM.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	1,85	1,95	1,93	1,76	1,84	1,88	
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
D. padrão	,359	,219	,256	,431	,370	,322	
Variância	,129	,048	,066	,186	,137	,104	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	2	2	2	2	2	2	

TabelaFP13

13. Há forte probabilidade do ingresso de jovens delinquentes para a PM.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Sim	21	21,0	10	10,0	11	11,0	20	40,0	32	64,0	94	23,5
Prov Sim	27	27,0	13	13,0	12	12,0	19	38,0	7	14,0	78	19,5
Talvez	15	15,0	22	22,0	24	24,0	6	12,0	9	18,0	76	19,0
Prov Não	26	26,0	11	11,0	11	11,0	4	8,0	0	,0	52	13,0
Não	11	11,0	44	44,0	42	42,0	1	2,0	2	4,0	100	25,0
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED13

13. Há forte probabilidade do ingresso de jovens delinquentes para a PM.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	2,79	3,66	3,61	1,94	1,66	2,97
Mediana	3,00	4,00	4,00	2,00	1,00	3,00
D. padrão	1,336	1,409	1,413	1,018	1,042	1,506
Variância	1,784	1,984	1,998	1,037	1,086	2,269
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP14

14. Acredito que existe indivíduos da PM associados aos grupos de Jovens delinquentes.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Sim	9	9,0	90	90,0	11	11,0	20	40,0	44	88,0	174	43,5
Não	91	91,0	10	10,0	89	89,0	30	60,0	6	12,0	226	56,5
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED14

14. Acredito que existe indivíduos da PM associados aos grupos de Jovens delinquentes.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	1,91	1,10	1,89	1,60	1,12	1,57
Mediana	2,00	1,00	2,00	2,00	1,00	2,00
D. padrão	,288	,302	,314	,495	,328	,496
Variância	,083	,091	,099	,245	,108	,246
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	2	2	2	2	2	2

TabelaFP15

15. Os “Jovens delinquentes”, que pertencem a um determinado grupo violento, alistam na PM com a finalidade de “ajustar as contas” com os jovens delinquentes de outros grupos.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Sim	7	7,0	10	10,0	8	8,0	18	36,0	42	84,0	85	21,3
Não	93	93,0	90	90,0	92	92,0	32	64,0	8	16,0	315	78,8
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED15

15. Os “Jovens delinquentes”, que pertencem a um determinado grupo violento, alistam na PM com a finalidade de “ajustar as contas” com os jovens delinquentes de outros grupos.

	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	1,93	1,90	1,92	1,64	1,16	1,79
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	1,00	2,00
D. padrão	,256	,302	,273	,485	,370	,410
Variância	,066	,091	,074	,235	,137	,168
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	2	2	2	2	2	2

TabelaFP16

16. Concordo com existência de duas forças de segurança e ordem pública (PM e POP).

Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	4	4,0	5	5,0	3	3,0	3	6,0	4	8,0	19	4,8
Sim	96	96,0	95	95,0	97	97,0	47	94,0	46	92,0	381	95,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED16

16. Concordo com existência de duas forças de segurança e ordem pública (PM e POP).

	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	1,96	1,95	1,97	1,94	1,92	1,95
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
D. padrão	,197	,219	,171	,240	,274	,213
Variância	,039	,048	,029	,058	,075	,045
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	2	2	2	2	2	2

TabelaFP17

17. Gostaria de fazer parte da PM?

Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	10	10,0	12	12,1	9	9,0	4	8,0	9	18,0	44	11,0
Prov Não	9	9,0	5	5,1	5	5,0	3	6,0	1	2,0	23	5,8
Talvez	13	13,0	15	15,2	15	15,0	13	26,0	8	16,0	64	16,0
Prov Sim	19	19,0	25	25,3	28	28,0	14	28,0	4	8,0	90	22,6
Sim	49	49,0	42	42,4	43	43,0	16	32,0	28	56,0	178	44,6
Total	100	100,0	99	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	399	100,0

TabelaED17

17. Gostaria de fazer parte da PM?						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	3,88	3,81	3,91	3,70	3,82	3,84
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	5,00	4,00
D. padrão	1,373	1,360	1,264	1,216	1,561	1,345
Variância	1,884	1,851	1,598	1,480	2,436	1,808
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP18

18. A relação da PM com a sociedade civil é:												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Muito Desfavorável	3	3,0	4	4,0	3	3,0	1	2,0	1	2,0	12	3,0
Pouco Desfavorável	5	5,0	7	7,0	7	7,0	3	6,0	1	2,0	23	5,8
Indiferente	25	25,0	14	14,0	13	13,0	7	14,0	7	14,0	66	16,5
Pouco Favorável	28	28,0	28	28,0	31	31,0	4	8,0	7	14,0	98	24,5
Muito Favorável	39	39,0	47	47,0	46	46,0	35	70,0	34	68,0	201	50,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED18

18. A relação da PM com a sociedade civil é:						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	3,95	4,07	4,10	4,38	4,44	4,13
Mediana	4,00	4,00	4,00	5,00	5,00	5,00
D. padrão	1,058	1,121	1,068	1,067	,951	1,074
Variância	1,119	1,258	1,141	1,138	,904	1,153
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP19

19. Qual é a sua opinião quanto a importância da PM no desempenho de segurança e ordem pública?												
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Nada	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1	2,0	1	2,0	5	1,3
Importante												
Pouco	2	2,0	3	3,0	2	2,0	2	4,0	0	,0	9	2,3
Importante												
Moderadamen	6	6,0	4	4,0	2	2,0	2	4,0	2	4,0	16	4,0
te Importante												
Importante	34	34,0	40	40,0	37	37,0	12	24,0	14	28,0	137	34,3
Muito	57	57,0	52	52,0	58	58,0	33	66,0	33	66,0	233	58,3
Importante												
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED19

19. Qual é a sua opinião quanto a importância da PM no desempenho de segurança e ordem pública?						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,44	4,39	4,49	4,48	4,56	4,46
Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D. padrão	,783	,790	,732	,909	,760	,784
Variância	,613	,624	,535	,826	,578	,615
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP20

20. A segurança pública em Cabo-Verde pode ser desenvolvida por uma força de segurança de natureza militar, como civil.												
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
D. Totalmente	2	2,0	1	1,0	1	1,0	2	4,0	4	8,0	10	2,5
Discordo	4	4,0	5	5,0	4	4,0	0	,0	3	6,0	16	4,0
Neutro	14	14,0	14	14,0	6	6,0	5	10,0	13	26,0	52	13,0
Concordo	33	33,0	39	39,0	33	33,0	22	44,0	20	40,0	147	36,8
C. Totalmente	47	47,0	41	41,0	56	56,0	21	42,0	10	20,0	175	43,8
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED20

20. A segurança pública em Cabo-Verde pode ser desenvolvida por uma força de segurança de natureza militar, como civil.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,19	4,14	4,39	4,20	3,58	4,15
Mediana	4,00	4,00	5,00	4,00	4,00	4,00
D. padrão	,961	,910	,852	,926	1,126	,965
Variância	,923	,829	,725	,857	1,269	,932
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP21

21. A dupla vertente (policial e militar) da PM permite garantir maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
D. Totalmente	2	2,0	1	1,0	1	1,0	3	6,0	1	2,0	8	2,0
Discordo	5	5,0	3	3,0	1	1,0	4	8,0	0	,0	13	3,3
Neutro	14	14,0	17	17,0	11	11,0	3	6,0	9	18,0	54	13,5
Concordo	33	33,0	42	42,0	43	43,0	24	48,0	20	40,0	162	40,5
C. Totalmente	46	46,0	37	37,0	44	44,0	16	32,0	20	40,0	163	40,8
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED21

21. A dupla vertente (policial e militar) da PM permite garantir maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,16	4,11	4,28	3,92	4,16	4,15
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D. padrão	,982	,863	,780	1,122	,866	,913
Variância	,964	,745	,608	1,259	,749	,833
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP22

22. A existência de uma única força de segurança a nível nacional garante maior segurança aos cidadãos e dos seus bens.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
C. Totalmente	4	4,0	7	7,0	7	7,0	3	6,0	5	10,0	26	6,5
Concordo	10	10,0	17	17,0	18	18,0	6	12,0	8	16,0	59	14,8
Neutro	15	15,0	15	15,0	13	13,0	4	8,0	12	24,0	59	14,8
Discordo	54	54,0	47	47,0	48	48,0	27	54,0	15	30,0	191	47,8
D. Totalmente	17	17,0	14	14,0	14	14,0	10	20,0	10	20,0	65	16,3
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED22

22. A existência de uma única força de segurança a nível nacional garante maior segurança aos cidadãos e dos seus bens.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	3,70	3,44	3,44	3,70	3,34	3,53	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	3,50	4,00	
D. padrão	1,000	1,140	1,149	1,111	1,255	1,124	
Variância	1,000	1,299	1,320	1,235	1,576	1,263	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP23

23. Recomendaria o ingresso na PM de um amigo ou familiar?												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	10	10,0	7	7,0	5	5,0	3	6,0	8	16,0	33	8,3
Prov Não	9	9,0	3	3,0	5	5,0	7	14,0	4	8,0	28	7,0
Talvez	16	16,0	11	11,0	11	11,0	7	14,0	14	28,0	59	14,8
Prov Sim	28	28,0	38	38,0	38	38,0	18	36,0	4	8,0	126	31,5
Sim	37	37,0	41	41,0	41	41,0	15	30,0	20	40,0	154	38,5
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED23

23. Recomendaria o ingresso na PM de um amigo ou familiar?							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	3,73	4,03	4,05	3,70	3,48	3,85	
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00	
D. padrão	1,317	1,132	1,086	1,216	1,488	1,239	
Variância	1,734	1,282	1,179	1,480	2,214	1,536	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	5	5	5	5	5	5	

TabelaFP24

24. Qual das seguintes frases descreve a sua opinião sobre a existência da PM no desempenho das suas missões em prol da segurança e ordem pública?												
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
A PM n é necess e devia deixar d existir	1	1,0	1	1,0	0	,0	0	,0	1	2,0	3	,8
A PM n é necessária	2	2,0	1	1,0	2	2,0	15	30,0	0	,0	20	5,0
A PM n é mt necess, mas deve existir	7	7,0	3	3,0	4	4,0	9	18,0	5	10,0	28	7,0
A PM é necessária	47	47,0	64	64,0	65	65,0	22	44,0	27	54,0	225	56,3
A PM é Essencial	43	43,0	31	31,0	29	29,0	4	8,0	17	34,0	124	31,0
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED24

24. Qual das seguintes frases descreve a sua opinião sobre a existência da PM no desempenho das suas missões em prol da segurança e ordem pública?						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	4,29	4,23	4,21	3,30	4,18	4,12
Mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D. padrão	,769	,649	,608	,995	,774	,797
Variância	,592	,421	,370	,990	,600	,635
Mínimo	1	1	2	2	1	1
Máximo	5	5	5	5	5	5

TabelaFP25

25. A polícia Militar deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.												
Escola	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	5	5,0	6	6,0	3	3,0	5	10,0	7	14,0	26	6,5
Sim	95	95,0	94	94,0	97	97,0	45	90,0	43	86,0	374	93,5
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED25

25. A polícia Militar deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.						
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total
Média	1,95	1,94	1,97	1,90	1,86	1,94
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
D. padrão	,219	,239	,171	,303	,351	,247
Variância	,048	,057	,029	,092	,123	,061
Mínimo	1	1	1	1	1	1
Máximo	2	2	2	2	2	2

TabelaFP26

26. A presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade.												
Escala	F. Ad	% Ad	F. A.St	%A.St	F. AG	%AG	F. Pol	%Pol	F. Mil	%Mil	F. total	% Tot
Não	3	3,0	3	3,0	3	3,0	6	12,0	2	4,0	17	4,3
Sim	97	97,0	97	97,0	97	97,0	44	88,0	48	96,0	383	95,8
Total	100	100,0	100	100,0	100	100,0	50	100,0	50	100,0	400	100,0

TabelaED26

26. A presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade.							
	Achadinha	A. St.º António	A. Grande	Polícia	Militar	Total	
Média	1,97	1,97	1,97	1,88	1,96	1,96	
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
D. padrão	,171	,171	,171	,328	,198	,202	
Variância	,029	,029	,029	,108	,039	,041	
Mínimo	1	1	1	1	1	1	
Máximo	2	2	2	2	2	2	

APÊNDICE I: EXPOSIÇÃO DOS GRÁFICOS

Gráfico I1: Distribuição de Idades

■ 18 a 25 ■ 26 a 33 ■ 34 a 41
 ■ 42 a 49 ■ 50 a 57 ■ Mais de 57

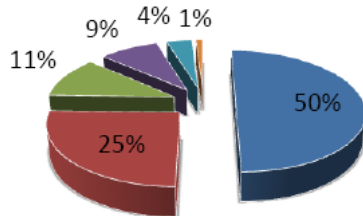


Gráfico I2: Distribuição de Gênero

■ Feminino ■ Masculino

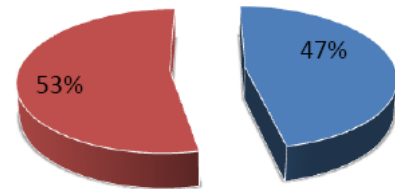


Gráfico I3: Estado Civil

■ Casado ■ Solteiro

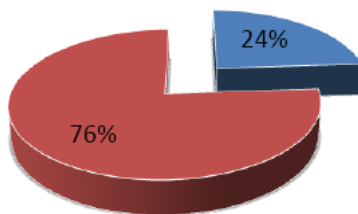


Gráfico I4: Possui Filhos

■ Não ■ Sim

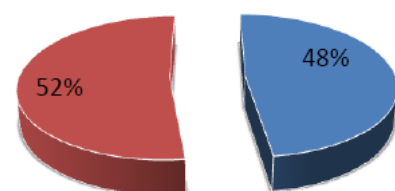
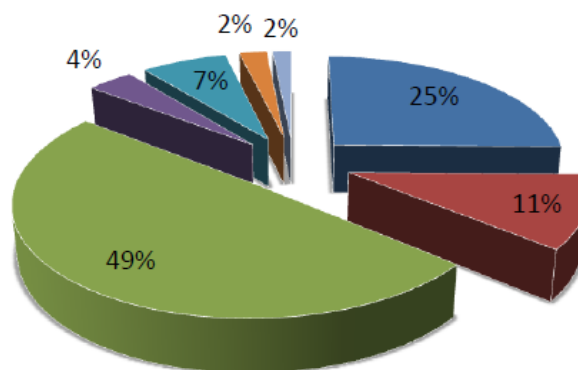
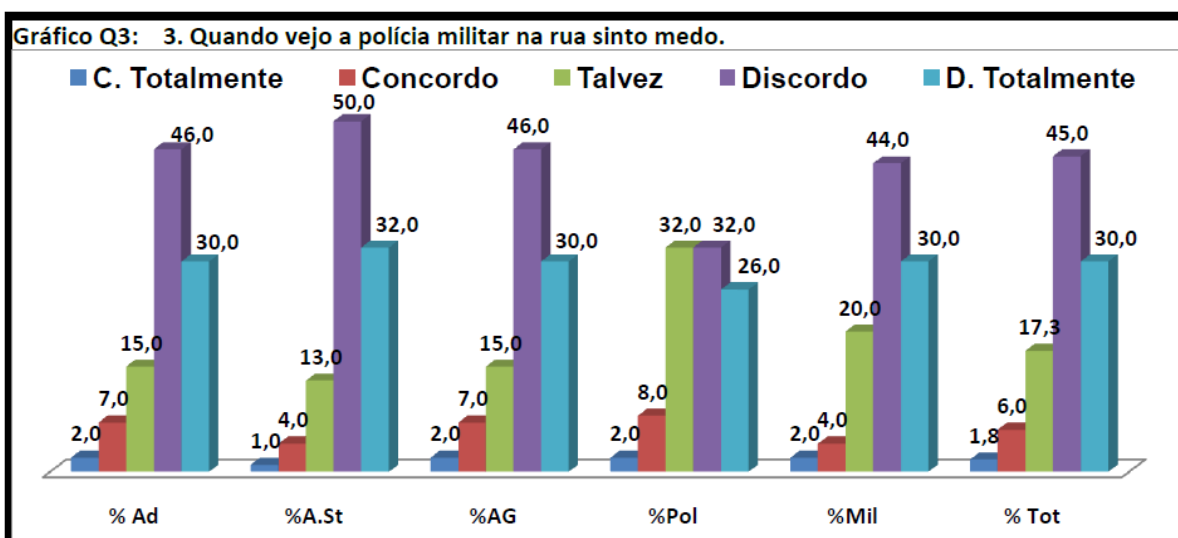
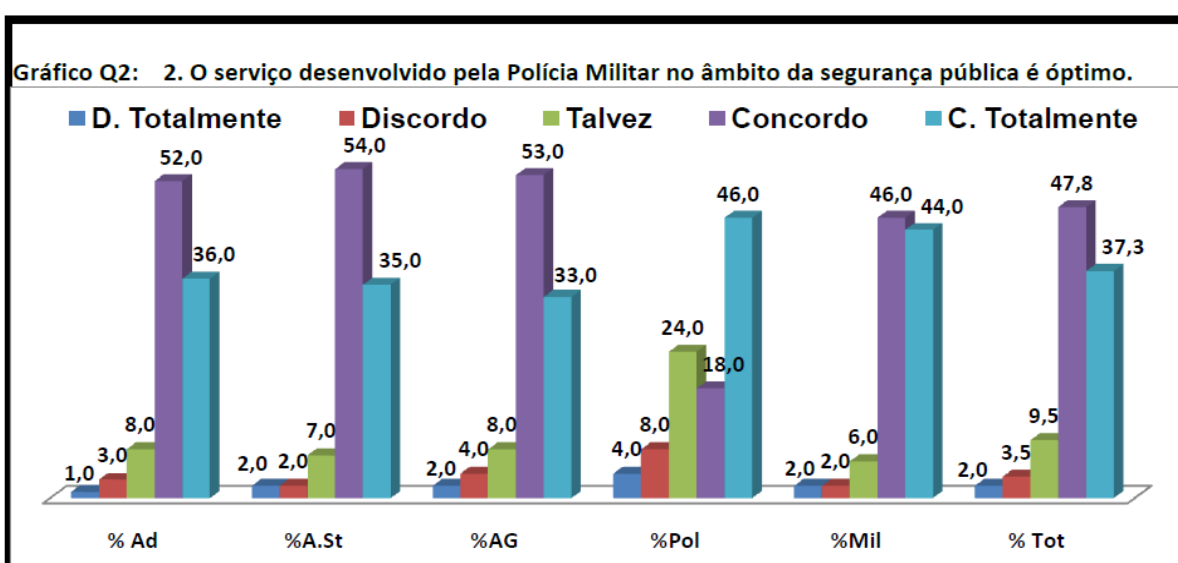
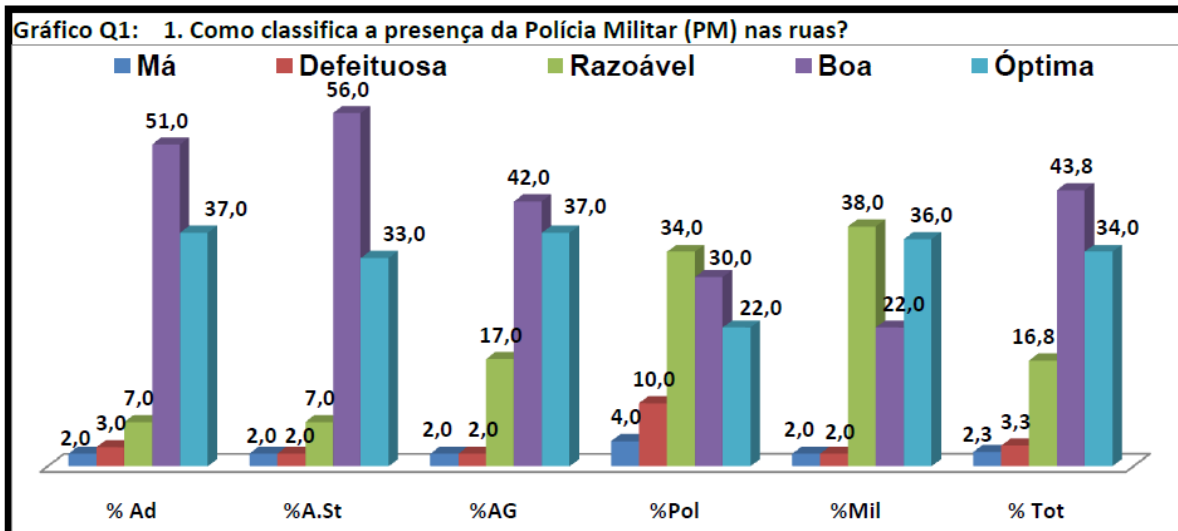


Gráfico I5: Habilitações Literária

■ Ensino Basico ■ 7º a 9º Ano ■ 10º a 12º Ano ■ Bacharelato
 ■ Licenciatura ■ Mestrado ■ Doutoramento





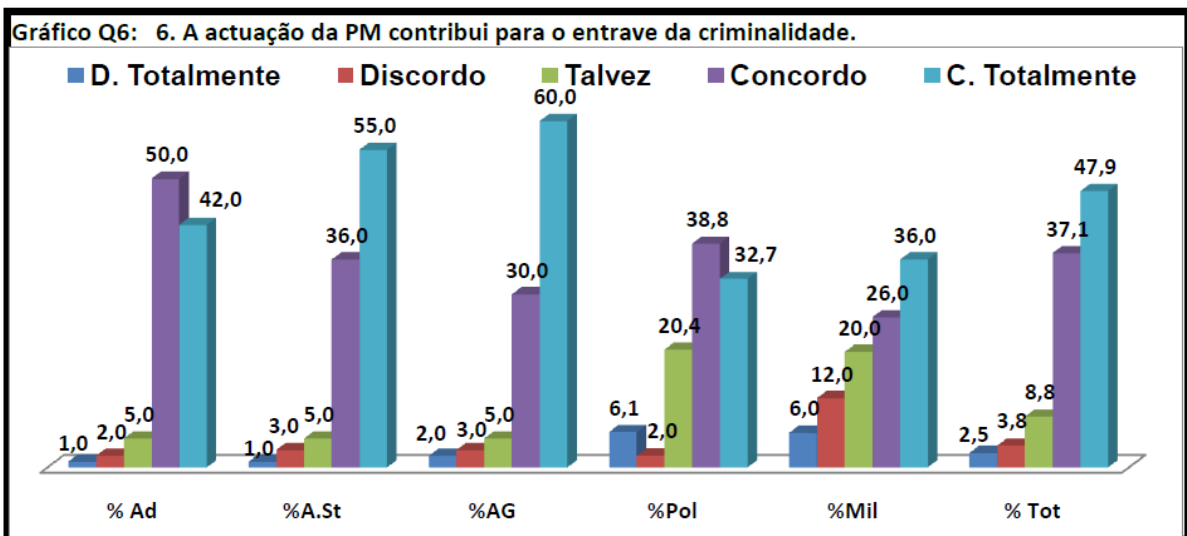
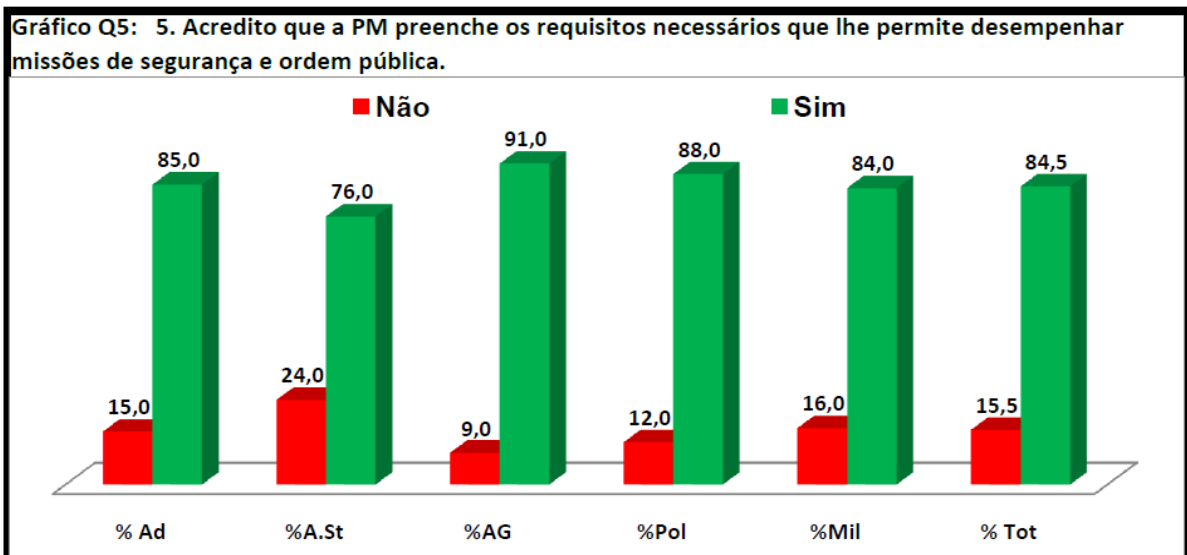
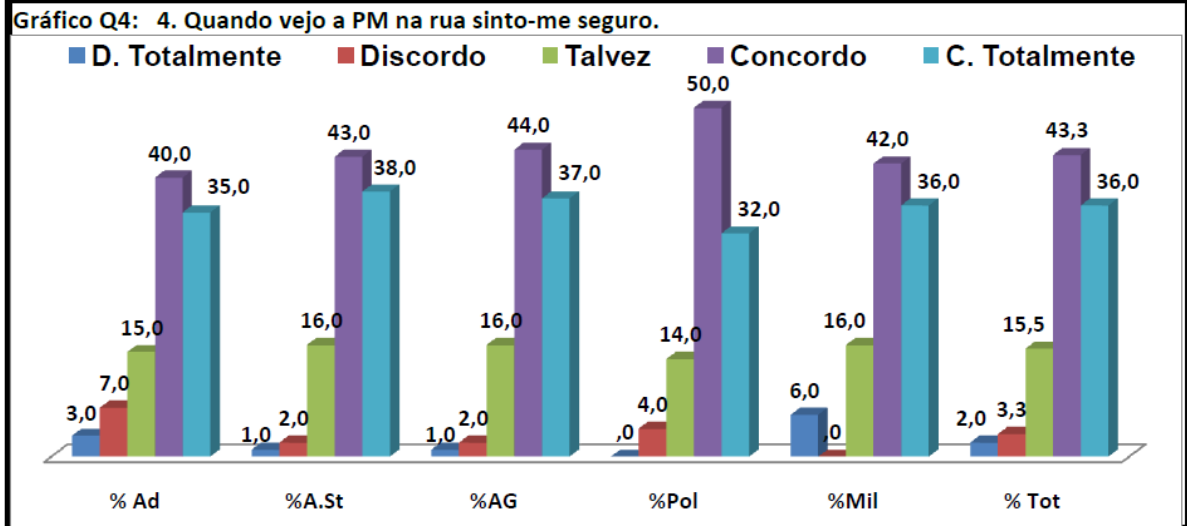


Gráfico Q7: 7. A actuação da Polícia Militar no seio da sociedade civil tem consequências positivas.

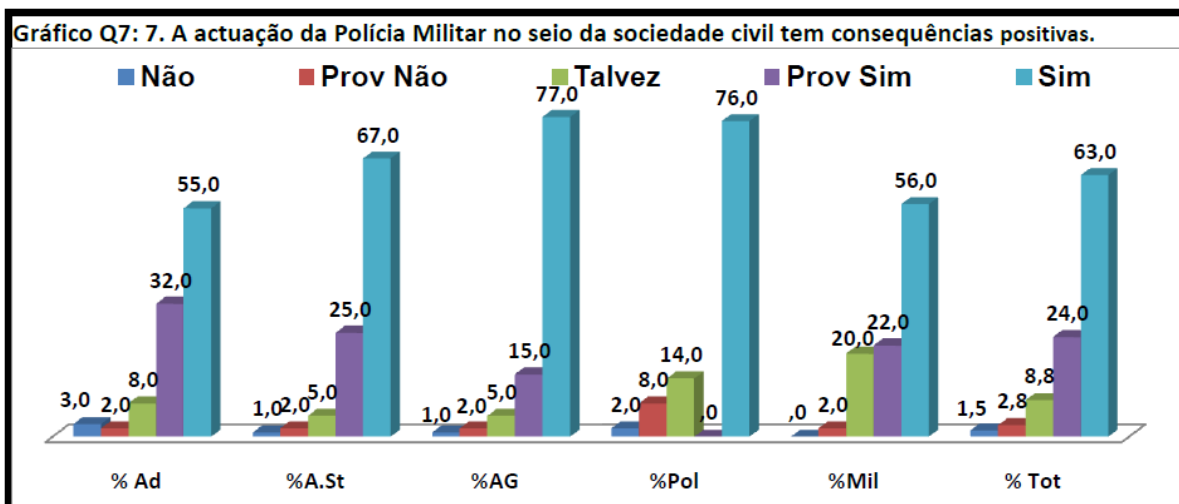


Gráfico Q8: 8. A postura dos militares da PM no desempenho das suas actividades é:

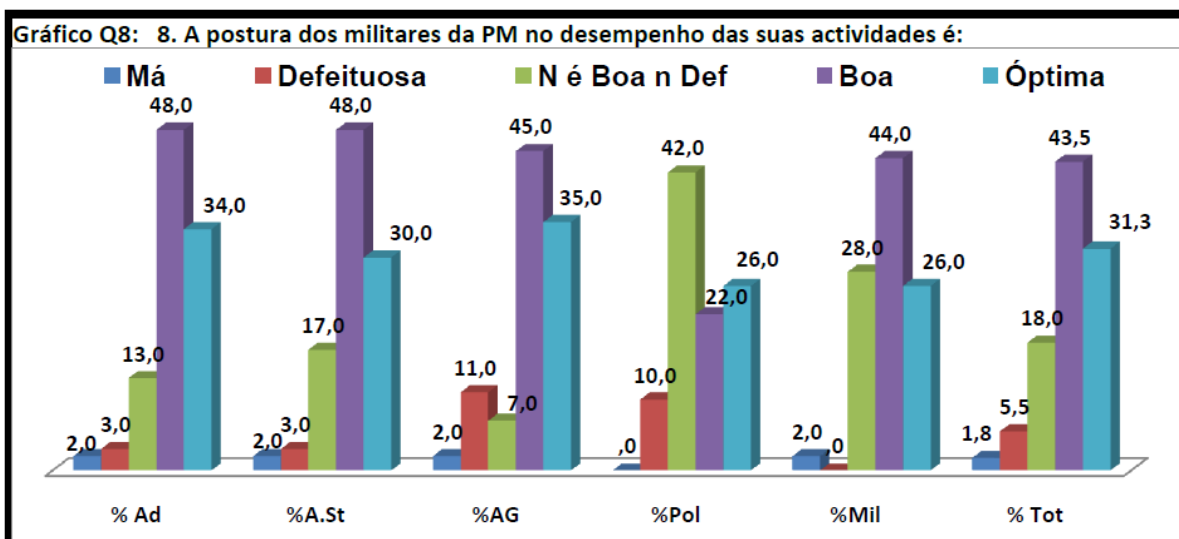


Gráfico Q9: 9. Na minha opinião, a PM é munida de formação necessária que lhe permite desempenhar missões de segurança e ordem pública com eficácia.

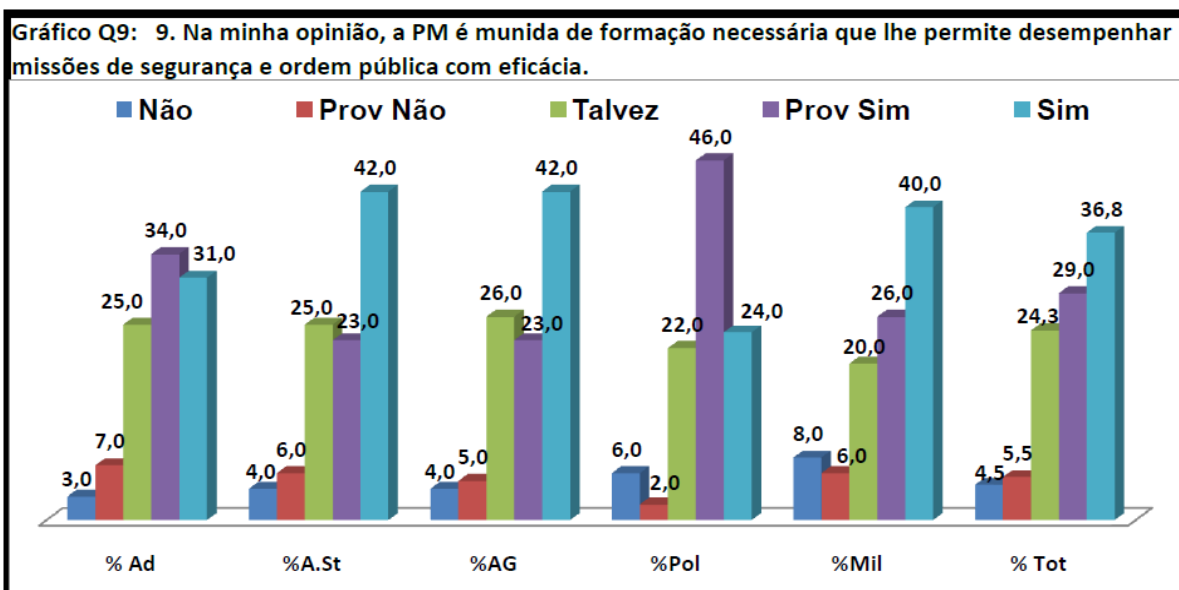


Gráfico Q10: É necessário, a PM, dispor de grandes meios e capacidades militares para poder desempenhar missões de segurança e ordem pública.

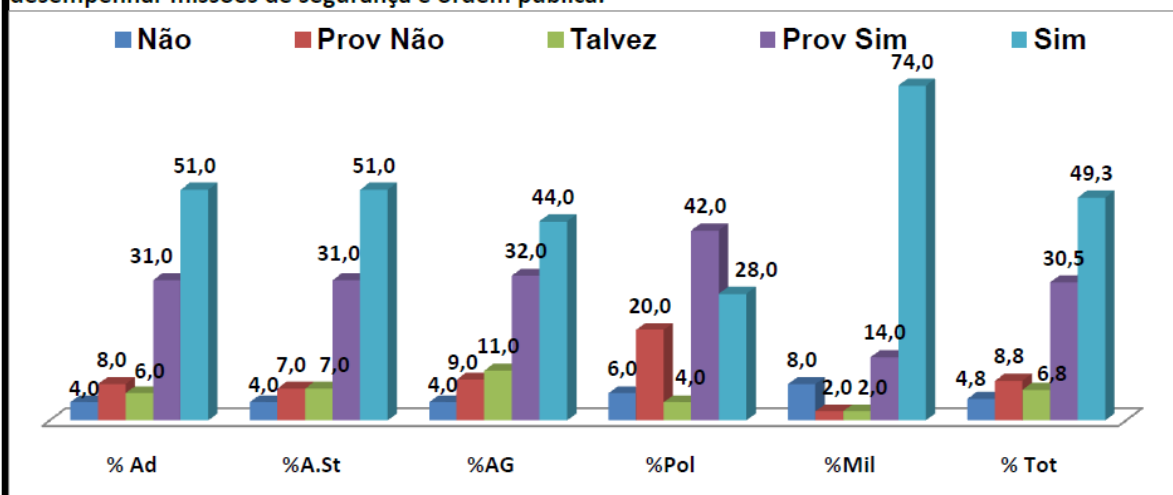


Gráfico Q11: 11. A actuação da polícia militar no seio da sociedade civil implica a sobreposição de tarefas considerando outras forças de segurança interna, ou seja, ela acaba por desempenhar a mesma tarefa que as outras forças desempenham e no mesmo local.

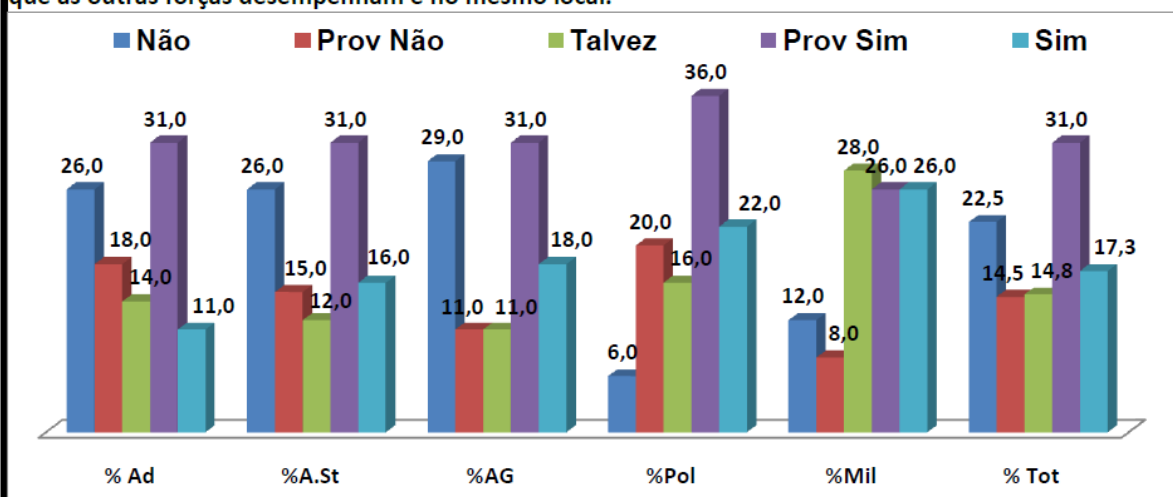
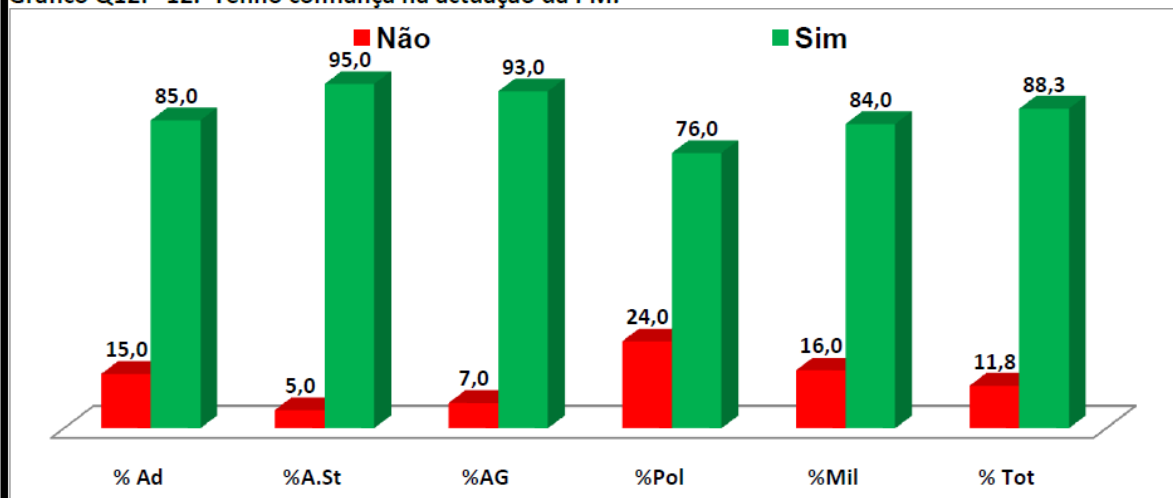


Gráfico Q12: 12. Tenho confiança na actuação da PM.



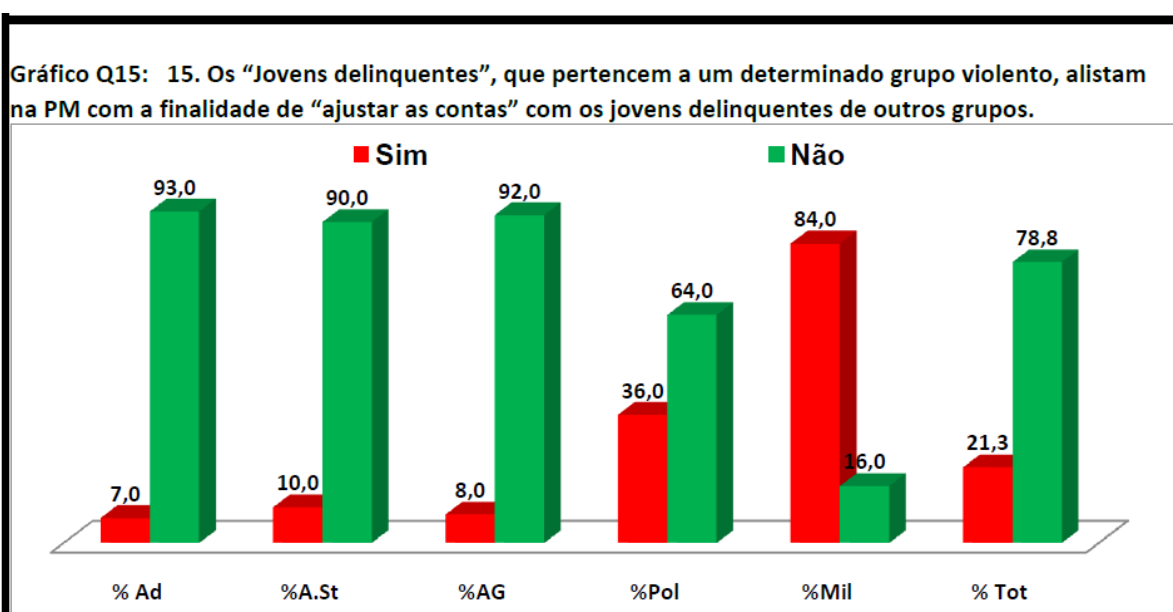
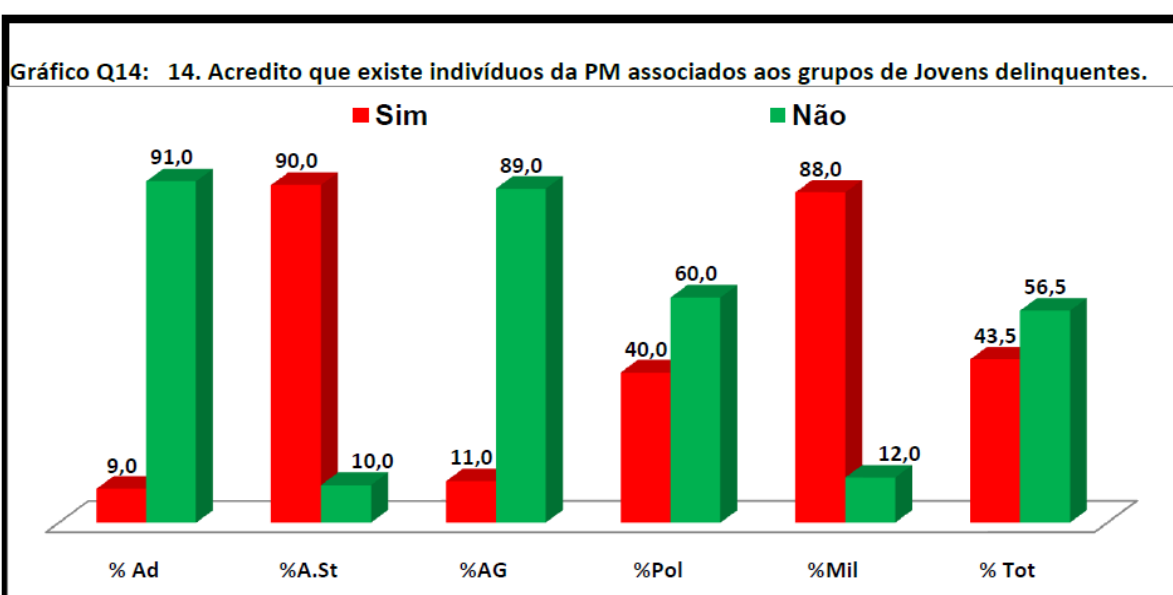
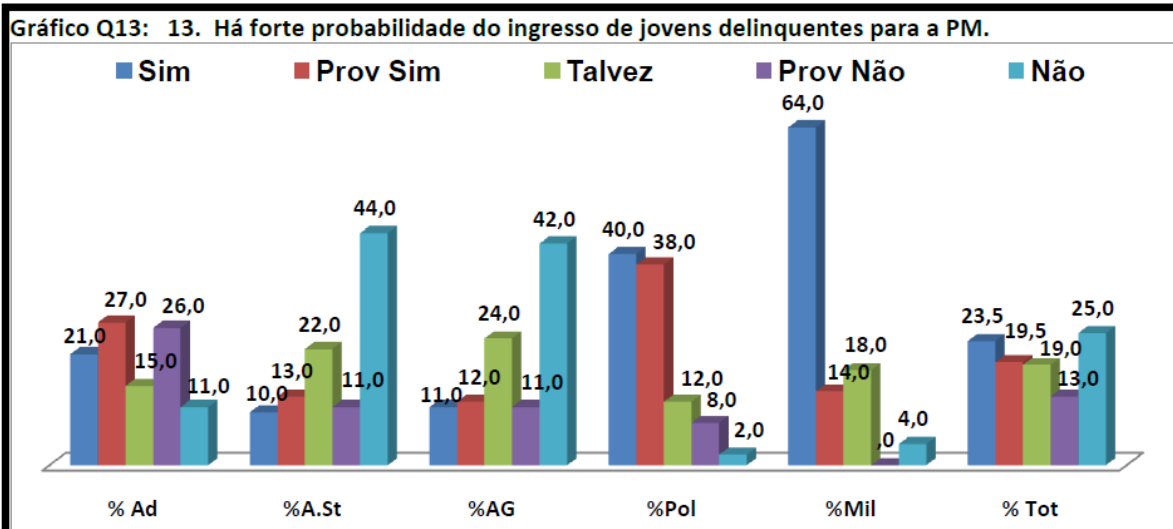


Gráfico Q16: 16. Concordo com existência de duas forças de segurança e ordem pública (PM e POP).

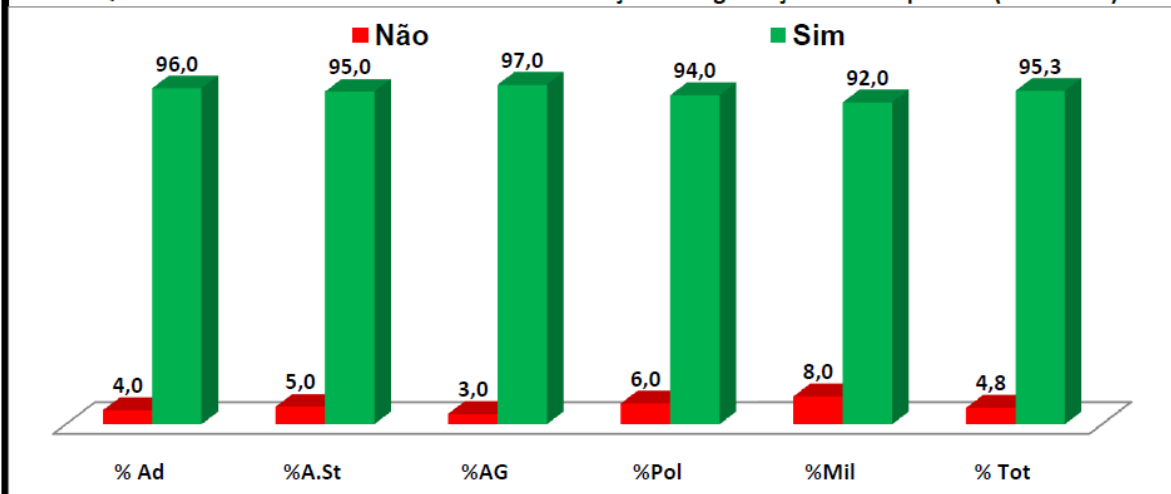


Gráfico Q17: 17. Gostaria de fazer parte da PM?

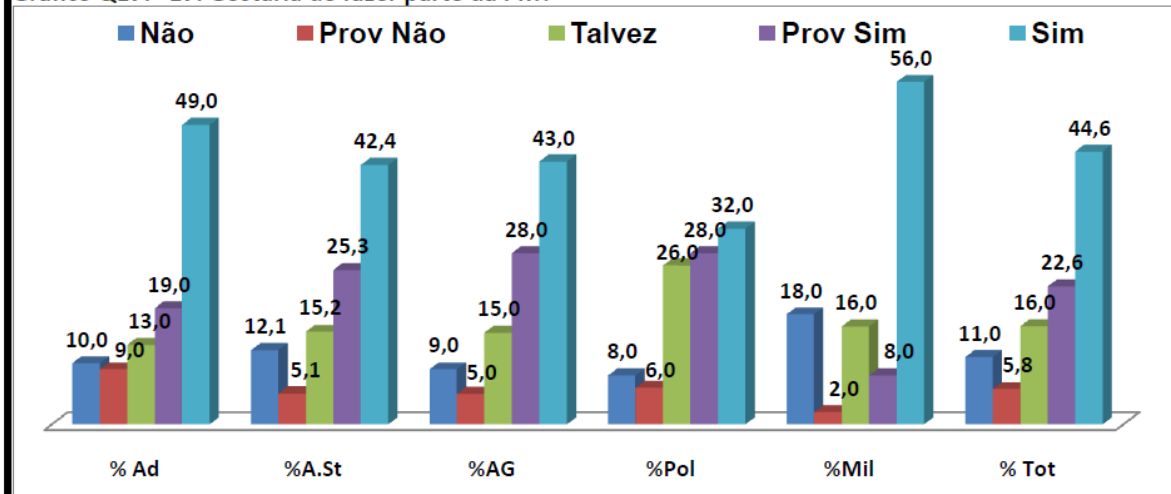


Gráfico Q18: 18. A relação da PM com a sociedade civil é:

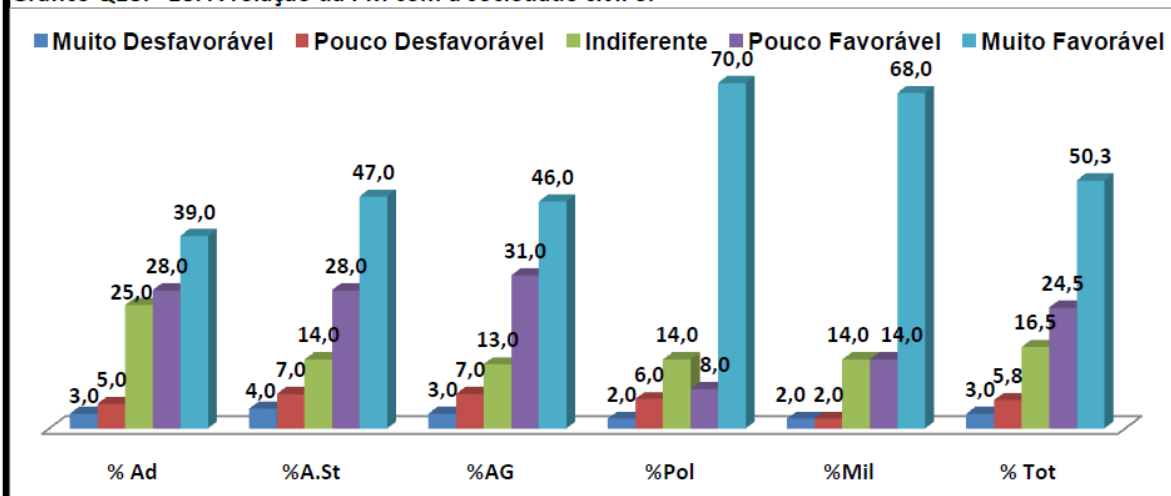


Gráfico Q19: 19. Qual é a sua opinião quanto a importância da PM no desempenho de segurança e ordem pública?

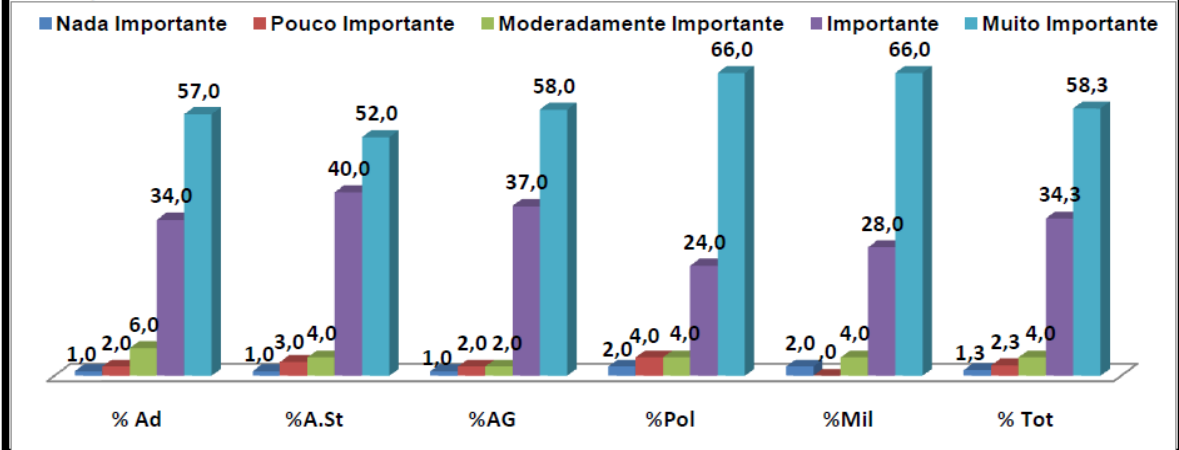


Gráfico Q20: 20. A segurança pública em Cabo Verde pode ser desenvolvida por uma força de segurança de natureza militar, como civil.

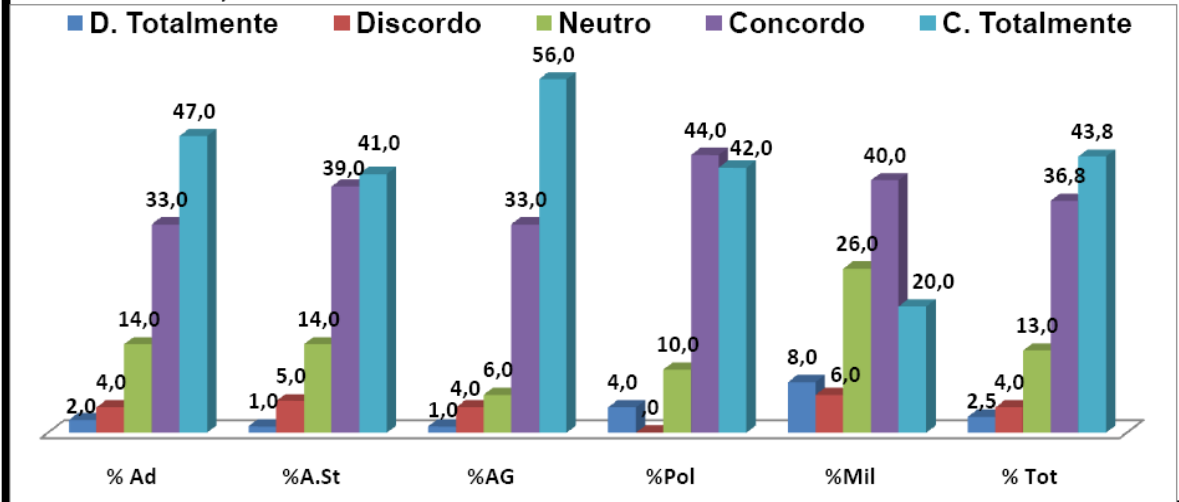


Gráfico Q21: 21. A dupla vertente (policial e militar) da PM permite garantir maior segurança dos cidadãos e dos seus bens.

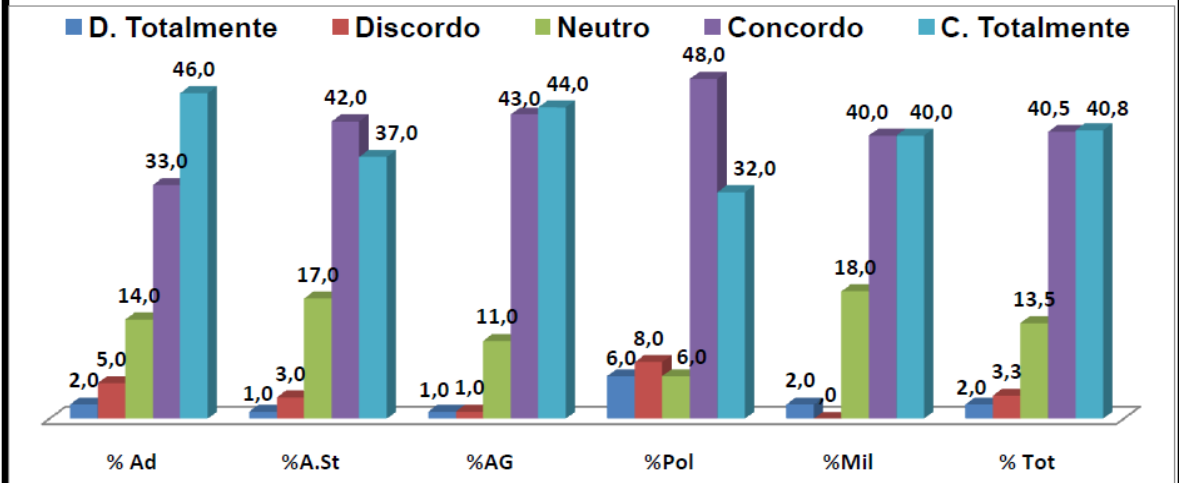


Gráfico Q22: 22. A existência de uma única força de segurança a nível nacional garante maior segurança aos cidadãos e dos seus bens.

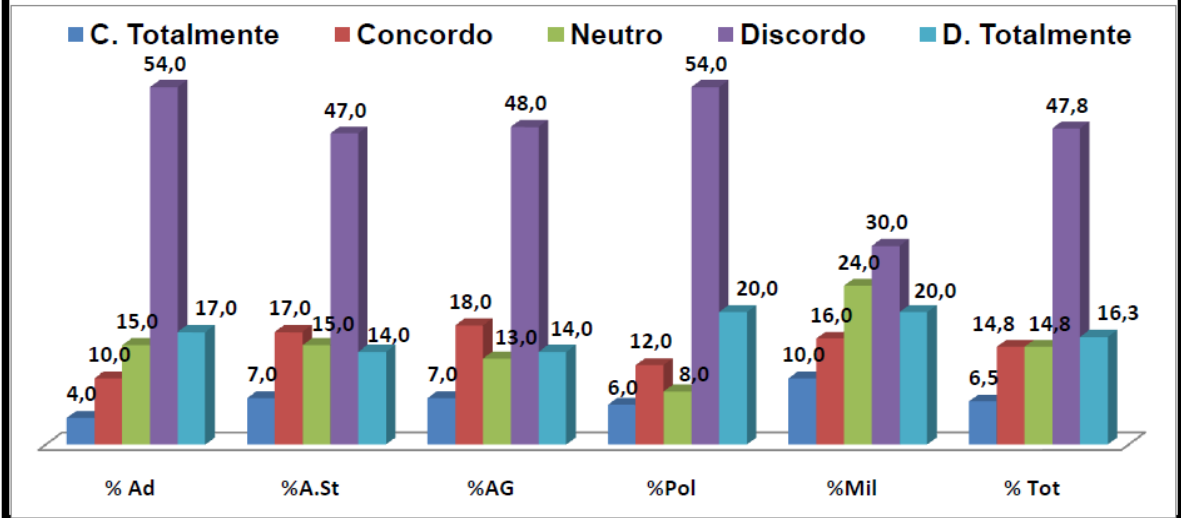


Gráfico Q23: 23. Recomendaria o ingresso na PM de um amigo ou familiar?

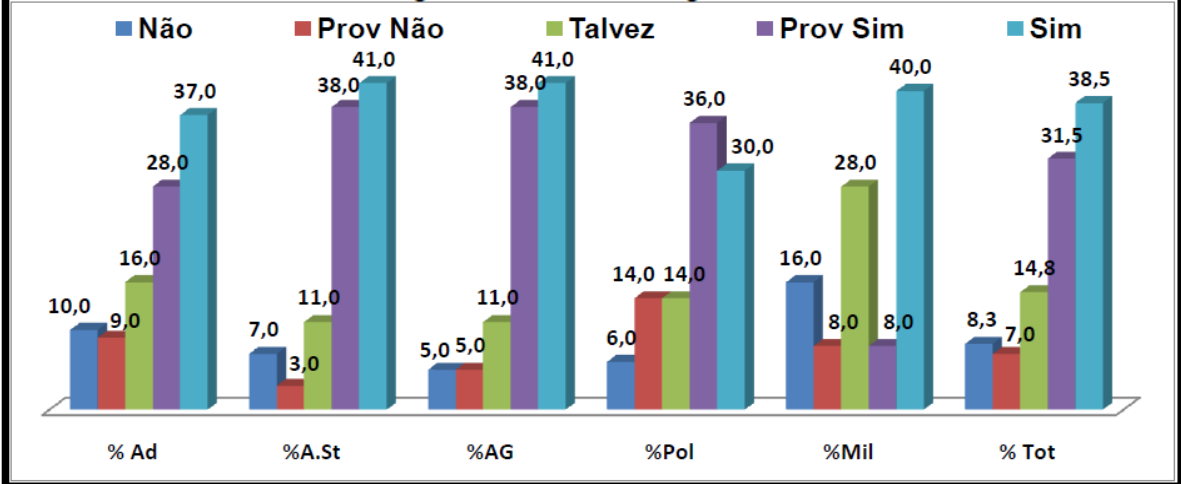


Gráfico Q24: 24. Qual das seguintes frases descreve a sua opinião sobre a existência da PM no desempenho das suas missões em prol da segurança e ordem pública?

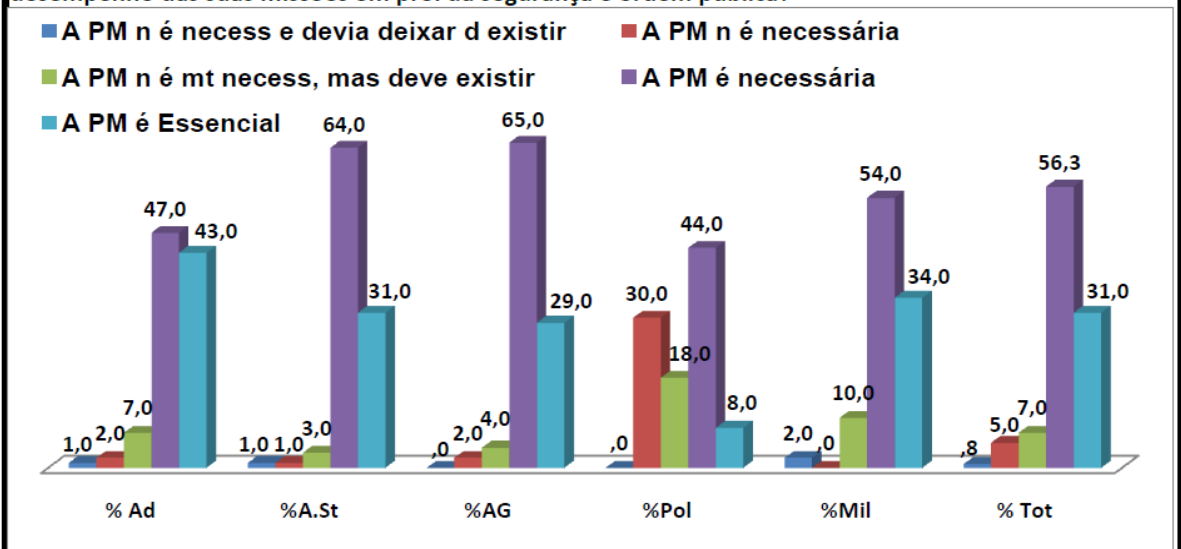


Gráfico Q25: 25. A polícia Militar deve desempenhar missões de segurança e ordem pública.

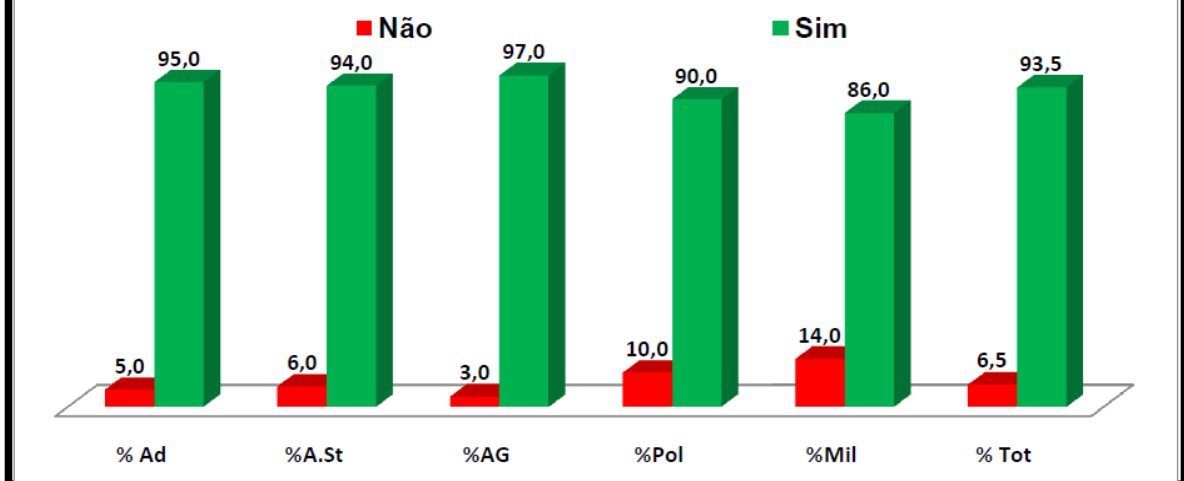
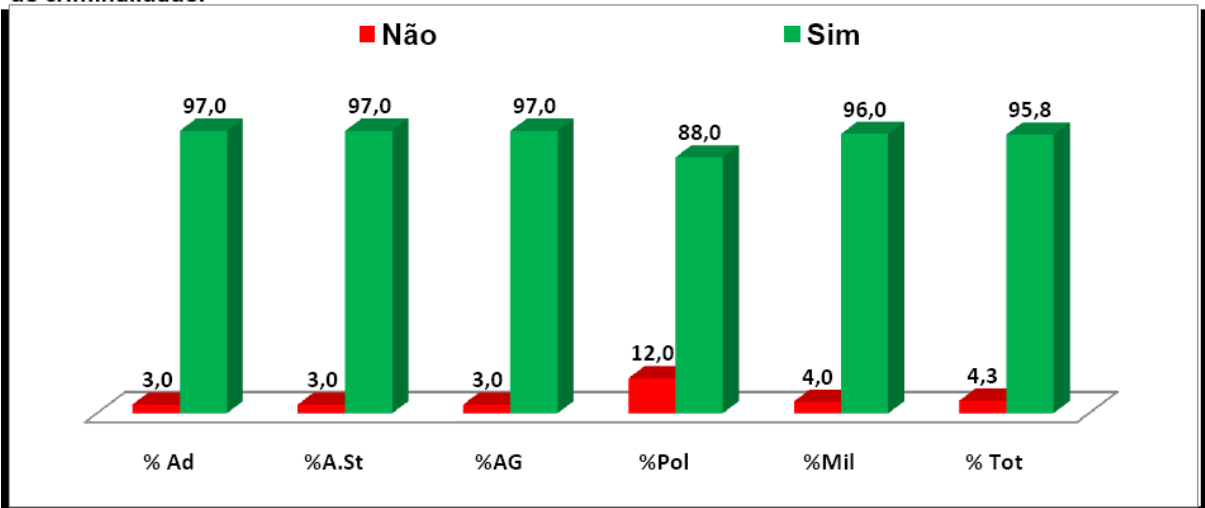


Gráfico Q26: 26. A presença da PM nas missões de segurança e ordem pública contribui para a redução de criminalidade.



ANEXOS

ANEXO A – Situação demográfica

QUADRO A1 – Quadro relativo às perspectivas da população residente até 2010

Ilhas	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005	2010
Santiago	175691	203942	211704	217229	222940	228834	236352	277567	324692
S.Vicente	51277	61638	64599	66285	68028	69826	67844	86658	102226
Stº Antão	43845	47046	46610	47827	49085	50381	47124	52821	55680
Sal	7715	9627	10162	10427	10701	10984	14792	13925	16678
Fogo	33902	35125	34951	35864	36806	37779	37409	40057	42543
Brava	6975	6431	6146	6307	6472	6643	6820	6220	6056
S.Nicolau	13665	13463	13035	13375	13726	14089	13536	13693	13753
Maio	4969	5491	5626	5773	5925	6081	6742	7009	7903
Boa Vista	3452	3422	3339	3427	3517	3610	4193	3620	3695
Total	341491	386185	396172	406514	417200	428227	434812	501569	573226
Fonte: INE, 1990 e 2000 - Censo 90 e Censo 2000, outros anos Perspectivas Demográficas de Cabo Verde Horizonte 2020									

Fonte: http://www.reiseraeume.de/kapverden/hintergrund/estatisticas_cv_demografia.htm.

Acesso em 5 de Abril de 2011.

QUADRO A2 – Quadro relativo às Projeções Demográficas por Indicadores de População e Ano

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2014	2016	2018	2020
População total	436 821	452 835	468 164	483 090	499 796	517 831	527 269	536 993	557 143	578 342	600 094	622 223
Razão de sexos	93.81	93.80	93.77	93.73	93.81	93.86	93.89	93.94	94.31	94.52	94.74	94.96
Razão de dependência	0.95	0.89	0.82	0.75	0.69	0.65	0.63	0.62	0.60	0.59	0.58	0.59
Idade média (anos)	18	19	19	20	21	22	22	22	23	24	24	25
População urbana	240 913	256 172	271 415	286 687	303 512	321 498	329 603	337 973	356 570	377 678	399 576	422 144
População rural	195 908	196 663	196 749	196 403	196 284	196 333	197 666	199 020	200 573	200 664	200 518	200 080
Percentagem urbana	55.15	56.57	57.97	59.34	60.73	62.09	62.51	62.94	64.00	65.30	66.59	67.84
Percentagem rural	44.85	43.43	42.03	40.66	39.27	37.91	37.49	37.06	36.00	34.70	33.41	32.16
População masculina	211 432	219 177	226 560	233 729	241 914	250 710	255 327	260 108	270 410	281 028	291 947	303 062
População feminina	225 389	233 658	241 604	249 361	257 882	267 121	271 942	276 885	286 733	297 314	308 148	319 162
Percentagem 0-4 anos	13.22	13.02	12.67	12.09	11.86	12.04	12.16	12.24	12.18	12.11	11.96	11.74
Percentagem 5-14 anos	29.30	27.86	26.23	24.78	23.53	22.17	21.80	21.52	21.11	20.83	20.70	20.85
Percentagem 15-49 anos	45.98	47.96	50.00	51.85	53.09	53.87	53.85	53.78	53.43	53.20	52.95	52.58
Percentagem 15-64 anos	51.23	52.92	55.00	57.26	59.13	60.76	61.22	61.63	62.34	62.86	63.12	63.03
Percentagem 65 e mais	6.25	6.19	6.10	5.87	5.48	5.03	4.82	4.61	4.38	4.21	4.22	4.38
Percentagem mulheres 15-49 anos	23.63	24.61	25.60	26.51	27.12	27.50	27.48	27.44	27.21	27.07	26.92	26.72

Fonte: <http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>. Acesso em 3 de Maio de 2011.

ANEXO B – Situação criminal

QUADRO B1

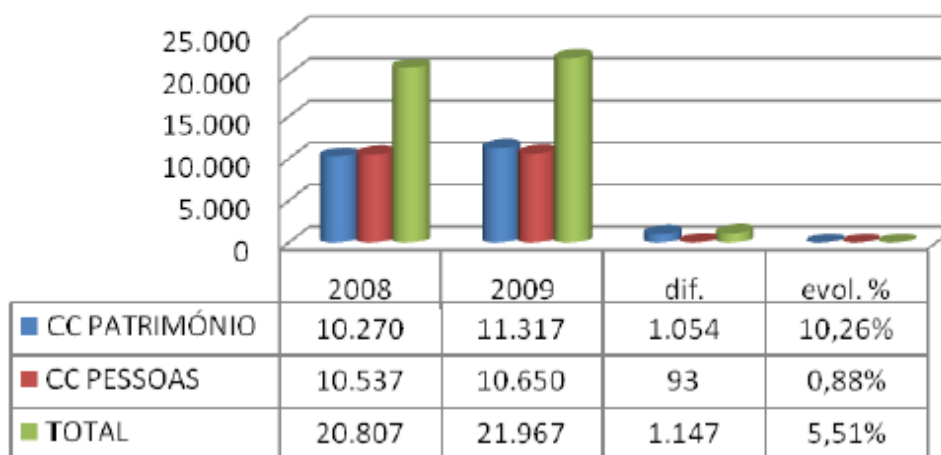
Crimes contra Pessoas e Propriedades – 1996 a 2009

Anos	Crime Contra Pessoas	Crime contra Propriedades	Total	Variação Em relação ao ano anterior	Percentagem da Variação
1996	6.385	4.492	10.877		
1997	7.411	5.338	12.749	1.872	17,2%
1998	8.892	5.633	14.525	1.776	13,9
1999	8.181	4.954	13.135	- 1390	- 9,6%
2000	9.219	4.936	14.155	1.020	7,8%
2001	9.420	5.451	14.871	716	5,1%
2002	9.549	6.427	15.976	1.105	7,4%
2003	10.003	7.487	17.490	1.514	9,5%
2004	9.478	7.291	16.769	- 721	-4,1%
2005	9.550	7.861	17.411	642	3,8%
2006	10.624	8630	19254	1.843	10,6%
2007	9.854	8942	18796	461	-3%
2008	10537	10270	20.807	2011	10,5%
2009	10.650	11.317	21.967	1160	5,51%

Fonte: PN

GRÁFICO B1

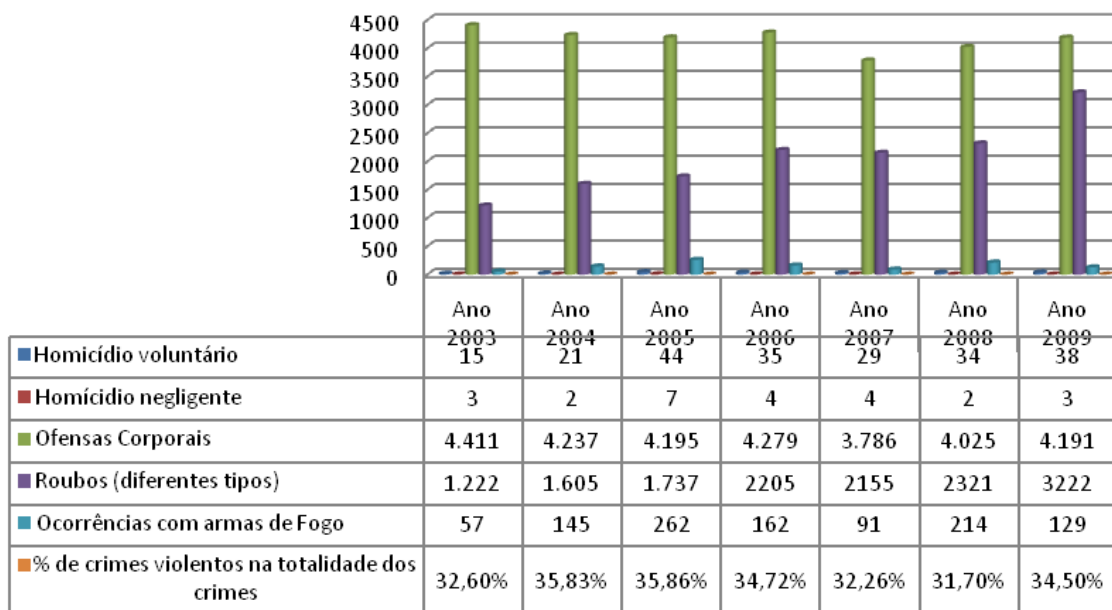
TOTAL DOS CRIMES OCORRIDOS NO TERRITÓRIO NACIONAL



Fonte: PN

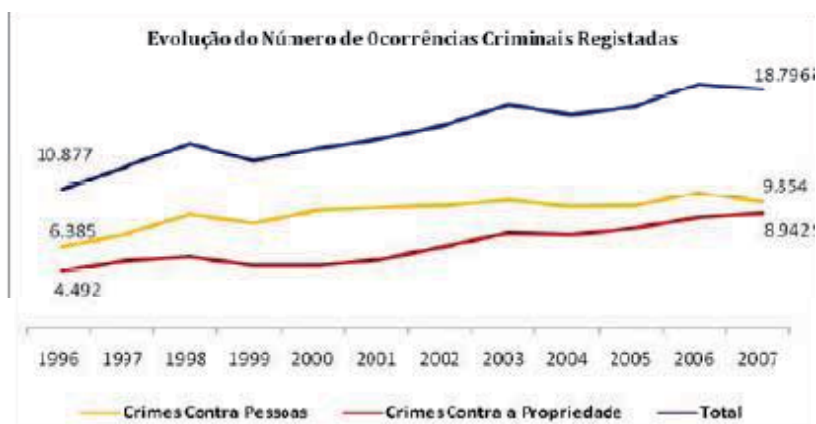
GRÁFICO B2

Criminalidade violenta



Fonte: PN

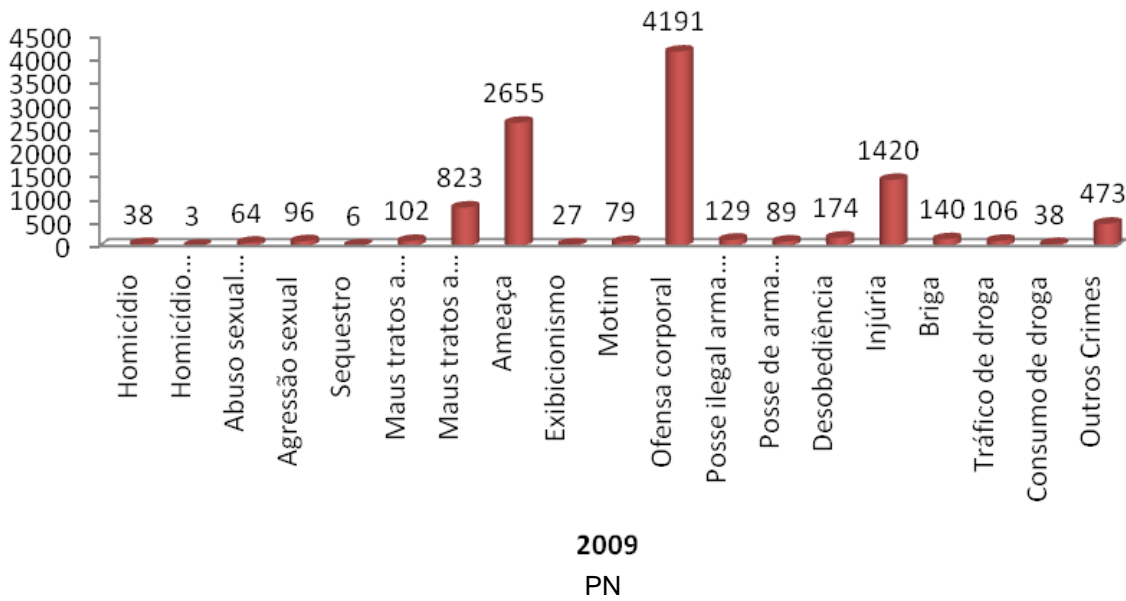
GRÁFICO B3 — Estudo socioeconómico sobre armas ligeiras e de pequeno calibre apresentada em 2008.



Fonte: PESI (2009).

GRÁFICO B4

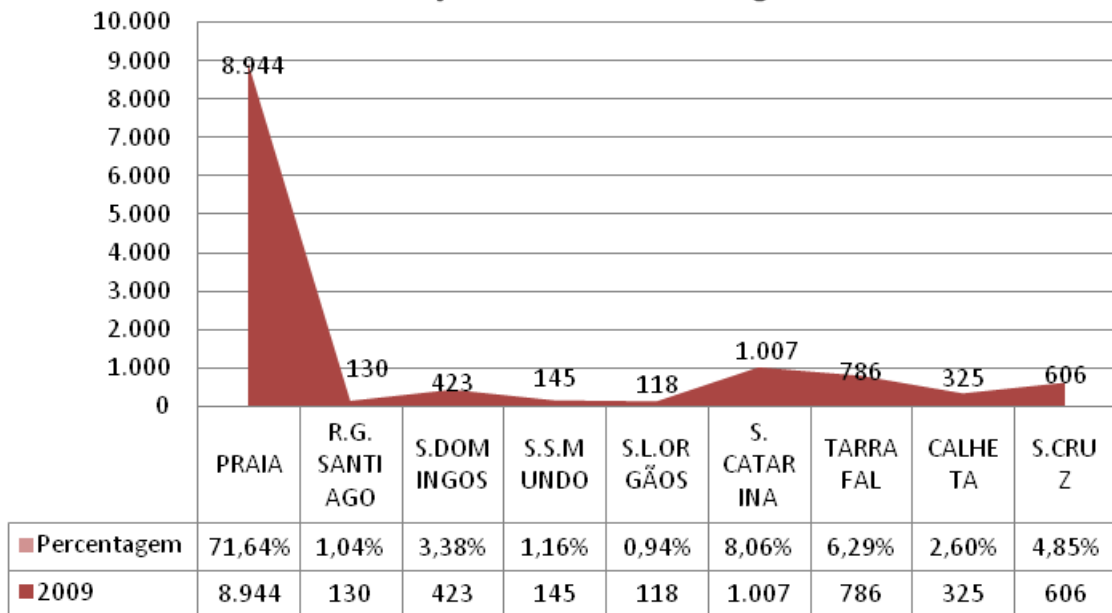
CRIMES CONTRA PESSOAS



Fonte:

GRÁFICO B5

Distribuição de crimes em Santiago



Fonte: PN

Causas da criminalidade e do tráfico de drogas: percepções dos cidadãos e da Polícia

Na opinião dos cidadãos inquiridos, o desemprego e a pobreza são as primeiras, entre outras, causas de todos os tipos de crime. No entanto, mais de quarenta por cento considerou que o tráfico de droga era causado por ganância e ambição, o que revela uma clara percepção do perfil dos traficantes. Um terço dos inquiridos considerou o consumo de droga como uma das principais causas de crime.

Tráfico de drogas

Os agentes da polícia entrevistados consideraram o tráfico de drogas como o primeiro, entre os tipos de crime mais frequentes em Cabo Verde. Mais de um quarto dos cidadãos inquiridos (26%) considerou o tráfico de drogas como o tipo de crime mais perigoso do país.

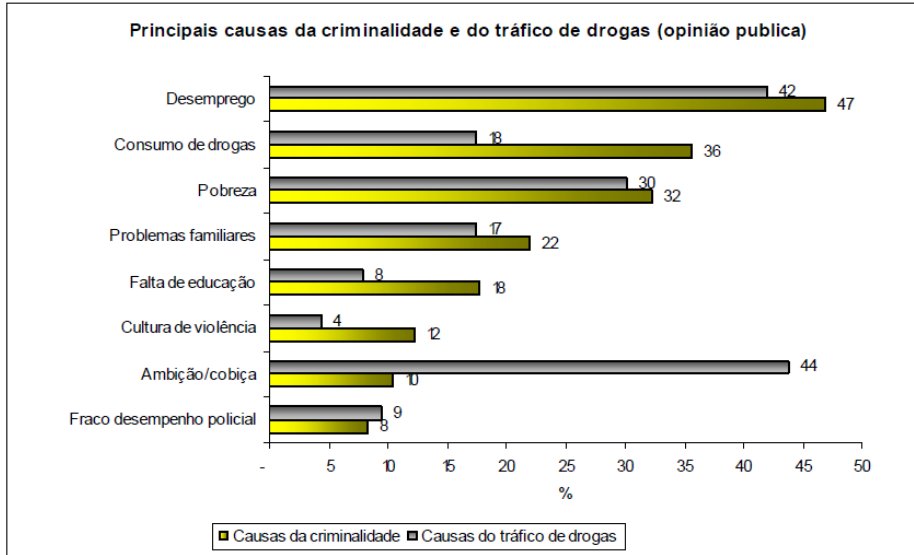


GRÁFICO B6

Percepções das Polícia das principais causas da criminalidade

QUADRO B2

	Ordem das respostas
consumo de drogas	1
desemprego	2
baixo nível educacional	3
pouca severidade com os infratores	4
condições dos bairros (falta de iluminação, acesso difícil, etc.)	5
problemas familiares	6
insucesso/abandono escolar	7
pobreza	8
falta de políticas e programas de prevenção contra o crime	9
ambição/cobiça	10
cultura de violência	11
baixo risco de ser apanhado	12
fraco desempenho policial	13

Os agentes da Polícia revelaram uma opinião ligeiramente diferente do que a da população em geral sobre as causas da criminalidade. Na sua opinião, o consumo de drogas seria uma das principais causas de crime, seguida do desemprego, do baixo nível educacional e da pouca severidade para com os infratores. A pobreza, que foi considerada pelos cidadãos em geral como uma das principais causas da criminalidade, atingiu apenas o oitavo lugar entre as 13 principais causas mencionadas. O problema das drogas encontra-se no topo das preocupações tanto entre os agentes policiais, como entre os cidadãos em geral.

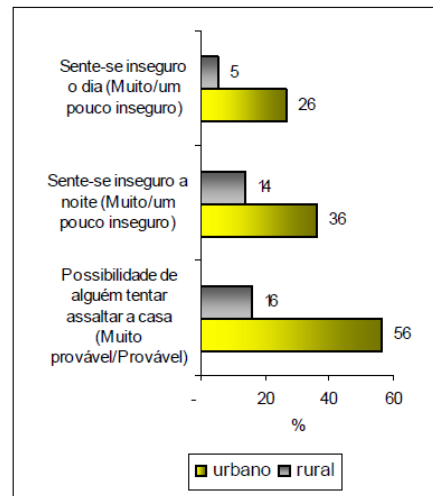
Fonte: MJ (2007). *Estudo sobre crime e corrupção em Cabo-verde*, p.10.

ANEXO C: Sentimento de insegurança

ANEXO C1 – Relação da percepção de insegurança nos centros urbanos e rurais em Cabo Verde.

Insegurança

As diferentes experiências de vitimização estão participadas nas diferentes percepções reportadas pelos cidadãos das áreas rurais e urbanas de Cabo Verde. Os inquiridos das áreas rurais sentiam-se muito mais seguros do que os inquiridos das cidades. A diferença foi muito visível na questão relacionada com a probabilidade de roubo de casas nos doze meses seguintes: a percentagem de inquiridos das áreas rurais que temia o roubo (16%) era muito próxima da percentagem daqueles que se sentiam inseguros durante a noite (14%). Nas áreas urbanas, a maioria dos inquiridos (56%) considerou o roubo como provável ou muito provável, enquanto que apenas um terço se sentia inseguro à noite. Deve salientar-se que um quarto dos inquiridos residentes em áreas urbanas relatou que também se sentia inseguro durante o dia.



Fonte: MJ (2007). *Estudo sobre crime e corrupção em Cabo-verde*, p.11

ANEXO D – “Confissão dos THUGS”

Thugs: A voz silenciosa dos gangs juvenis cabo-verdianos

“Praia - Quando se fala da violência urbana na Cidade da Praia é incontornável citar os «thugs». Temíveis grupos compostos por uma a duas dezenas de jovens, oriundos dos bairros mais precários da capital cabo-verdiana, reputados pela sua violência.

O fenómeno dos «thugs» foi exportado para Cabo Verde pelos chamados «retornados», jovens delinquentes de origem cabo-verdiana nos Estados Unidos que, por motivos judiciais, foram expatriados para Cabo Verde onde, além da identidade familiar, não tinham qualquer relação ou conhecimento do país, e desconheciam a sua cultura e língua. Desenraizados, naturalmente agruparam-se, e inspirando-se dos filmes de «gangsters» norte-americanos e das simbologias do Rap, criaram uma versão local do crime organizado.

O termo «thug» foi também importado dos EUA, que por sua vez adoptara este vocábulo do hindu, que designa «rufia» ou «grupo de assassinos profissionais». Uma designação que acabou por ser igualmente adoptada em Cabo Verde, precisamente com o mesmo significado.

... o fenómeno dos «thugs» está em forte declínio (...) apenas alguns grupos isolados, já identificados pelos serviços de segurança cabo-verdianos, sobrevivem. Menos ouvida é a versão dos thugs relativamente ao seu próprio fenómeno e motivações.

Por motivos de segurança os thugs contactados, nos seus territórios (zonas), pediram que o seu nome não fosse revelado. Temem represálias da polícia que, supostamente, os responsabiliza e pune por «qualquer crime».

Entre os múltiplos gangs da Cidade da Praia destaca-se o Grupo Tropa Cabral (GTC), reputado pela sua violência. O chefe do grupo não é, necessariamente, o mais velho, mas sim aquele que se destacou pela sua «violência e coragem», ou seja, o mais temido. No entanto há um ponto comum em todos os elementos, todos são oriundos de famílias pobres, de bairros precários onde a sociedade não lhes deu uma oportunidade, e assim, integraram um grupo não só para beneficiarem de protecção mas principalmente com um sentimento de adopção numa nova família.

«Eu era um menino de rua na Sucupira (bairro da cidade da Praia). Comecei a andar com jovens mais velhos. Esses mandavam-me fazer coisas que eles não queriam fazer. E eles davam-me protecção. Primeiro comecei com assaltos a veículos, lojas e pessoas», conta um chefe de um grupo de thugs.

«Nós nunca começamos como thugs, ninguém começa como thug», esclarece outro elemento, «começamos apenas como amigos influentes na zona (território). São os de fora que nos chamam os thugs, para nós são grupos. Nenhum de nós entrou num grupo porque queria, mas porque a situação às vezes na casa não está bem, saem para rua e ficam na rua, aí juntam-se com outros. Quando está junto a eles (elementos dos thugs), eles são como os seus pais e eles mandam em você. Quando você dorme, eles dormem junto. Somos uma família», relata outro elemento. «Muitos estavam numa escola, mas quando não têm aquele apoio para continuar na escola como deve ser, saem, abandonam a escola e ficam na rua a fazer pequenezas». Muitos jovens «saíram da escola por causa do dinheiro para pagar a propina da escola, e acabam por ficar na rua» acrescenta outro thug.

«Nós somos delinquentes porque não tivemos apoio nenhum», prossegue, «só ouvimos críticas em vez de apoio. Quando estão muitas pessoas, e eu estou lá, recebo apenas críticas como eu sou bandido, mas se eu estou com o meu grupo e encontrarmos essa pessoa...», pára de falar e olha para o outro elemento do grupo, que acrescenta «...temos de o agredir». Para os thugs o sentido de protecção passa também pelo respeito, mesmo se este seja imposto por intermédio da violência.

«Os habitantes da nossa zona respeitam-nos muito, muito, dão-nos comida, pagam-nos e dão-nos muitos presentes» em contrapartida «nós damos-lhes protecção. Qualquer problema com outras pessoas, vêm até nós». Esta engrenagem provocou que «jovens mesmo que não querem ser delinquentes nos grupos acabam, mesmo assim, por entrar nos grupos» afirma um chefe.

O fenómeno dos thugs circunscreve-se à ilha de Santiago, com especial incidência na capital, Praia, a qual alberga mais de dois terços da população da ilha. No arquipélago outras ilhas, como Fogo ou São Vicente têm também alguns casos, mas periféricos e não representativos do fenómeno.

Os thugs reconhecem que se financiam com pequenos tráficos de droga, assaltos a veículos, residências e pessoas, por vezes com violência. «Quando não está uma família, assaltamos a casa. Mas, assaltamos, principalmente, pessoas na rua, qualquer um. Os brancos são os melhores, porque têm mais dinheiro. Mas não importa a cor da pessoa o que importa é termos o dinheiro dele» conta um chefe de grupo. «Costumo assaltar brancos no hotel Praia Mar», reconhece, «mas também podemos dar protecção a esses brancos. Há um que sempre me deu dinheiro, e eu protegia-o. Basta alguém querer ser protegido que chega a um jovem dá-lhe um dinheirito e pronto, já está protegido. Imagina, nós somos um grupo, você dá-nos um dinheirinho, vem outro grupo para atacar você e nós não deixamos, passa a ser uma briga só entre nós, os grupos».

Hoje a violência dos thugs é principalmente manifestada na luta entre grupos e cada um controla uma zona ou território, frequentemente limitada por um bairro. Entre grupos «há sempre guerra», confirmam, «guerra com outros grupos rivais. Os outros não vêm à nossa zona e nós não vamos à zona deles. Nós controlamos a nossa zona». As frequentes guerras entre grupos têm causado inúmeros feridos e mortos. «Eu já fui muito ferido mas também já feri muito» conta um chefe enquanto expõe as múltiplas cicatrizes. «Há tiros de um lado e de outro. Muitas vezes há mortos».

Durante as guerras de grupos os thugs utilizam todo o tipo de armas, ferros, matracas, facas, machados e armas ligeiras. «As armas muitas vezes compramos, mas por vezes há guardas nas obras que estão bêbados e nós levamos-lhes as armas», confirma. «Dentro da escola eu consegui uma arma», sublinha um segundo do grupo. «Além disso também criamos as nossas armas, “Bóca Velho”, eu sei fazer essa arma» diz outro elemento, «é uma arma que dispara com qualquer tipo de bala. Depende da espessura do tubo. Mas, basta bater certo na bala e é sempre um tiro que dá. Com a evolução já pode utilizar duas bocas».

Para os thugs existem cerca de uma centena de grupos apenas na ilha de Santiago, e contestam a versão oficial que indica que estão em declínio. «Existem muitos grupos. Grupos novos. Novos a levantar e a criar outros grupos», explicam. Segundo os thugs as forças de segurança não conhecem os novos elementos e grupos, nem as novas metodologias dos thugs, daí que a percepção se limita aqueles já identificados e combatidos pela polícia, os quais estão, realmente, em declínio.

«Havia dois grupos que estavam fortemente armados. Eles ainda existem, mas os mais antigos, os

repatriados que vieram com toda essa influência, são mais brandos, mas os que estão a levantar de novo, os mais jovens, ainda continuam com esse grupo. Os mais antigos ficam só a dar ordem e a controlar, não agem».

«Acontece uma coisa, a polícia vem aqui porque já te conhece, prende você e leva você. Mas a delinquência está mais grave, não estão acontecer mais guerras mas mais mortes. Agora os grupos estão a dar uma trégua para evitar fazer vítimas. Agora atacamos alvos precisos. Neste momento fazemos planos para ataques. Os thugs agora pensam assim, não vamos entrar na zona deles e não pegar em nenhum deles, nós não sabemos se polícia está a ver. Por isso temos de ir nesse bairro para pegar num, custe o que custar, mas temos de fazer uma vítima, e assim vencemos». Apesar do Governo cabo-verdiano ter programas especiais para reinserção dos thugs, através da formação profissional, esta acção é penalizada pela marginalização e discriminação de algumas instituições face aos elementos dos grupos que pretendem abandonar os thugs. «Quando os polícias querem capturar uma pessoa eles chegam com muita agressividade. Basta um polícia me reconhecer na rua, mesmo se não estiver a fazer nada, eles vêm logo. Aconteceu-me há dias», conta um elemento e outro acrescenta: «uma vez a polícia apanhou-me no flagrante e com chutos de bota feriu intestinos por dentro, foram cerca de dez polícias, todos me bateram. Bateram na rua, bateram na esquadra, quando me foram fechar na cela também me bateram».

Os thugs apenas conhecem duas instituições públicas, a polícia e o hospital. No entanto, quando entram em conflitos com outros grupos e são gravemente feridos dizem que são maltratados pelos serviços médicos. «No hospital dizem que eu sou bandido e tratam-me de qualquer maneira», conta um thug. Uma espiral de violência de discriminação que empurra estes jovens a permanecer nos círculos da criminalidade organizada. Mesmo assim pensam no futuro.

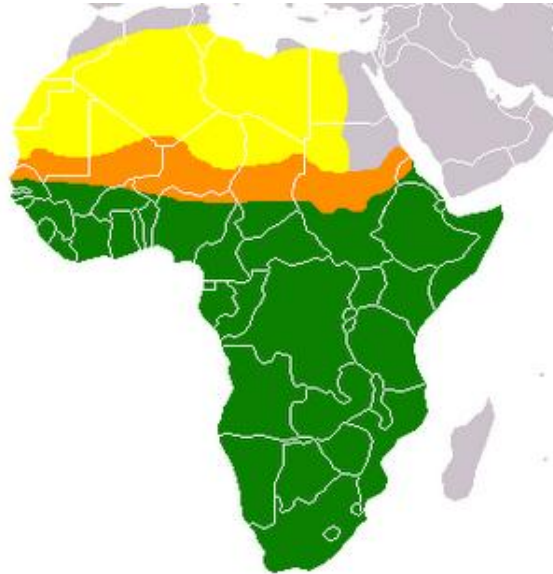
«O meu futuro? Foi por pensar no meu futuro que eu apoiei o PAICV para ver se daqui por diante me iria apoiar. Votei PAICV e acredito neste governo. Apoiei de toda a forma para que ele ganhasse, porque eles disseram-me que se ganhassem eu poderia ganhar uma formação profissional. Eu acreditei no que disseram, votei neles, e fiz com que as minhas irmãs, que diziam que não iam votar porque nunca fizeram nada por elas, votassem neste governo para que eles ganhassem as eleições e me possam ajudar como me prometeram. Agora estou à espera.»

Rui Neumann, (In Password Confidential Newsletter), PNN Portuguese News Network. 2011-03-17, 16:34:07.

Fonte: <http://www.ibinda.com/noticias.php?noticia=1000079>. Acesso em 20 de Abril de 2011.

ANEXO E – Figuras:

Fig. 1: Representação da Região Sahara – Sahel.



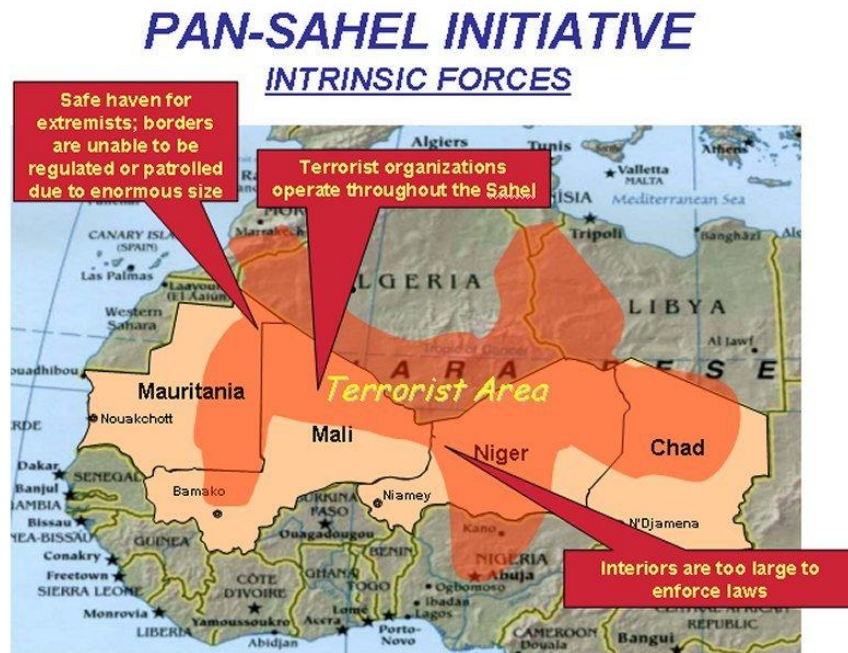
Fonte: <http://baobabguides.com/tag/great-green-wall/>. Acesso em 10 de Março de 2011.

Fig. 2: Representação dos países da AO abrangida pela Faixa Sahara – Sahel.



Fonte: http://www.stratfor.com/memberships/168780/analysis/20100808_agim_devolution_al_qaedas_no_rth_african_node. Acesso em 10 de Março de 2011.

Fig. 3: Área ocupada por organizações terroristas na AO.



Fonte: <http://www.armchairgeneral.com/forums/showthread.php?t=28986>. Acesso em 15 de Março de 2011.

Fig. 4 Piroga senegalesa chegada à praia em 2008.



Fonte: PESI, 2009/2011.

Fig. 5: Arquipélago de Cabo Verde⁴⁹.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/cabo-verde/mapa-de-cabo-verde.php>. Acesso em 10 de Maio de 2011. (Imagem editada).

⁴⁹ CPRM tem sob a sua alçada a Ilha de São Vicente onde a PM se encontra instalada em Mindelo e as ilhas de Santo Antão, Santa Luzia e São Nicolau. No CSRM a PM está em Espargos na ilha do Sal e ainda esta região tem sob o seu comando a ilha de Boa vista. Compreende o CTRM as Ilhas de Maio, Fogo, Brava e Santiago, sendo nesta última que se encontra a PM na Cidade da Praia.

